

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LETÍCIA LEAL DE ALMEIDA

**A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DEMOGRÁFICA NA HISTORIOGRAFIA
PARANAENSE: A HISTORIADORA ALTIVA PILATTI BALHANA**

PONTA GROSSA

2017

LETÍCIA LEAL DE ALMEIDA

**A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DEMOGRÁFICA NA HISTORIOGRAFIA
PARANAENSE: A HISTORIADORA ALTIVA PILATTI BALHANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Helena Isabel Mueller

PONTA GROSSA

2017

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

A447

Almeida, Letícia Leal de

A Construção da História Demográfica na historiografia paranaense: a historiadora Altiva Pilatti Balhana/ Letícia Leal de Almeida. Ponta Grossa, 2017.

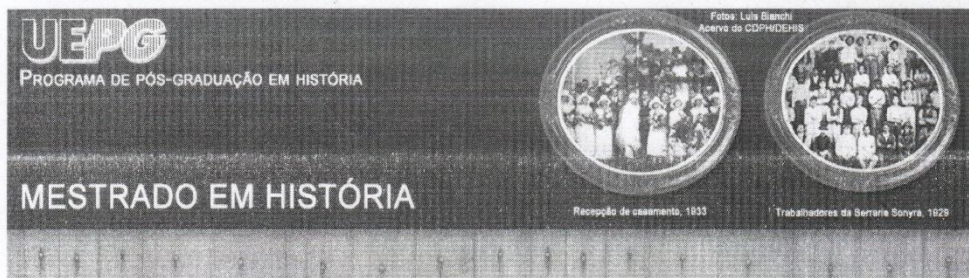
103f.

Dissertação (Mestrado em História - Área de Concentração: História, cultura e identidades), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof^a Dr^a Helena Isabel Mueller.

1.Altiva Pilatti Balhana. 2.História Demográfica. 3.Historiografia paranaense. I.Mueller, Helena Isabel. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em História. III. T.

CDD: 981.62



TERMO DE APROVAÇÃO

LETÍCIA LEAL DE ALMEIDA

A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DEMOGRÁFICA NA HISTORIOGRAFIA PARANAENSE:
A HISTORIADORA ALTIVA PILATTI BALHANA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História – Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 22 de fevereiro de 2017, pela seguinte banca examinadora:

Prof.ª. Dr.ª. HELENA ISABEL MUELLER (UEPG)
Orientadora

Prof.ª. Dr.ª. MARIA IGNE'S MANCINI DE BONI (UFPR)

Prof. Dr. ERIVAN CASSIANO KARVAT (UEPG)

Ponta Grossa, 22 de fevereiro de 2017.

Ao Gustavo e Jean.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter incitado em mim o gosto pelo conhecimento, mesmo que por vezes desacreditando que esse sonho fosse possível, minha espiritualidade manteve-me em pé, mesmo nos dias mais difíceis da produção dessa dissertação.

Agradeço a minha orientadora, Professora Helena, pela confiança que depositou em meu trabalho, pois sem sua paciência, carinho e compreensão, este trabalho não teria sido possível. Foi mais que uma orientadora, foi amiga e encorajadora.

Ao Programa de Pós-Graduação em História, em especial aos professores Erivan Karvat e Cláudio DeNipoti, pelo apoio e confiança no desenvolvimento do trabalho.

Aos professores do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa que, desde a graduação, foram fonte de inspiração, envolvendo-me na prática da pesquisa, incentivando-me à continuidade dos meus estudos acadêmicos e influenciando minhas opções.

À banca examinadora da Qualificação, professores Erivan Karvat e Névio de Campos, pelas sugestões e orientações precisas que foram indispensáveis para o encaminhamento deste trabalho. E à professora Maria Ignes Mancini De Boni, por ter aceitado participar da banca de defesa e pelas contribuições a sua redação final.

Ao professor Antônio Paulo Benatte que, com sua generosidade, apresentou-me à pesquisa em Historiografia paranaense, contribuindo desde a elaboração do projeto de pesquisa submetido ao Mestrado, indicando referências, dando incentivos e encorajamento para esta pesquisa.

À professora Maria Julieta Weber Cordova pela amizade que tanto contribuiu para meu desenvolvimento como pesquisadora, incentivando-me e auxiliando-me durante a pesquisa.

À professora Rossana Barbisan pelo carinho na revisão textual deste trabalho.

Aos colegas de Mestrado, com quem pude partilhar as alegrias e as angústias desta caminhada, em especial: Caroline, Adriana, Rúbia, Jéssica, Mariana, Cristiana, Carina, Selma, Marília e Dárcio.

Aos meus amigos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelo apoio e incentivo desde a entrada no Mestrado, de modo especial: Laíse, Lúcia, Manuela, Clóris, Dirceu, Ilse, Jorge, João e Josemary. Pessoas que levarei no coração para sempre.

Ao grupo de Pesquisa História Intelectual e História da Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela amizade e discussões agradáveis que contribuíram para este trabalho, despertando em mim o interesse em História Intelectual, no qual desejo continuar me aprofundando.

Aos funcionários da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelo atendimento adequado aos pleitos dessa pesquisa.

Ao Arquivo Público do Paraná, pelo acesso às fontes de Cecília Westphalen, mesmo que em fase de catalogação, proporcionaram-me a pesquisa que foi indispensável ao meu trabalho.

Ao meu companheiro Jean, pelo carinho, amor, paciência e compreensão nos dias em que tive que me dedicar de forma exclusiva à pesquisa e que pude contar com seu apoio.

Ao meu filho Gustavo, pela sua maturidade e compreensão, nas ausências necessárias ao desenvolvimento da pesquisa, sem dúvida o maior incentivo desta caminhada.

Aos meus pais, Osmar e Arlete, exemplos de luta e persistência, pela formação humanista que permitiu que eu desenvolvesse o gosto pelo conhecimento. Pelo incentivo e apoio nas necessidades cotidianas devido aos compromissos acadêmicos.

Aos meus sogros, Tânia e Pedro pelo apoio e incentivo.

Aos meus irmãos queridos, Leandro, Leonardo e a minha cunhada Ana e meu sobrinho Benjamin.

À minha irmã Millena, que foi minha companheira, sempre me auxiliando nas atividades diárias, me socorreu e apoiou nos dias mais difíceis.

Aos meus avós, Joaquina e Cirino (in memoriam), Laura e Aurora, por acreditaram em mim. Afinal, a neta de agricultores e pedreiros chegou a um espaço onde nenhum outro familiar havia chegado, à Universidade.

Ao grupo Muzenza, por ter despertado em mim o amor pela capoeira, que permitiu manter a minha saúde (física e mental) durante o percurso da pesquisa.

Aos meus amigos, em especial: Bruna, Thamires, Jovilson, Suzana, Eduardo, Aline, Andrelize, César, Rodrigo, Jeferson e Samanta pelos momentos de descontração, desabafo, encorajamento e amizade.

Ao meu afilhado querido Bernardo.

Ao meu fiel companheiro de dissertação, Marley, presente mesmo nas madrugadas mais frias da redação desta dissertação.

A todos que mesmo de forma indireta, colaboraram e apoiaram à realização deste trabalho.

“Eu sei que por algum tempo vou me manter oscilante entre a razão e o desejo. Algumas decisões são tomadas com o coração inquieto e o pensamento tomado por muitas coisas que aconteceram e acontecem, tudo misturado. Sei também que o tempo vai ser meu amigo para essas coisas da vida. Com coragem eu sigo, nessa velocidade que não temo, nem mesmo de ousar ser feliz”.

Fernando Pessoa.

RESUMO

O presente trabalho analisa a produção historiográfica de Altiya Pilatti Balhana (1929-2009) compreendida a partir de 1950, momento em que surgem os primeiros interesses pela pesquisa, influenciada pela Geografia e Antropologia, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e como Balhana delimitou seus interesses em torno da história da imigração, integrando o corpo docente da referida Faculdade em 1958, defendendo em 1959 sua tese de Livre-Docência: *Santa Felicidade: um processo de assimilação*. Balhana, junto à Cecília Maria Westphalen (1927-2004), participou da institucionalização do Departamento de História da Universidade do Paraná em 1959, definiu as bases e diretrizes da História recém-separada da Geografia e instaurou uma historiografia acadêmica na Universidade do Paraná. No Departamento de História, Balhana e os demais professores organizam uma concepção de História e do ofício do historiador que norteou projetos de pesquisas, organização de fontes e arquivos, sobretudo a partir da referência da história-problema dos *Annales*. Balhana apropriou-se de conceitos e categorias para apreensão do passado, decorrentes dos seus interesses em História da imigração, apropria-se também da História Demográfica francesa, desenvolvida por Louis Henry e Michel Fleury. Dos desdobramentos da organização da historiografia na Universidade do Paraná, fora criado Programa de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, em 1972, com uma linha de pesquisa em História Econômica e Demográfica. Balhana e os demais professores, contribuíram para a consolidação e reconhecimento da historiografia do Departamento de História da Universidade do Paraná junto à historiografia brasileira.

Palavras-chave: Altiya Pilatti Balhana. História Demográfica. Historiografia paranaense.

ABSTRACT

The present work analyzes the historiographical production of Altiva Pilatti Balhana (1929-2009) understood from 1950, when the first interests of research arise, influenced by Geography and Anthropology, in the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters and how Balhana delimited his interests in the history of immigration, integrating the faculty of the said Faculty in 1958, defending in 1959 his thesis of Free Teaching: Santa Felicidade: a process of assimilation. Balhana, together with Cecília Maria Westphalen (1927-2004), participated in the institutionalization of the Department of History of the University of Paraná in 1959, defined the bases and guidelines of the newly separated History of Geography and established an academic historiography at the University of Paraná. In the Department of History, Balhana and the other teachers organize a conception of History and the office of the historian who guided research projects, organization of sources and archives, especially from the reference of the Annales problem history. Balhana appropriated concepts and categories to apprehend the past, stemming from his interests in Immigration History, appropriated also the French Demographic History, developed by Louis Henry and Michel Fleury. Of the developments in the organization of historiography at the University of Paraná, a Postgraduate Program was created at Masters level in 1972, with a research line in Economic and Demographic History. Balhana and the other professors contributed to the consolidation and recognition of the historiography of the History Department of the University of Paraná, together with the Brazilian historiography.

Key-words: Altiva Pilatti Balhana. Demographic History. Paranaense historiography

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	CAPÍTULO A HISTORICIDADE DA ESCRITA DO HISTORIADOR	
1.1	O CONCEITO MODERNO DE HISTÓRIA E SUAS IMPLICAÇÕES NO OFÍCIO DO HISTORIADOR	23
1.2	A HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: CONCEITOS E ABORDAGENS	25
1.3	A HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	28
1.4	A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	31
1.5	FACULDADES DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS NO BRASIL	35
1.6	A HISTORIOGRAFIA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 1950	41
2	A ORGANIZAÇÃO DE UMA PRÁTICA: BALHANA E OS PRIMEIROS TEXTOS	46
2.1	ORGANIZAÇÃO DE UM ESPAÇO DE PRODUÇÃO ACADÊMICA: O DEPARTAMENTO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ	52
2.2	DEFINIÇÃO DE PROBLEMAS, PESQUISAS E ORIENTAÇÕES: PRIMEIRO SEMINÁRIO DE HISTÓRIA	56

2.3	A INFLUÊNCIA DA HISTÓRIA ECONÔMICA SOCIAL NA HISTORIOGRAFIA	63
2.4	DA METODOLOGIA DA HISTÓRIA QUANTITATIVA À HISTÓRIA DEMOGRÁFICA	72
2.5	A HISTÓRIA DEMOGRÁFICA E O CURSO DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA	86
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
4	FONTES	96
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98

INTRODUÇÃO

Propõe-se discutir a historiografia de Altiva Pilatti Balhana (1929-2009), historiadora paranaense, sua produção, e o processo de organização do Departamento de História da Universidade do Paraná¹. Ela, ao lado dos demais professores, organizaram a historiografia acadêmica, dando-lhe aspectos científicos, instaurando, assim, um locus privilegiado na produção historiográfica.

Esta pesquisa deu seus primeiros passos em 2013, no momento em que fomos apresentados à produção de Balhana no grupo de pesquisa organizado pelo professor doutor Antônio Paulo Benatte, no qual discutíamos a Historiografia Paranaense. Diante da produção ampla (tanto no que se refere a temas, como em quantidade), fomos aos poucos tentando situá-la quanto à produção da historiografia da época, bem como, compreendendo a sua relação com outros historiadores do mesmo período, entre eles, Brasil Pinheiro Machado (1907-1997) e Cecília Maria Westphalen (1927-2004)

Como participante do grupo de estudos intitulado “História, Intelectuais e Educação no Brasil e no Paraná de oitocentos a novecentos”, coordenado pelo professor doutor Nêvio de Campos e pela professora doutora Maria Julieta Weber Cordova, aprofundamos discussões em torno da História Intelectual, a partir das quais construímos o pré-projeto de pesquisa intitulado: “Altiva Pilatti Balhana: e a operação historiográfica em *Campos Gerais: Estruturas Agrárias* (1968)”, submetido ao Programa de Pós-Graduação em História (UEPG) e também ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG), sendo que a proposta do projeto era compreender a escrita da história no texto de Balhana e a consolidação de uma historiografia acadêmica no Paraná. O livro *Campos Gerais* é resultado do projeto de pesquisa organizado por Balhana e Brasil Pinheiro Machado, em sintonia com a perspectiva organizada no DH da Universidade do Paraná, tanto no que se refere à organização de projetos de pesquisa em história regional, como no levantamento de fontes e organização de arquivos. O projeto *Campos Gerais* envolveu um grupo multidisciplinar (historiadores, geógrafos, biólogo, economista, cientista social e sociólogo) que buscava compreender a transformação dessa região à luz da metodologia dos *Annales*, sobretudo da segunda geração com Fernand Braudel.

Esta pesquisa foi contemplada no Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, no qual defendeu-se, em março de 2016, a dissertação intitulada: “Regionalismo paranaense: Do *Esboço de uma sinopse de História Regional do Paraná à História do Paraná* (1951-1969)”,

¹ Daqui em diante utilizaremos a sigla DH.

sob orientação da professora doutora Maria Julieta Weber Cordova. Nesse trabalho, discute-se a influência do texto *Esboço de uma História Regional do Paraná*, escrito por Brasil Pinheiro Machado em 1951 como proposição de uma História do Paraná, parte das comemorações do Centenário da Emancipação Política do Paraná (1953) e como esta refletiu nas obras *Campos Gerais* (1968) e *História do Paraná* (1969).

Destaca-se, no trabalho acima, que há um fio condutor entre estas obras, enquanto preocupação dos autores do DH em organizar um regionalismo paranaense coerente que, a partir dos anos 1960, contemplasse as três regiões que compunham o Estado (Paraná Tradicional, Norte e Sudoeste) e como, ao mesmo tempo, estes intelectuais buscaram produzir discursos, identidades que não contemplavam, porém, todos os agentes (indígenas, caboclos e negros). Eles procuraram minimizar tensões e conflitos, sobretudo no que tange ao setor agrário do Paraná no século XX, como foram a Guerra do Contestado (1912-1916), a Revolta de Porecatu (1950) e a Revolta dos Posseiros (1957), demonstrando a preocupação política com a ocupação das áreas de fronteira, numa história marcada pela teleologia do progresso que dialogava com o projeto modernizador das elites.

A metodologia empregada na pesquisa acima foi a da Análise de Discurso da vertente francesa, além de pesquisa bibliográfica documental, articulando a teoria dos campos de Pierre Bourdieu, tecendo uma rede de sentidos nos discursos produzidos pelos seguintes intelectuais: Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado, Cecília Westphalen e Bento Munhoz da Rocha Netto, e as intersecções do campo intelectual com o campo político na produção de um *habitus*. Este, enquanto processo continuado de inculcação transformado em prática, permitiria a consolidação de um regionalismo paranaense, bem como criar memórias e instrumentos de apropriação para outros agentes, destacando a ação desses intelectuais na produção de discursos. (ALMEIDA, 2016, p. 51)

Parte da produção de Balhana concentra-se no período de constituição disciplinar da História a partir dos anos 1960, na organização do Departamento de História (então recém-separado da Geografia) e da construção de uma individualidade, critérios de validação e legitimação para esta produção. Nas palavras de Westphalen (1984, p. 109)

Começamos, porém, a entrar numa conjuntura em que a moderna historiografia paranaense tem já produzido obras de grande significação científica, considerando novos temas, novos atores, novas perspectivas conceituais e metodológicas da História, razão pela qual devo desde logo sistematizar uma proposta de periodização para a história da historiografia paranaense.

Assim, foi possível compreender a configuração do DH como espaço de produção e pesquisa, transformado a partir do contato com novas metodologias e conceitos que modificariam a prática historiográfica no Paraná. Os professores buscaram consolidar uma produção científica no DH, marcada pela influência e recepção da Escola dos *Annales*, como a ampliação da noção de fonte, organização de arquivos e projetos de pesquisa em História do Paraná.

Portanto, a pesquisa sobre Balhana no Mestrado em História da UEPG foi sendo delimitada, tanto no contato com a pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas quanto nas leituras das disciplinas. Inicialmente, pretendeu-se trabalhar com todos os textos de Balhana presentes na coletânea organizada por Westphalen, intitulada *Un Mazzolino di Fiori*, publicado em 2002 em 3 volumes. Nesta obra, Westphalen reuniu textos esparsos de Balhana, escritos individualmente ou com outros autores, compreendidos entre 1950 e 2002. A relação acadêmica e pessoal das pesquisadoras sempre foi de muita cumplicidade, desde a formação acadêmica até as suas inserções como professoras na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná e, mais tarde, compondo o primeiro quadro de docentes do Departamento de História na Universidade do Paraná.

Há tempos, minha colega e amiga, Professora Doutora Altiva Pilatti Balhana, brincava conosco que, quando ficasse velhinha e, se necessário fosse, publicaria uma versão abreviada, mas fartamente ilustrada, dos seus livros sobre a colônia italiana de Santa Felicidade e que ela própria, iria vendê-la à porta dos restaurantes do bairro turístico gastronômico de Curitiba e para cujo conhecimento muito contribuiria. Zombava de nós, pois, pesquisadora universitária que, na Itália, estudara com Biasutti, Maugini, Sestini, Toschi, consagrada nacional e internacionalmente como especialista em imigração no Brasil e em demografia histórica. (WESTPHALEN, 2002, p. 5)

Balhana afastou-se das atividades acadêmicas no final dos anos 1980, mas sua produção tornou-se referência em se tratando da imigração italiana, como mencionara Westphalen. Balhana e Westphalen, tiveram um envolvimento político tanto na Universidade, quanto na esfera estadual e federal, participaram da instituição da Associação dos Professores Universitários de História, a ANPUH, bem como no rompimento com a ANPUH, na organização de uma outra associação de professores universitários, a Sociedade Brasileira de Pesquisa História (SBPH), demonstrando as tensões na organização da historiografia acadêmica entre 1960-1980.

Estabelece-se o seguinte recorte, trabalhar os primeiros textos de Balhana: O “Fandango em Caiobá” (1950), “Aspectos da Geografia Humana do Paraná” (1955), “L’Immigration Italiene au Paraná” (1957), “Duas Pequenas Indústrias Agrárias em Santa Felicidade” (1960), “Contribuição ao Estudo de História Agrária dos Campos Gerais” (1963), “Mudança na

Estrutura Agrária dos Campos Gerais” (1963), “Alguns Problemas de Aculturação nos Campos Gerais” (1963), todos presentes no I volume da *coleção Un Mazzolino de fiori* organizado por Westphalen em 2002, destacando a partir deles a construção desta enquanto pesquisadora, as preocupações relativas à organização da História enquanto disciplina, sua concepção de História, a apropriação de metodologias de pesquisa e os referenciais teóricos que permitiram a ela ampliar a produção do conhecimento historiográfico. Portanto, a produção de Balhana confunde-se com a organização desse espaço de produção do conhecimento, na constituição disciplinar da história, permitindo que este espaço de produção dialogasse com a historiografia brasileira e por ela fosse reconhecida .

Balhana articula metodologias e produz uma prática, participando ativamente da profissionalização do historiador no Paraná, na centralização da produção historiográfica na Universidade. Também buscou compreender a realidade socioeconômica paranaense, a partir dos estudos de população, presente nos textos “Formação da População Paranaense” (1969), “Levantamento e Arrolamentos de Arquivos” (1970), “O emprego de Computadores na História” (1973), “Comentários à Obra de Romário Martins ‘Quantos Somos e Quem Somos’, dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná” (1974), “Estudos de Demografia Histórica no Paraná” (1976), “Nupcialidade e Fecundidade” (1978), “A Experiência paranaense no Levantamento de Arquivos”, (1979) sempre buscando compreender como a metodologia da História Demográfica fora construída.

Utiliza-se a “Ata da Reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 02 de Dezembro de 1964 [registrando a sua constituição em princípios de 1959]”, publicada em 2009 na revista *História: Questões & Debates*. Essa fonte permite compreender as aspirações de Balhana e dos historiadores que compunham a FFCL-PR na institucionalização do DH no qual foram definindo diretrizes metodologias, apresentando projetos de pesquisa em História do Paraná e questões de como se deu o processo de transformação da prática historiográfica.

A essas fontes foram somados documentos presentes no fundo Cecília Maria Westphalen, no Arquivo Público do Paraná, que, mesmo estando em fase de organização, foram disponibilizados à pesquisa. No arquivo, tomamos contato com correspondências trocadas entre Westphalen e outros intelectuais como Fernand Braudel, Frédéric Mauro, que nos permitiu compreender as relações que o DH estabeleceu com a Historiografia francesa entre os anos 1960 e 1970. Dialogamos também com um artigo do jornalista Aramis Millarch, intitulado “História Qualitativa”, publicado no Jornal O Estado do Paraná em 1976, que fora digitalizado e disponibilizado no acervo de Aramis Millarch intitulado “Tablóide Digital” Naquele mesmo

ano, Balhana também fora entrevistada para o mesmo jornal, sob o título “História por excelência”. Ambas as fontes contribuem para completar alguns sentidos que não são verificados em seus textos.

A produção historiográfica se dá a partir da articulação de um problema, de um método e de uma prática (CERTEAU, 1972, p. 47). A prática fora transformada tanto na preocupação com fontes para pesquisa em História do Paraná, mas também de legitimar a produção do conhecimento a partir da Universidade, e foi a partir dela, e dos contatos que estabelecera na Europa, que organizou seu campo de interesses em torno da temática do imigrante, produzindo inúmeras reflexões, ao mesmo tempo em que ajudou a constituir as diretrizes da produção historiográfica na Universidade do Paraná, que mais tarde se desdobra na organização do Programa de Pós-Graduação em História, nível de Mestrado, em 1972, que mais tarde se estendeu à criação do curso em nível de doutorado em 1981.

A preocupação na formação de pesquisadores e também docentes para o Ensino Superior diferia da orientação assumida desde a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1938, o qual visava formar professores para o ensino secundário.

Outro fator relevante na análise da produção historiográfica de Balhana e do DH era de rompimento com o modelo historiográfico produzido pelos cronistas e também pelo Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná (IHGEP).

O discurso historiográfico no DH pode ser compreendido como uma memória construída institucionalmente, na medida em que esta é mobilizada pelos historiadores e incorporada à narrativa. A prática da pesquisa em arquivos produziria um discurso diferente do que havia sido produzido por outras instituições no mesmo período, como os Institutos Históricos, o que demonstra tensões relativas à legitimidade e reconhecimento dessa produção.

Como destaca Ricoeur (2014, p. 98):

De fato, uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum. O fechamento da narrativa é assim posto a serviço do fechamento identitário da comunidade. História ensinada, história apreendida, mas também história celebrada.

Balhana e os professores do DH da Universidade do Paraná tomaram como ponto de partida da historiografia paranaense o Paranismo, produção do início do século XX que se preocupou com a organização de uma identidade paranaense e a projeção do Estado na lógica nacional, questões em torno de identidade, articuladas pelos Paranistas, do qual destaca-se, sobretudo, Romário Martins. O Movimento Paranista no início do século XX, buscou construir

uma identidade para o Paraná, e, nesse sentido, procurou universalizar um discurso partindo da capital, Curitiba, ou seja, enaltecendo virtudes do Estado recém-criado. Numa tentativa de tratar as especificidades regionais no Paraná, enquanto projeto de construção de uma identidade regionalista, de forma idealizada, visava a subjetivação da identidade regional pelos paranaenses. (CORDOVA, 2009, p. 60)

Ainda sobre o Paranismo, Pereira atenta como este pode ser compreendido enquanto forma do Paraná encontrar sua brasilidade, tomando a identidade do paranaense enquanto “natural”, vinculando-a às “especificidades regionais” ao nacionalismo vigente. (PEREIRA, 1996, p. 9)

A organização da história regional paranaense a partir do século XX, também esteve presente na organização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná² em 1938 e contribui para a organização da História enquanto disciplina.

Altiva Pilatti Balhana graduou-se em História e Geografia pela FFCL-PR em 1950, escreve seus primeiros textos, com destaque ao seu trabalho de livre-docência: *Santa Felicidade: um processo de assimilação*, defendida em 1959. Naquele mesmo ano a História separava-se da Geografia na FFCL-PR. Balhana passou a interessar-se em questões relativas à História e a organização desta enquanto disciplina, sem perder de vista as preocupações relativas a seu tempo, e as expectativas que se organizam em torno do papel da Universidade. A emergência de novas categorias e metodologias, impulsionadas por novos projetos políticos e de mudança social, consolidou determinadas interpretações sobre o passado paranaense em diálogo com a historiografia brasileira.

A historiografia acadêmica do DH também buscou traçar uma especificidade para sua produção. A partir de Westphalen pode-se compreender as perspectivas que então se abriam para estes professores nos anos 1960:

Começamos, porém, a entrar numa conjuntura em que a moderna historiografia paranaense tem já produzido obras de grande significação científica, considerando novos temas, novos atores, novas perspectivas conceituais e metodológicas da História, razão pela qual devo desde logo sistematizar uma proposta de periodização para a história da historiografia paranaense. (WESTPHALEN, 1980, p. 108)

Deste modo, as novas perspectivas conceituais e metodológicas que se abriram a estes historiadores possuíam um tom de reivindicação do estatuto da cientificidade do conhecimento histórico, a partir de técnicas e operações específicas. Por isso, o discurso de Balhana deve ser

² Daqui em diante utilizaremos a sigla FFCL-PR.

compreendido a partir de uma organização epistemológica da história no Paraná, no que se refere à preocupação com critérios de validação e regimes de historicidade. Assim, a produção historiográfica, enquanto uma construção da realidade, é também parte de uma preocupação com a construção de uma diferenciação e de uma identidade para a produção do DH.

O discurso historiográfico em Balhana aos poucos vai se transformando, inicialmente devido à sua formação em geografia e também no diálogo com a antropologia. Entre os anos 1960 e 1970, construiu reflexões sobre a identidade paranaense, momento em que pode-se verificar a passagem da metodologia da História Quantitativa.

Nos anos 1960, segundo Cunha (2003, p.8) o estado do Paraná apresentou o maior crescimento demográfico do Brasil. Portanto, os projetos de pesquisa para estudos da população paranaense correspondiam aos anseios dos pesquisadores em problematizar sua constituição demográfica. Por isso, Balhana e os demais professores construíram objetos em história do Paraná que permitissem compreender a si mesmo, ao mesmo tempo em que instauravam um espaço para essa produção na Universidade do Paraná;

A História Quantitativa correspondia também às necessidades regionais para compreensão da sua estrutura demográfica, assim, o texto cumpriria com uma finalidade conciliando os conceitos e a prática da pesquisa.

Os estudos de imigrantes vão se ampliando e anos mais tarde ela analisou a imigração menonita nos Campos Gerais, no livro *Campos Gerais: Estruturas Agrárias*, juntamente a Brasil Pinheiro Machado, envolvendo pesquisadores das demais ciências sociais (geógrafo, economistas, sociólogos e cientista social). O livro buscou compreender as transformações na economia regional paranaense, dialogando com um projeto modernizador do qual o imigrante seria o agente principal.

A organização de projetos de pesquisa, a definição de metodologias e as técnicas de pesquisa permitiram aos discursos serem reconhecidos e legitimados pelos historiadores. Portanto, partimos da ideia que a produção historiográfica supõe uma comunidade de leitores, regida por leis e códigos que estabelecem relações entre si, no qual os textos são manejados e apreendidos. (CHARTIER, 1994, p. 14). Balhana, junto aos demais historiadores do DH, estabeleceu relações de reciprocidade, no manejo das metodologias e análise das fontes que são expressos em seus discursos. Neles, Balhana vai traçando uma individualidade, na relação entre objetos, metodologias e fontes de pesquisa e instaura um lugar para sua produção na historiografia paranaense. Deste modo, analisamos como a historiadora mobiliza a metodologia da história quantitativa e as condições sociais dessa produção na relação que estabeleceu com o passado, presente nos seus discursos, buscando compreender como ela operacionalizou

conceitos e categorias e como construiu sua problemática da pesquisa em História. Sobre o conceito de discurso, nos apropriamos de Foucault (1999, p. 10), segundo o qual,

O discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo; visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

O discurso historiográfico organiza enunciados regidos por códigos institucionais que articulam uma arquitetura conceitual que confere inteligibilidade e legitimidade ao discurso. Assim, a produção de Balhana também cumpria com os objetivos do DH em instaurar um espaço de produção. Os discursos possuem não-ditos e devem ser compreendidos a partir da posição discursiva do sujeito e como ferramenta de legitimação social de um grupo, atento à preocupação de dominação sobre a produção historiográfica no Paraná. Assim, a constituição desse espaço de produção significou também a adoção de um determinado tipo de discurso. A escrita da história enquanto discursividade, é construída na combinação de métodos e teorias para análise das fontes, o que constitui uma operação:

Mas vê-se logo que tal unidade longe de ser apresentada imediatamente, é constituída por uma operação; que essa operação é interpretativa (já que decifra no texto, a transcrição de alguma coisa que ele esconde e manifesta ao mesmo tempo); que finalmente a operação determina o opus em sua unidade e, por conseguinte a própria obra, não será a mesma (...). (FOUCAULT, 2013, p. 29)

O que significa imergir na experiência do autor e como o discurso enquanto fragmento é interligado aos demais. Deste modo, compreender o fio condutor entre os discursos produzidos, mesmo dentro da dispersão temporal, possuem um conjunto de regularidades, organizam os objetos dos quais se fala. (FOUCAULT, 2013, p. 60)

Assim, os discursos são na realidade *práticas discursivas*, enquanto formações de enunciados e regularidades discursivas. Segundo Foucault (2013, p. 59-60),

Já que é preciso, às vezes, acentuar as ausências, embora as mais evidentes, direi que, em todas essas pesquisas em que avancei ainda tão pouco, gostaria de mostrar que os “discursos”, tais como podemos ouvi-los, tais como podemos lê-los sob a forma de texto, não são, como e poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras; trama obscura das coisas, cadeia manifesta, visível e colorida das palavras; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras próprias da prática discursiva.

O historiador adquire um status que permite a ele proferir tais discursos, a partir do qual visou constituir uma série de diferenciações, afirmando o seu papel na sociedade, no qual o discurso visa atestar uma determinada eficácia. No discurso, o historiador articula a

temporalidade, ou seja, organiza um tempo, sua escrita parte de um ponto de vista o qual articula um determinado tempo histórico,

Admite-se que, como parte da humanidade, também o historiador tenha um ponto de vista condicionado pelas circunstâncias. Fundamentalmente, por meio da crítica de fontes e da interpretação, a totalidade do mundo histórico se abre a ele. Dessa forma, o indivíduo histórico contemporâneo, ao participar da objetivação histórica do passado ou do futuro, torna-se capaz de objetivar ele mesmo a história. (KOSELLECK, 2006, p. 313).

Ainda sobre as relações que o texto estabelece com a temporalidade, com destaque ao conceito de tempo histórico que, de acordo com Koselleck, remete às condições sociopolíticas da produção historiográfica. Balhana opta pela *longa duração* braudeliana, enquanto definição do tempo histórico no discurso, esta relação temporal trata-se de um processo de subjetivação do tempo. A historiografia articula o lugar, ponto de vista e o tempo histórico, e a partir destes o historiador é capaz de indagar o passado a partir de questões do presente. Nas palavras de Koselleck (2012, p. 162-163): “Dessa forma, o indivíduo histórico contemporâneo, ao participar da objetivação histórica do passado ou do futuro, torna-se capaz de objetivar ele mesmo a história”.

No primeiro capítulo, discute-se a organização da história da historiografia, desde o conceito moderno de História e a emergência do ofício do historiador, a partir de questões relativas à organização da disciplina e sobre a História da Historiografia como possibilidade de pesquisa. Dialoga-se com a organização da História da Historiografia Brasileira e os primeiros trabalhos que pretenderam discutir e analisar a construção do pensamento historiográfico no Brasil. Na sequência analisa-se a transformação da Historiografia Brasileira, desde a criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e de precursores da historiografia brasileira como Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu, Afonso de Taunay, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, José Honório Rodrigues e Francisco Iglésias.

Analisa-se a organização das primeiras Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras no Brasil, com destaque à criação da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP)³ criada em 1934 e da Faculdade Nacional de Filosofia (1939), concepções de História que vigoravam no período e como a historiografia brasileira vai sendo transformada tanto no contato com a historiografia francesa e alemã e suas implicações na constituição dos primeiros Departamentos de História e Geografia, que separados a partir de 1950, adquiriam autonomia e aos poucos reestruturaram seus currículos. A partir dos anos 1950, o historiador passa a ser

³ Daqui diante utilizaremos a sigla USP.

compreendido na sua relação com a Universidade e também na produção de pesquisas. Organiza-se uma nova concepção das Ciências Sociais no Brasil e do papel da História junto a estas, que expressa-se na organização da historiografia acadêmica, proposição de métodos e suas relações com a sociedade.

No segundo capítulo analisa-se os primeiros trabalhos de Balhana, a relação da História, Geografia e Antropologia em seus textos e de que forma foi delimitando seus interesses em torno da história da imigração, a partir da problemática da população paranaense, desde os primeiros trabalhos publicados acerca da colônia italiana de Santa Felicidade, bairro que fica nos arredores de Curitiba, sobre a qual concentra maior parte da sua produção. Balhana articula e operacionaliza os conceitos, tanto na preocupação com uma cientificidade para o discurso historiográfico que permitiram a ela objetivar a história. Destacando a sua contribuição na consolidação da historiografia paranaense como uma das organizadoras do DH da Universidade do Paraná em 1959, suas proposições teóricas e metodológicas, no diálogo que estabeleceu com o modelo historiográfico francês da Escola dos *Annales*, mas sobretudo, na organização da História Quantitativa. A partir dessa influência, Balhana e os professores do DH organizaram projetos de pesquisa e de organização de arquivos, delimitando o campo de interesses em torno da história regional paranaense, ao mesmo tempo que consolidaram a prática de pesquisa em arquivos, contribuem para a organização do Programa de Pós-Graduação em História, nível de Mestrado em 1972, com concentração em História do Brasil e duas linhas de pesquisa, uma delas em História Demográfica e outra em História Econômica. (CARDOSO, 2005, p. 22).

Balhana concentrou a maior parte dos seus esforços na temática da Imigração, mas percebemos como a História Demográfica permitiu a ela construir interpretações sobre este objeto, do qual decorreu sua preocupação na organização de arquivos e documentos que permitisse à historiografia ampliar seus conhecimentos em História do Paraná, mas sobretudo em estudos sobre a população. É a partir dos conceitos de nupcialidade, fecundidade e natalidade que se construiu suas interpretações, apresentando-as nos principais seminários de pesquisa nacionais e internacionais.

A partir da historiografia produzida por Balhana, discute-se a organização de metodologias em história, a emergência e consolidação da historiografia na Universidade do Paraná e a preocupação dos historiadores com a formação de pesquisadores e professores para o ensino superior no Paraná, por isso, considerado centro irradiador hegemônico até a década de 1980. A partir de então, novas metodologias e correntes teóricas chegam ao Brasil, com novas abordagens e objetos de pesquisa, busca-se situar o papel da historiografia paranaense na

historiografia brasileira, visando compreender como Balhana e sua produção contribuíram para a consolidação da historiografia acadêmica no Paraná.

1 A HISTORICIDADE DA ESCRITA DO HISTORIADOR

1.1 O CONCEITO MODERNO DE HISTÓRIA E SUAS IMPLICAÇÕES NO OFÍCIO DO HISTORIADOR

A historiografia, enquanto parte da atividade do ofício do historiador, revela as relações que estes indivíduos construíram com a sociedade de seu tempo, suas expectativas, seus anseios que refletem na organização da história como campo de conhecimento, teorias e metodologias de como escrever o passado. A partir de um ponto de vista e lugar, circunscreve regimes de historicidade, ou seja, diferentes maneiras de relacionar-se com o tempo.

Toda a interpretação, que é uma atribuição de sentido ao vivido, se assenta sobre um “mirante temporal”, um ponto de vista, em um presente – vê-se a partir de um lugar social e um tempo específicos. O desdobramento do tempo pode mudar a qualidade da história, interpretações inovadoras emergem com a sua passagem.

(...)

As esperas futuras e vivências presentes alteram a compreensão do passado. (REIS, 1999, p. 09)

Na construção da narrativa, o historiador se apresenta também como leitor e sua produção destina-se a um público muito específico, não um grande público, mas limita-se a produzir para “alguns”. Como destaca Certeau (1972, p. 47):

A frágil e necessária fronteira entre um objeto passado e uma práxis presente se movimenta, desde que, ao postulado fictício de um dado a compreender se substitua o exame de uma operação sempre afetada por determinismos e sempre a retomar, sempre dependente do lugar onde se efetua numa sociedade e, não obstante, especificada por um problema, métodos e uma função próprios.

A historiografia, enquanto representação do passado em escrita, integra a pesquisa histórica, tornando-se ao mesmo tempo objeto e fonte de consulta. Como destacou Malerba (2013, p. 23): “O termo “historiografia” é empregado especificamente para a terceira fase, da representação da escrita, o produto final da produção histórica”. Esta, enquanto narrativa, é mediatizada por categorias, conceitos, que buscam dar inteligibilidade e credibilidade a tais informações. A relação da historiografia com a temporalidade modifica-se, pois enquanto constructos sociais, referem-se também às aspirações coletivas, e evocações de memórias.

Portanto, na sobreposição de significantes sobre o passado bem como na relação de alteridade, mediado por técnicas específicas da pesquisa histórica o historiador relaciona um ausente, ou seja, o passado. A historiografia nos permite compreender o processo de institucionalização da pesquisa e do ensino da História, bem como atenta para a importância

social das representações sócio-políticas construídas pelos historiadores, percebendo as modificações nos domínios da História, inseridas no processo de consolidação desta como disciplina. Através da escrita é possível compreender as relações que o historiador estabelecem com a sociedade, e como esta está refletida nas categorias utilizadas por ele na interpretação e significação do social.

Desde a antiguidade, o homem construiu diversos testemunhos da sua relação com o passado, que se expressa na linguagem utilizada por políticos, teólogos, poetas, autores desconhecidos, enciclopedistas, quadros e também o texto dos historiadores. É através da linguagem que os indivíduos manifestam suas experiências e expectativas. (KOSELLECK, 2006)

A emergência do conceito moderno de História, construído a partir do século XVIII, representa a experimentação do tempo sob o prisma de um novo significado, que deriva do Iluminismo e da organização da ciência, na qual podemos acessar através da discursividade. A História enquanto singular plural, passa a referir uma diversidade de histórias particulares, que afeta a humanidade. A transição do conceito da História *Magistra Vitae*, antes atrelada aos exemplos que orientavam os historiadores na construção do seu objeto, demonstra que a relação com a temporalidade anterior ao século XVIII conota a organização de um contínuo histórico, utilizada para o aperfeiçoamento moral. (KOSELLECK, 2006, p. 43)

No século XVIII, organiza-se uma nova experimentação temporal, que se difere quando ao seu uso e à estrutura narrativa:

Passou-se a exigir da história uma maior capacidade de representação, de modo que se mostrasse capaz de trazer à luz – em lugar de sequências cronológicas – os motivos que permaneciam ocultos, criando assim um complexo pragmático, a fim de extrair do acontecimento casual uma ordem interna. (KOSELLECK, 2006, p. 51)

Nesse ponto é importante destacar que a investigação dessa ordem interna dos textos historiográficos é o exercício da história da historiografia, que busca compreender a pretensão dos historiadores em organizar os acontecimentos em uma unidade. O conceito moderno de História surge como resultado do processo reflexivo do conhecimento histórico, momento em que a preocupação com a verdade histórica se desloca para as condições de produção dessa verdade.

Ricoeur (2013, p. 146) destaca que a organização do conhecimento histórico é operacionalizada em três fases: a primeira delas seria a fase documental, a escolha de arquivos e definições epistemológicas. Na sequência, a fase explicativa, na qual se busca produzir respostas e, por fim, a fase representativa, momento em que a organização discursiva passa a ser acessado pelos leitores, ou seja, a fase escriturária, na qual o historiador confronta outras

escritas. A primeira delas no arquivo e é a partir dela que se constroem interpretações, que se realiza desde a delimitação das fontes, a escolha de métodos e conceitos. Portanto, a produção historiográfica estaria compreendida da fase explicativa à fase escriturária.

No início do século XIX a História institucionaliza-se, buscando organizar critérios de objetividade e legitimidade, que, no contexto francês, pode ser observado na escrita operacionalizada por Jules Michelet (1798-1874), que, inspirado na metafísica de Vico, delimitou as fronteiras da História, relacionando fatos e acontecimentos, deu ênfase à relação do historiador com os arquivos. Partindo da perspectiva de uma História total e da relação intrínseca com os arquivos, a escrita do historiador fundamentar-se-ia na relação com os documentos. (HARTOG, 2013, p. 149-154). Anos mais tarde, Michelet reconheceu seus limites, argumentando que o povo, enquanto sujeito da História, não podia ser apreendido por ela, dado a sua dinâmica. (HARTOG, 2013, p. 156)

Ao longo do século XIX o conhecimento histórico enquanto organização de discursos relativos ao passado se modifica e suas interpretações são orientadas pelos interesses do presente, a partir das inquietações que cada contexto imprime aos indivíduos. Surge a preocupação com os arquivos e a organização de instrumentos teórico-metodológicos, a da história busca diferir-se no conjunto das demais ciências físicas e sociais.

É uma apresentação elaborada do passado, limitada ao meio da escrita, com suas possibilidades e restrições. Ela pressupõe a experiência social de um historiógrafo, caracterizada por certo grau de especialização e eventualmente de profissionalização e sua função em uma ordem política e social. (MALERBA, 2006, p. 22)

A organização da história enquanto especialização, é relacionada à história da historiografia, compreendendo a formação desse campo de estudos, problemas e questões relativas à organização da disciplina histórica.

1.2 A HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: CONCEITOS E ABORDAGENS

A história da historiografia preocupa-se com o espaço de produção do historiador, formação de redes, sua relação com instituições, bem como os interesses mobilizados ao construírem sua prática e a escrita. A escrita do historiador nos permite compreender as relações que a sociedade estabelece com o passado e como estas por vezes constroem memórias coletivas e individuais. Através do texto, o historiador afirma uma identidade, bem como busca legitimar uma determinada construção sobre o passado. Na história da historiografia a escrita é

desdobrada, a partir da compreensão que existe uma brecha entre o passado e a sua representação historiográfica.

A expressão história da historiografia, foi utilizada pela primeira vez por Hegel, no livro *Lições sobre a filosofia da história*, publicado em 1837, no qual ele formula três métodos para escrita da história: original, reflexivo e filosófico. No método reflexivo, por sua vez, conteria a categoria história crítica, esta enquanto avaliação das narrativas dos historiadores, verificação dos critérios de verdade e de confiabilidade. (GUIMARÃES, 2011, p. 20). A organização deste campo de pesquisa, composto inicialmente por filósofos e letrados, se atribuiu a função de analisar criticamente o desenvolvimento do pensamento histórico e como os historiadores conceberam a prática que comumente denominou-se historiador de ofício.

Se a história se refere, primordialmente, às ações e/ou práticas, ao realmente vivido e, em segunda instância, às interpretações feitas pelos historiadores, cabe à historiografia não uma reflexão sobre a história, enquanto conjunto da produção humana, mas, fundamentalmente, sobre o conhecimento histórico, ou seja, a reflexão sobre a produção dos historiadores. (ARRUDA; TENGARRINHA, 1999, p. 11). Refletir sobre a produção da escrita da história convém relacioná-la às questões que permeiam a organização da história da historiografia dentro da disciplina historiográfica.

Ao longo do século XIX a história da historiografia era considerada gênero menor da historiografia, compreendida como abstração intelectual e uma história bibliográfica. Apenas no início do século XX, no bojo das tendências inauguradas por Benedetto Croce, pelo Marxismo e pelos Annales, que emerge a necessidade de reflexão em torno do ofício do historiador, a preocupação com a transformação dos métodos históricos e como estes poderiam ser acessados e compreendidos a partir dos diferentes modos de escrita da história. (GUIMARÃES, 2011, p. 21)

O texto compreendido em sua historicidade, estabelece relações com diferentes culturas históricas, pois o campo historiográfico é um espaço de disputas, tanto na representação do passado, mas também na organização de procedimentos. Os historiadores preocuparam-se desde o século XIX em garantir um lugar para sua produção e que esta fosse reconhecida como legítima. A história da historiografia como exercício pode ser observada em Leopold Von Ranke (1795-1886), que refletiu sobre a obra de Heródoto e Tucídides. Ranke, objetivou compreender a partir da historiografia o que ainda restava a ser escrito, bem como o processo de institucionalização de um novo modelo de História, a preocupação em definir-se em relação a esta produção e atualizar-se a partir das tendências atuais, participando dos debates em História, que se tornavam cada vez mais específicos. (TURIN, 2013, p. 85)

A busca pelos lugares de produção, preocupações, a emergência de temas, a reflexão acerca da identidade que constroem, são parte da abordagem em História da Historiografia, como observou Turin:

(...) como um trabalho de anamnese, mas na qual importa mais refletir sobre as formas e os mecanismos de produção da identidade e da diferença, através das quais o passado se faz presente e a sociedade (e a disciplina) pode ser pensada, do que o seu simples rearranjo em novas ordenações narrativas engendradas por aqueles mesmos mecanismos formais historicamente sedimentados. (TURIN, 2013, p. 92)

Ao longo dos anos 1970, a história da historiografia foi problematizada por Paul Veyne (1971), Michel de Certeau (1972), Hayden White (1973), o que representa uma tentativa de balanço das tensões sobre os procedimentos na escrita da história e sua intenção de verdade. (ROIZ, 2011, p. 327)

Deste modo, a história da historiografia se constrói entre permanências e rupturas, ao analisar a historicidade do discurso historiográfico, realiza-se, então, um trabalho de reconhecimento e de crítica, uma operação que consiste: “ (...) [na] necessidade de explicitar os pontos de vista, expressos em problemas e categorias, como condição para melhor controlá-los, seja em sua dimensão cognitiva, seja em sua dimensão ética”. (TURIN, 2013, p. 80)

O historiador constrói sua narrativa a partir de um determinado horizonte teórico e sob diversas camadas de interesse e recepção. A sua construção não é livre, mas mediada pelas tensões de cada sociedade e o historiador ao organizar em enredos os sentidos atribuídos pela sociedade, torna essa diferença compreensível ou representável. O discurso historiográfico parte da premissa indispensável da existência de um passado.

A história da historiografia analisa as condições de produção do conhecimento histórico, como exercício autorreflexivo da disciplina, o qual busca compreender o processo de construção de uma diferenciação da História em relação às demais ciências humanas e sociais. É um trabalho de reconhecimento dos seus limiares epistemológicos e de como estes foram constituídos pelos historiadores.

Portanto, a fonte geradora da historiografia é a necessária retificação das versões do passado histórico, operada a cada geração.

(...)

Nessa brecha se instaura a história da historiografia como ramo legítimo do conhecimento histórico. (MALERBA, 2013, p. 17)

O campo discursivo da História, dialoga com a cultura histórica, possui critérios de validação desse conhecimento. Historiadores como Charles-Victor Langlois e Charles

Seignobos, François Simiand, Marc Bloch, Lucien Febvre refletiram sobre os problemas metodológicos que se colocavam à História. (ROIZ, 2008, p. 218)

No Brasil, a preocupação com a história da historiografia apresenta-se desde o século XIX, manifestando-se nas produções de Adolfo de Varnhagen e Capistrano de Abreu, no entanto, o que a tornou conhecida foram os inventários bibliográficos. Exemplo disso foi o *Catálogo de Exposição da História do Brasil*, organizado por Ramiz Galvão (1881) e o de Nelson Werneck Sodré, *O que se deve ler para conhecer o Brasil* (1945). Por conta disso, a produção historiográfica, enquanto experiência histórica na qual o historiador sistematiza um conjunto de referências, é capaz de revelar relações profundas com a sociedade em que fora produzida.

A organização de espaços de produção da historiografia no Brasil, se deu a partir de 1838 na criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB)⁴, momento em que emerge a preocupação com a produção de uma história do Brasil, com a organização de sínteses no qual aparece a presença do historiador de ofício na historiografia brasileira.

A profissionalização do historiador no Brasil se organizou a partir do século XIX, expressando uma nova relação dos indivíduos com o passado, bem como a emergência de instituições que buscaram centralizar a produção do conhecimento histórico.

1.3 A HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Entre 1920 e 2000 muitas obras buscaram analisar de forma crítica a produção historiográfica brasileira. Entre elas, estavam as de Sérgio Buarque de Holanda, Pedro Moacir Campos, Alice Piffer Canabrava, Américo Jacobina Lacombe, José Honório Rodrigues, José Roberto do Amaral Lapa, Francisco Iglésias, Carlos Fico, Francisco Calazans Falcon e Maria Helena Capelato. (GUIMARÃES, 2011, p. 22).

Segundo Guimarães (2011, p. 23) um dos primeiros esforços em traçar uma história da historiografia brasileira foi realizado por Sérgio Buarque de Holanda, no texto “O pensamento histórico no Brasil na primeira metade do século XX” em 1951. Buscando traçar o percurso da historiografia brasileira, arquivos e possibilidades de pesquisa, Holanda aponta como precursor os *Capítulos da história colonial* de Capistrano de Abreu, publicado em 1907, por tratar-se de uma abordagem inovadora em história, através do diálogo com a geografia, sociologia e antropologia. Afirmava como inovadora a metodologia empregada por Capistrano, na relação

⁴ Daqui em diante utilizaremos a sigla IHGB.

com os documentos, fato histórico e questões que o historiador colocava às fontes, para Holanda, esta produção estabeleceu o elo entre a produção do IHGB e a historiografia universitária após 1930. (ROIZ, 2013, p. 223)

O que diferenciava a produção de Capistrano era o uso das fontes, lembrando o estatuto que o documento vai adquirindo, sobretudo após o contato de Holanda com os *Annales*. A historiografia do período limitava-se ao uso somente de documentos oficiais, a partir dos quais almejavam constituir uma narrativa verdadeira sobre o passado de modo a fazer da história uma “ciência”.

(...) o estudo do passado se fazia mais para dar sentido ao presente, tomando o passado como uma tradição a se manter num outro período histórico, do que para mensurar as diferenças e mudanças de um momento para o outro. (ROIZ, 2013, p. 223)

Há uma transição entre esta produção e a de Oliveira Vianna no livro *Populações meridionais do Brasil* (1920) e em Gilberto Freyre, no livro *Casa Grande e Senzala* (1933). Holanda concluía sua análise, na constituição da Universidade de São Paulo (1934)⁵ e Universidade do Distrito Federal (1935)⁶.

Holanda analisou a organização da democracia no Brasil, tecendo redes de intercâmbio cultural internacionais e nacionais, num movimento de reelaboração e de autocrítica da sua produção. Ao pensar o passado, buscou compreender o presente e projetar um futuro. Roiz (2013 p. 12), destaca a articulação das categorias de passado, presente e futuro e como estas foram sistematizadas nos textos. Holanda foi leitor das historiografias francesa, alemã, americana, italiana, portuguesa, luso-espanhola e latino-americana, o que nos permite compreender sua formação no campo historiográfico. Do qual destacamos o intenso fluxo de ideias, métodos e referências, bem como intercâmbio de obras que realizou com grandes centros de pesquisa.

Para Iglesias (2000), a historiografia brasileira pode ser compreendida em três fases principais: a primeiro, entre 1500 e 1838; a segunda entre 1838 e 1931 e a terceira, entre 1931

⁵ A Universidade de São Paulo (USP) decorre dos interesses do grupo liberal e dos industriais de São Paulo, que desejavam construir uma hegemonia nacional após a Revolução de 1930 e da Revolução Constitucionalista de 1932. Iniciativa que contou com o grupo diretor do jornal O Estado de São Paulo, Júlio Mesquita Filho e Armando Salles de Oliveira e Fernando de Azevedo, então redator do jornal. (CAMPOS, 2006, p. 13)

⁶ Criada pela iniciativa de Anísio Teixeira, então diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal, que representava a esperança da intelectualidade liberal carioca com o ensino superior, promulgada pela lei municipal nº 5.513/35. Para Anísio Teixeira, a Universidade deveria ser o espaço do pensamento livre, dedicado à cultura e a liberdade. Ao mesmo tempo que esse pensamento liberal atraiu a intelectualidade, se apresentou como um problema para o projeto universitário do então ministro da Educação e Saúde de Vargas, Gustavo Capanema, desagradando também os setores militantes da Igreja, sobretudo Alceu Amoroso Lima. (BOMENY; COSTA; SCHWARTZMAN, 2000, p. 227)

até os dias atuais. Para ele, a consolidação do campo de atuação do historiador se deu a partir da criação das universidades, sobretudo, a partir da década de 30, momento em que se profissionalizou o historiador.

Naquele período, os regionalismos deveriam convergir para o nacionalismo brasileiro. Por isso, a partir de 1930, proliferam coleções, ensaios e estudos sobre a formação brasileira, suas regiões, problemas históricos e geográficos, que demonstram uma tentativa dos intelectuais forçarem o despertar da consciência brasileira. Com isso, a Historiografia adquire uma função social e aspiração científica, que demarcasse a fronteira tênue entre história e literatura, visando delimitar e reforçar as diferenças da historiografia com a produção literária.

Decorrente disso, surgem preocupações quanto aos usos do passado, que por vezes desejaram superar, bem como questões hermenêuticas. À Escrita da História atribuiu-se o papel de dar respostas aos problemas que se colocavam para o período e, por isso, elaboram-se projetos para se repensar a história do Brasil. Os anos 1930 representam para São Paulo um momento de crise, tanto de valores quanto de expectativas, e não por acaso, é de São Paulo que emergiu algumas das produções mais importantes dessa década, haja vista, mobilizam a história para, de alguma forma, superar as tensões e a crise de caráter cultural, político, social e econômico do período,

Para eles, uma vez perdida a hegemonia e a autonomia no campo político e econômico, o estado de São Paulo poderia recuperar seu lugar junto à Nação, não ao mitificar o seu passado glorioso, mas sim, ao transformar as bases da cultura nacional, por meio de um projeto de implantação de universidades, escolas e salas de aula e de novos profissionais para o ensino no presente. (ROIZ, 2013, p. 50)

Outro esforço em caracterizar a historiografia brasileira foi realizado por José Honório Rodrigues. Este, assim como Holanda, se autodefendia herdeiro de Capistrano, com destaque para as obras *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica* (1949), *História e historiadores do Brasil* (1965) e *História da História do Brasil* (1979).

A historiografia brasileira teve seu grito de independência em relação aos excessos de europeísmo desde os primeiros ensaios de Capistrano de Abreu, quando mostrou os caminhos da interiorização brasileira, nos Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil e nas frases lapidárias com que mostrou, nos Capítulos da História Colonial (...). Seu discípulo Taunay continuou o método anti-europeu, reconstruindo, com a História Geral das Bandeiras Paulistas, o mundo material e espiritual da fronteira conquistada pelos devassadores. (RODRIGUES, 1965, p. 19)

De acordo com Rodrigues (1965), a produção historiográfica deveria atentar-se às problemáticas do presente, buscando no passado as origens socioeconômicas que permitissem

analisar o “atraso econômico” do país, para que este se encaminhasse ao desenvolvimento. Sua produção vinculava-se à ideia de progresso econômico que, por consequência, refletiria em progresso cultural. Deste modo, o historiador deveria realizar uma excessiva análise documental, aproximada de temas atuais. Para além das descrições exaustivas, as mudanças na conjuntura econômica do pós-guerra, a aceleração do tempo, refletiram diretamente na função social da história, que para ele deveria atender aos interesses do presente. (RODRIGUES, 1965, p. 23. Rodrigues, criticou a omissão dos historiadores diante dos problemas atuais:

Ela quer se aproveitar da oportunidade psicológica do despertar da consciência da nossa insuficiência para impor sua decisão e afetar a estrutura, ajudando a promover o desenvolvimento. Mas para isso ela quer criar um novo grupo intelectual de ideólogos, que seriam os fabricantes ou o conselho dos guardiães do nosso processo histórico atual. Na verdade eles não se preocupam com a possível influência ativa da história anterior sobre a atual, nem com os resíduos do passado no presente. (RODRIGUES, 1965, p. 28)

Para ele, o estudo da história pela história sem implicações com o presente seria ideologia. Pois apenas sob o viés interpretativo se daria o estudo do passado, que para ele também se tratava de uma posição de engajamento, que abordasse objetos em História contemporânea confrontando a política e que isso forneceria a situação histórica atual disponível a todos que quisessem acessá-la. Rodrigues destacou as contribuições das obras de Freyre e Holanda tanto pela originalidade e análise cultural, mas também pelos instrumentos metodológicos utilizados e Caio Prado Júnior, pela análise marxista. (GUIMARÃES, 2011).

A produção dos historiadores aos poucos adquire importância no Brasil, sobretudo ligado às atividades de pesquisa, organização de fontes e acervos documentais orientados à produção de identidade nacional. A construção de espaços de produção, preocupações com o uso de métodos, dão pistas dos interesses que circunscrevem a produção do discurso histórico e a quem se destinou essa produção. A acepção de História e como os historiadores organizaram seus discursos a partir do século XIX está relacionada à organização da historiografia brasileira, a qual permite compreender como emerge a função social do historiador, suas aspirações e como eles se relacionaram com a sociedade brasileira.

1.4 A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

A pesquisa histórica no Brasil foi mobilizada pela criação do IHGB em 1838, e da Academia Brasileira de Letras (ABL), fundada em 1897. Junto a eles, foram criados Institutos

Históricos regionais, que por vezes expressaram opiniões contrárias à posição do IHGB e da ABL. (ROIZ, 2013, p. 109)

A organização do IHGB significou a organização de uma Identidade Nacional, expressa na produção do seu maior expoente Francisco Adolfo de Varnhagen. Os indivíduos pertencentes ao IHGB, formavam uma elite intelectual e política, que desejava consolidar um projeto de nação, que alçaria o Brasil rumo ao progresso e aos pressupostos de civilidade europeia⁷.

A concepção de História em Varnhagen é permeada por uma cosmovisão essencialmente política, na qual o fazer historiográfico deveria estar a serviço do Estado e da construção do nacionalismo brasileiro. Pois, para inserir o país no hall das grandes nações, este deveria ser o portador do discurso oficial, dessa maneira, sua obra tem um teor pragmático. Nesse sentido, ao organizar uma unidade nacional, esta deveria ser articulado aos múltiplos regionalismos.

O nacionalismo brasileiro se torna preocupação em 1822, a partir da organização do Império. Tomando de empréstimo a concepção de Hobsbawm (1990), os nacionalismos são construções tanto objetivas quanto subjetivas, que apoiam-se em critérios opacos, como a língua, o território. A tomada de consciência nacional afeta os indivíduos de forma desigual, sobretudo no que se refere às classes sociais: “O primeiro é que a “consciência nacional” se desenvolve desigualmente entre os grupos e regiões sociais de um país; essa diversidade regional e suas razões foram notavelmente esquecidas no passado”. (HOBSEBAWN, 1990, p. 21)

A historiografia do IHGB foi importante na consolidação de uma prática. Entre seus membros estavam médicos, juristas, advogados. Portanto, a historiografia esteve atrelada ao papel do intelectual, do homem de letras, o qual se auto atribuía a função de pensar a história do Brasil e forjar o nacionalismo brasileiro. O IHGB enaltecia o colonizador português enquanto europeu civilizado, que através da mestiçagem com negros e indígenas resultou numa nação brasileira como progressista, decorrente do branqueamento da população. O brasileiro, resultante da combinação da tríade branco, negro e indígena, seria uma única raça. Essas ideias foram reforçadas nos anos 30, nas obras de Freyre *Casa Grande e Senzala* de 1933 e *Sobrados e Mucambos* de 1936, na acepção de democracia racial. Porém, percebe-se que isto já estava presente em Varnhagen, devido à preocupação com a consolidação de uma brasilidade,

⁷ VARNHAGEN, F. A. de. História geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

orientada através de suas aspirações políticas, que consolidaria uma nação brasileira desenvolvida juntamente às nações europeias. Tudo isso dialogando com o projeto e aspirações da elite brasileira

Para Guimarães (2011), a produção do IHGB foi basilar para a consolidação da historiografia brasileira durante o Império, pois combinava um discurso que legitimava a monarquia e também cumpria com a função da pedagogia social. Assim, tanto em Varnhagen como em Capistrano de Abreu, que embora não fosse partícipe constante no IHGB, influenciaram de forma significativa a historiografia após 1930. Podendo ser observada em Holanda, Rodrigues e Iglésias.

No Brasil, outra referência historiográfica do século XIX foi Afonso de Taunay, professor do colégio São Bento, que produziu história dos costumes, estudos sobre a cafeicultura e sobre os bandeirantes. Taunay, era engenheiro de formação mas tornou-se historiador de ofício, inspirado nos manuais de Langlois e Seignobos, sua produção comprometida com a ideia de “verdade histórica”, lhe confere a designação de metódico à brasileira, pois combinava a historiografia francesa à historiografia brasileira. Ele passou pelo IHGB, ABL e entre 1910 e 1930, foi professor na cadeira de História da Civilização Brasileira, no curso de História e Geografia na recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo.

Destaca-se que a atividade da pesquisa em História era realizada nos ofícios de crítico literário e de médicos, jornalistas e engenheiros formados pelas Faculdades desde o final do século XIX, enquanto historiadores de ofício: “ (...) foram progressivamente caminhando como “autodidatas” para os estudos históricos, de modo a virem a ser “historiadores por vocação”. (ROIZ, 2013, p. 24)

Aos poucos, estes formularam um conjunto de regras e de procedimentos para produção de história do Brasil, atribuindo novos sentidos aos usos do passado, pois: “(...) o passado não é uma matéria passiva, inclusive, nos discursos que nos são legados e nos restam como resquícios do que foi aquela sociedade de outrora, sob a forma de documentos (escritos ou não)”. (ROIZ, 2013, p. 110-111).

O IHGB foi um importante centro de produção de conhecimento e de divulgação científica, mas com a institucionalização dos primeiros cursos de História, a produção historiográfica foi sendo deslocada para as Faculdades. Relacionado ao interesse pela formação de professores para o ensino secundário, em consonância com os paradigmas da disciplina Histórica. Em 1930 foram criados importantes espaços de produção no Brasil, entre eles

estavam: a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNF⁸), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-SP) e a Universidade do Distrito Federal (UDF). (FERREIRA, 2013, p. 9). Em 1934 vieram missões francesas e italianas para auxiliarem na sua constituição: vieram Fernand Braudel, Roger Bastide, Lévi Strauss, P. Mombeig, entre outros. (MOTA, 1994, p. 33).

Importante destacar que a constituição do curso de História da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (FFCL-SP) foi marcada pela historiografia francesa dos *Annales*, através de Fernand Braudel, que entre 1935 e 1937 foi professor da cadeira de História da Civilização. Sua influência pode ser notada na produção dos primeiros historiadores graduados pela FFCL-SP, que a partir de 1940 desenvolveram estudos, pesquisas e cursos. Entre os alunos de Braudel estavam Alice Piffer Canabrava, Astrogildo Rodrigues de Mello, Eduardo D'Oliveira e França, Eurípedes Simões de Paula, Odilon Nogueira de Matos e Caio Prado Júnior. (MARTINEZ, 2002, p. 12).

Esta historiografia incentivou a crítica da produção oitocentista e do início dos novecentos, pois desejavam afirmar diferenças e também demarcar um domínio. No entanto, a influência do IHGB na historiografia brasileira predominou entre 1940 e 1960, ao mesmo tempo em que a historiografia metódica também foi lida no Brasil. Manuais de metodologia da pesquisa histórica, introdução aos estudos históricos de Jean Glénison eram lidos juntos aos manuais de Langlois e Seignobos, *Introdução aos Estudos Históricos*, nos quais a organização dos objetos em História se apresentaria a partir do:

“(...) “documento” como o “objeto material da pesquisa”. E a “crítica aos testemunhos”, mediante análises de “crítica interna” e “externa” ao documento, constituir o padrão para uma prática de pesquisa, cujos procedimentos estavam ainda em formação, em meados do século XIX. (ROIZ, 2013, p. 202)

Tratava-se da introdução ao estudo da História aos ingressantes na pesquisa, apresentava-lhes as preocupações com metodologia, muitas vezes lidos em francês, discorriam sobre o caminho percorrido na organização da História como ciência e o processo da profissionalização do historiador.

A crítica às produções dos oitocentos e das primeiras décadas dos novecentos foi produzida a partir de 1930, influenciada sobretudo pelos *Annales*⁹. Procuravam externar que a

⁸ Daqui em diante utilizaremos a sigla FNFI.

⁹ A fundação da revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale* em 1929, por Marc Bloch e Lucien Febvre, representou a aproximação da História e as Ciências Sociais (Sociologia, Geografia e Filosofia), pretendendo garantir um espaço de atuação em relação às demais. Amplia-se a noção de fonte e do projeto de história-problema, a qual nortearia o ofício do historiador, que organizaria questões e problemas de pesquisa que são colocados ao passado, mas construídos pelo presente. (REIS, 2000, p. 65-68)

propriedade da pesquisa histórica se encontrava antes nas perguntas que eram feitas ao passado, do que na preocupação com a autenticidade documental e que a partir das questões colocadas às fontes se estabeleceria o discurso historiográfico. Este discurso foi organizado nos primeiros cursos de História nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

1.5 FACULDADES DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS NO BRASIL

A criação dos cursos de História e Geografia em 1930 se deu a partir da fundação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, que atendiam ao objetivo de formar professores para o ensino secundário e normal. A atividade do historiador, era tida enquanto estudo do passado, sem objetivos acadêmicos, produzida por biógrafos, memorialistas graduados em Direito, Letras, Medicina, Engenharia e Sociologia. (ROIZ, 2013, p. 194)

A Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), foi criada para servir de modelo para as demais Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, a ela cabia formar professores para o primário e secundário. A igreja católica, partícipe do processo de institucionalização, buscava reforçar sua hegemonia sobre a classe dominante, e foi extremamente atuante tanto no que se refere à educação, quanto à questão universitária. (FÁVERO, 1989, p. 19)

As Faculdades de Filosofia não desejavam serem vinculadas ao IHGB, mesmo que o reconhecessem como centro produtor, onde debates profícuos e procedimentos haviam sido trilhados, buscaram no exterior outras influências, realizando intercâmbios, como fora verificado nas missões francesas em São Paulo e no Rio de Janeiro¹⁰.

A criação dos cursos universitários entre 1930 e 1940, evidencia a transformação da História como profissão, o recorte de interesses, a formação de uma identidade nacional, bem como os problemas relativos à concepção de História que orientariam os cursos. O curso de História comprometia-se com um discurso por vezes patriótico e da valorização do passado. Sobre as suas características, destaca Ferreira: “Até então, os historiadores eram intelectuais oriundos de diferentes formações, comprometidos em produzir uma escrita sobre a identidade nacional, sem a obrigação de profissionalizar uma nova geração que iria formar crianças e jovens”. (FERREIRA, 2013, p. 9)

A concepção de História que vigorava na FNF, retomou vários pressupostos dominantes do IHGB e a sua preocupação com o ensino de História significava: “(...) ensinar

¹⁰ Sobre as missões francesas no Rio de Janeiro ver FERREIRA, Marieta M. A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

que a História era capaz de produzir um conhecimento científico a partir da consulta às fontes primárias e de seu uso de forma objetiva, de outro, o ensino era orientado no sentido de divulgar uma pedagogia que ensinasse os jovens o amor à pátria e a valorização do passado nacional”. (FERREIRA, 2013, p. 10)

Foi o então Ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema, quem sistematizou o ensino universitário no Brasil, definindo os currículos dos cursos, instituindo modelo e padrões. Capanema reforçava o papel do referido ministério como órgão normatizador e fiscalizador, defendendo como ponto de partida para a criação das universidades brasileiras a criação de um campus universitário, deste modo,

Na ausência de setores suficientemente fortes que pudessem levar à frente uma concepção mais dinâmica e autônoma do processo educacional e mais ainda, na ausência de um conhecimento suficientemente maduro de outras realidades e experiências que pudessem servir de modelo alternativo, o ambiente cultural e universitário brasileiro em sua grande maioria assimilou como óbvio e inevitável todo aquele conjunto de procedimentos operacionais e rotineiros gestados nos tempos de Capanema. (BOMENY; COSTA; SCHWARTZMAN, 2000, p. 244)

A Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI) foi criada durante o Estado Novo e possuía uma relação íntima com os setores católicos, ligados ao Centro Dom Vital e Alceu Amoroso Lima. Dispondo de quatro seções: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia e uma seção especial de Didática da História e Geografia, cursos que foram desmembrados a partir de 1955. Foi a partir dessa separação, que a História passou a preocupar-se com a delimitação de um espaço para o seu ofício:

Sobre a concepção de história presente na FNFI, Ferreira argumenta:

Assim, a institucionalização do curso de história na FNFI foi fortemente influenciada pela concepção de uma história política, dominante na época, destinada a reforçar os laços da identidade brasileira por meio da ênfase na unidade nacional e no papel dos grandes heróis como construtores da Nação. (2013, p. 49)

A partir de 1946, com o fim do Estado Novo, as antigas faculdades passaram a ser departamentos: Filosofia, Matemática, Física, Química, História Natural, História e Geografia, Ciências Sociais, Letras e Pedagogia. Em 1950, Eremildo Viana, catedrático de História Antiga e Medieval, assume a direção da FNFI, permanecendo até 1963.

A transformação curricular da História se deu a partir da inclusão de disciplinas de introdução metodológica, que acompanhou a contratação de novos professores que passaram a integrar o quadro docente da FNFI: Maria Yedda Linhares, Eulália Lobo, Eugênia Prado, Francisco Falcon, Arthur e Hugo Weiss, Manuel Maurício Albuquerque e Luís Werneck da Silva. (FERREIRA, 2013, p. 49)

No Paraná, a organização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL-PR)¹¹ decorre das discussões iniciadas pelo Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB)¹². A criação do CEB é relacionado à postura da Igreja Católica em sustentar os princípios cristãos na sociedade brasileira como reação ao laicismo e aos anticlericais.¹³ De acordo com Campos (2006) durante as reuniões do CEB no início dos anos 1930, discutiam a necessidade da inclusão da Filosofia na formação intelectual dos jovens paranaenses, porque a formação dos graduados em Direito, Medicina e Engenharia estava alinhada aos pressupostos da ciência aplicada, nos quais não havia espaço para o debate filosófico. Nesse sentido, foram instituídos cursos de Filosofia:

A época moderna exigia que os intelectuais se ocupassem de objetos específicos, mas a formação científica não podia prescindir da formação filosófica. Nesses termos, estava presente a máxima neotomista que postulava a necessidade de filosofia católica para melhor compreender o papel das ciências modernas. (CAMPOS, 2006, p. 131)

O CEB se atribuiu a tarefa da formação filosófica da juventude paranaense, fundamentada nas ciências modernas (Filosofia e Letras). Acresce-se a isso, o interesse na discussão dos problemas sociais paranaenses, que formariam intelectuais com suporte moral que pudessem atuar no campo político e cultural do estado, convictos no ideário católico, combateriam a laicização, que visavam atrair a juventude paranaense. Os seus fundadores foram: o padre Luíz Gonzaga Miele, padre Jesus Ballarin, José Loureiro Fernandes. Entre os seus membros estavam: Brasil Pinheiro Machado, Bento Munhoz da Rocha Netto, Manuel de Oliveira Franco Sobrinho, Nicolau dos Santos Neto. (CAMPOS, 2006, p. 130)

Devido a isso, a criação da FFCL atenderia ao propósito de formação de professores para o ensino, o que não exigia dos professores o envolvimento com atividades de pesquisa:

Assim, o indivíduo responsável pela escrita da história, o historiador, não estava associado e envolvido diretamente com a docência, ou, se atuava como professor, não era sua meta levar os alunos a desenvolverem pesquisas. Este papel estava reservado a profissionais liberais eruditos que praticavam a pesquisa como uma atividade paralela nas suas vidas (FERREIRA, 2013, p. 47)

A criação da FFCL contou com a presença de três intelectuais: Omar Gonçalves Mota, Carlos de Paula Soares e Homero de Melo Braga, que convidaram os representantes do CEB

¹¹ De agora em diante usaremos a sigla FFCL-PR.

¹² De agora em diante usaremos a sigla CEB.

¹³ A reação católica contra o laicismo da República, motivou a criação do Centro Dom Vital e a Revista A Ordem, com sede no Rio de Janeiro. No mesmo período orientaram a criação no Paraná da criação da Imprensa Católica, União dos Moços Católicos de Curitiba e o Círculo de Estudos Bandeirantes. O CEB tinha como objetivo o debate dos problemas sociais, políticos e filosóficos. (CAMPOS, 2006, p. 125-126)

para organizarem os programas da instituição, mantinham diálogo constante com as demais FFCL em outros Estados¹⁴.

A União Brasileira de Educação e Ensino (atual PUC-PR), dirigida pelos irmãos Maristas assumiu o controle da FFCL e a CEB assumiu financeiramente, pois o Estado não havia reconhecido aquela instituição, devido a alguns desentendimentos entre um dos seus fundadores, Omar da Mota e o então governador do Paraná, Manoel Ribas. Padre Jesus Ballarin, José Loureiro Fernandes e Homero de Braga tomaram a frente da iniciativa, já que logo em seu início, a Faculdade passava por problemas financeiros. A FFCL-PR recebeu autorização de funcionamento em 1940, sendo oficializada em 1942¹⁵. (CAMPOS, 2006, p. 142-143).

Assim, destacamos o papel da Igreja católica na organização da FFCL-PR, atuando junto às autoridades educacionais do período, tendo padres ocupando cadeiras no Ginásio Paranaense e na Escola Normal e também incentivaram a fundação de escolas confessionais que atuassem junto aos imigrantes no Estado. Desta maneira, partícipe do projeto modernizador do estado, auxiliou na fixação das etnias, contribuiu para inculcar o discurso do imigrante laborioso que foi reforçado pelos intelectuais a partir dos anos 1930 no Paraná. Segundo Bega (2006), o discurso sobre o imigrante foi utilizado como elemento diferencial na constituição de uma identidade paranaense. (BEGA, 2006, p. 43)

O papel do ensino superior no Estado do Paraná, em consonância com as mudanças educacionais do período se transformou, pois, deveria convergir para o processo de modernização da nação, no qual a Universidade do Paraná ocupava um papel indispensável no projeto modernizador. Portanto, enquanto instituição educacional se incumbiu de orientar um discurso modernizante, que nortearia as práticas dos profissionais formados pela Universidade na sociedade paranaense. Nesse momento, a Universidade tinha entre seus objetivos a formação tanto de professores, mas também a formação intelectual de uma elite que pudesse dirigir o estado do Paraná. (CAMPOS, 2006, p. 198)

¹⁴ A retirada do ensino religioso do currículo escolar, a instituição do casamento civil e o impedimento de voto aos religiosos, demonstram sinais de crise da Igreja durante a República Velha ainda nos anos 20. À Igreja Católica restou reagir para tentar impedir a laicização do país, formando assim um corpo intelectual católico que intervisse nas decisões políticas e defendesse os interesses da messe católica. A reação consistiu na criação do Centro Dom Vital, em 1922, no Rio de Janeiro, empreendida por Jackson de Figueiredo e também pela criação do periódico A Ordem. O centro realizava estudos intelectuais e filosóficos, formando intelectuais que participariam ativamente na recatolização dos brasileiros. DINIZ, Marcelo L. Os caminhos da intelectualidade católica na década de 30. In: Anais do I Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades, Maringá, 2008, p. 1.

¹⁵ “No Rio de Janeiro em 1934, os católicos organizaram o Primeiro Congresso Católico de Educação, no qual Alceu Amoroso reiterava o papel do laicato no processo de organização de projetos formativos, sobretudo ao fundar instituições de ensino superior”. (CAMPOS, 2006, p.145)

A reforma de Francisco Campos em 1930, instituiu o estatuto das Universidades Brasileiras, dentro do qual, para se constituírem enquanto Universidade, deveriam unificar no mínimo três Faculdades. No Paraná, foram as Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, que foram transformadas em Universidade. Em 1938, representantes políticos se mobilizaram para a criação da Universidade do Paraná, que deveria contemplar também a recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Entre estes estavam: Brasil Pinheiro Machado, e Bento Munhoz da Rocha Netto, professores da Faculdade de Filosofia e Erasto Gaertner professor da Faculdade de Medicina. A FFCL atendia os objetivos do laicato católico, alinhados às ideias de Amoroso Lima, formaram professores para o ensino secundário. (CAMPOS, 2006, p. 202)

No final dos anos 1940, a atribuição do Estado enquanto educador, mobilizou a intelectualidade para a discussão da educação nos diversos níveis, todas estas mudanças se refletem de forma significativa em vários estados, inclusive no Paraná. “Não obstante, as instituições de ensino superior se constituíram pela presença efetiva do poder público federal. Esta tendência se materializou na lei n. 1.250, de dezembro de 1950 que legislou sobre o processo de federalização dos estabelecimentos de ensino superior mantidos pelos estados, pelos municípios e por particulares”. (CAMPOS, 2006, p. 209)

Em 1946, à formação humanística dos professores, acrescentou-se o interesse na formação de classes dirigentes, cria-se, então, uma Comissão para unificação das faculdades composta pelos seguintes professores: Macedo Filho e Ernani Cartaxo (Faculdades de Direito); Vitor do Amaral, Francisco de Paula Soares, Assis Gonçalves e Matos Barreto (Faculdade de Medicina); Durval Ribeiro, Amoreti Osório e Plínio Tourinho (Faculdade de Engenharia); Lacerda Pinto, Homero Braga e Loureiro Fernandes (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras). A Universidade do Paraná (UP) foi constituída em 1946, na incorporação das Faculdades de Direito, Engenharia, Medicina (mais escolas anexas de Farmácia e Odontologia) e pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. (CAMPOS, 2006, p. 186-187)

A federalização da Universidade do Paraná ocorreu em 1950, momento em que o governo federal passou a ser o organizador e mantenedor da instituição. No mesmo período, o grupo católico afasta-se e fundando a Faculdade Católica de Ciências e Letras de Curitiba. (CAMPOS, 2001, p. 211-212)

A Universidade do Paraná consolidava um ideário de saber que deveria estar articulado à realidade social, uma elite conhecedora dos problemas da sociedade paranaense que pudesse disponibilizar seu conhecimento para o projeto modernizador. Neste sentido, os intelectuais paranaenses, a partir de suas práticas, ocuparam posições estratégicas na política, seja na

Interventoria, em Ministérios e Secretarias (Estaduais e Federais), seja buscando articular e atrair forças para o desenvolvimento do Estado. (MONTEIRO, 2009, p. 25)

Deste modo, a constituição da Universidade do Paraná esteve ligada aos interesses das classes dominantes. A classe dominante paranaense pode ser compreendida como:

(...) composta pela sua inserção econômica e pelas formas que assumem no comando da sociedade local e regional. Indivíduos e grupos familiares podem acumular capitais e entrar na classe dominante e também podem paulatinamente ser afastados por um processo de decadência social e econômica. (OLIVEIRA, 2000, p. 6)

O papel da Universidade aos poucos modificava-se, como podemos notar no Estatuto de constituição da Universidade do Paraná, no qual apresentam a necessidade de orientação de pesquisas científicas, o que expressava o interesse na formação de um corpus de especialistas e uma elite dirigente. (CAMPOS, 2006, p.186-187)

A partir de 1950, a concepção de Universidade orientava-se às atividades de pesquisa, ou seja, preocupava-se com a formação de intelectuais que problematizassem o desenvolvimento da ciência no Paraná e a contribuição das disciplinas para o desenvolvimento regional. No que se refere à FFCL, a formação de docentes para comporem os quadros de magistério, tem início o desenvolvimento de pesquisas nessa nova perspectiva de Universidade.

Acompanhando a federalização da Universidade do Paraná¹⁶, num período em que a formação da FFCL-PR se orientava para formação de professores para o ensino secundário, Balhana foi professora de História e de Geografia no Colégio Estadual do Paraná e no Instituto de Educação do Paraná entre 1952 e 1957.¹⁷

Durante os anos 1950, teve início a profissionalização do historiador no Brasil, organização de objetos de pesquisa e procedimentos de análise, o historiador passa ser veiculado à profissão de professor universitário. Assim, o historiador passa a ser relacionado àqueles que possuem uma titulação e exercem atividades de pesquisa e docência.

Pensar a organização disciplinar da História remete-se à organização de procedimentos, conceitos e também problemas teóricos. Trata-se da formação de uma nova consciência histórica que se caracteriza pela sua capacidade de estabelecer discursos, práticas, interpretações e de orientação nos indivíduos. (ROIZ, 2013, p. 34).

¹⁶ A Universidade do Paraná, criada em 1912 foi articulada a um conceito de universidade vinculado à Associação Brasileira da Educação, com orientação a formação profissional. Em 1915, decorrente da Lei Maximiliano estas foram separadas. Apenas em 1946 elas foram unificadas, incorporando a FFCL criada em 1938. (CAMPOS, 2006, p. 188)

¹⁷ Currículo Vitae Altiva Pilatti Balhana, pág. 19. Disponível em Arquivo Público do Paraná, Fundo Cecília Maria Westphalen.

Ao objetivarem o passado, formulam sentidos a ele, a partir de novas formas de se conceber a escrita da história, de novos critérios de validação que os diferenciaria das produções do IHGB, ao mesmo tempo em que buscavam servir de referência para produção de sentido à história do Brasil. Surgem divergências quanto à concepção de História, função social e problemas que derivam dos posicionamentos ideológicos dos historiadores.

1.6 A HISTORIOGRAFIA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 1950

A exposição narrativa da representação do passado, pode ser compreendida a partir dos caminhos percorridos na transformação do campo historiográfico brasileiro e da consolidação da história como disciplina no Brasil. O uso do passado pautado em critérios e procedimentos científicos, garantiriam legitimidade e reconhecimento à sua produção.

Assim, falar-se-á de "métodos" mas sem o impudor de evocar seu valor de iniciação a um grupo (é preciso aprender ou praticar os "bons" métodos para ser introduzido no grupo), ou sua relação com uma força social (os métodos são meios graças aos quais se protege, se diferencia e se manifesta o poder de um corpo de mestres e de letrados). Estes "métodos" esboçam um comportamento institucional e as leis de um meio. (CERTEAU, 1972, p. 72)

A abordagem de história do Brasil orientava-se à história política restringindo-se aos grandes nomes, uma história factual praticada no curso de História do Brasil da FNFI, nas disciplinas ministradas por Hélio Viana, não havia estímulo à pesquisa. (FERREIRA, 2013, p. 49-50)

Como já se destacou anteriormente, a FNFI foi criada com o objetivo de ser o modelo irradiador para as demais Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras no Brasil. Na cadeira de história moderna e contemporânea na FNFI, os temas eram atuais, como a descolonização e lutas sociais, momento em que fora criado o Boletim de história (1958-1963), o qual passou a ser veículo de crítica ao curso universitário e da formação do profissional de História. A influência do Partido Comunista no meio estudantil e o engajamento dos estudantes, cobravam que a História se envolvesse com as questões contemporâneas. Naquele momento, os estudantes liam Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Ou seja, uma historiografia de orientação marxista.

O contexto político do final dos anos 1950 foi de tensões provenientes dos movimentos sociais e da polarização entre esquerda e direita. As discussões em torno do papel da Universidade na sociedade brasileira, sobre o aumento de vagas e a reestruturação dos currículos que surgiam como demandas mobilizaram os movimentos estudantis. Logo, surge o

debate em torno da Reforma Universitária, promovido pela União Nacional dos Estudantes (UNE), a qual organizou seminários para discussão. Críticas sobre o colonialismo no pensamento intelectual brasileiro, o regime das cátedras vitalícias foram, em parte, dirigidas também para a historiografia. (FERREIRA, 2013, p. 54-55).

No que tange à crítica para a História, os estudantes organizaram publicações discentes, com textos criticando a estrutura dos cursos por não corresponderem às necessidades do presente. Estudantes de História das principais Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade de Minas Gerais e da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) reuniram-se no I Congresso Brasileiro de Estudantes de História em 1960. (FERREIRA, 2013, p. 61)

O debate sobre a Universidade ganha o espaço público, sobretudo no que se refere ao papel desta diante das demandas contemporâneas que exigiam aumento de vagas para as universidades e a ampliação dos cursos. Os estudantes fizeram críticas à estrutura da Universidade, como justaposição de faculdades isoladas, falta de integração entre alunos, regime de cátedras vitalícias, currículos inflexíveis, poucas pesquisas e pouco retorno às comunidades. Já os docentes reivindicavam que a Universidade oferecesse melhores condições para pesquisa. (BOMENY, s/d, p. 6)

Aos poucos, a História passou a problematizar questões de ordem social e econômica que se colocavam para cada região do país, sendo que alguns contemplam estudos agrários, nos quais buscaram compreender a hegemonia político-social das oligarquias. A partir de 1950, na produção da USP, se destacaram Florestan Fernandes, na Escola de Sociologia da USP, no projeto da Unesco sobre as relações entre Brancos e Negros em São Paulo, juntamente com Roger Bastide e os seus desdobramentos nas obras de Octávio Ianni em *Metamorfoses dos Escravos* (1961) e Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão* (1962). Concomitante às produções de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil* (1959), Raimundo Faoro, *Os Donos do Poder*, (1958). Estes trabalhos demonstram, de acordo com Mota (2000), uma nova concepção em Ciências Sociais no Brasil, tanto na problemática que levantam em seus trabalhos, tanto nas tensões por vezes latentes na sociedade. Nas palavras de Florestan: “Houve quem considerasse a nossa contribuição perigosa, como se os investigadores fossem responsáveis pelas tensões latentes ou abertas, que eles se limitaram a descrever e a interpretar” (FERNANDES, 1958, p. 10)

Florestan instaurava um marco para a historiografia e sociologia, levantando questões quanto à metodologia, interpretação e técnicas. É basilar na organização das ciências sociais no Brasil, no desenvolvimento dos estudos sociais brasileiros e também historiográficos, que

influenciam historiadores como Emília Viotti da Costa, Marialice Foracchi, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Francisco Weffort, entre outros. Pesquisadores que propuseram compreender as singularidades no desenvolvimento capitalista brasileiro. Alguns realizaram estudos agrários destacando a emergência do trabalhador livre e a inclusão do negro na sociedade de classes, bem como o papel da elite econômica na transformação capitalista. Nas palavras de Mota (2011, p. 65), “Até esse momento, os estudos históricos sempre estiveram mais associados aos estudos de geografia que aos de sociologia e política e a tônica geral não ultrapassava o neopositivismo, salvos os trabalhos anteriormente citados”.

Outro ponto importante foi que nesse período houveram produções orientadas pelo viés marxista, como as produções de Nelson Werneck Sodré, a *História da burguesia brasileira e Formação Histórica do Brasil*. (MOTA, 2011, p. 66).

Dito isso, o Departamento de História da FFCL-PR, visou consolidar uma alternativa à influência marxista na historiografia, orientação assumida via Escola dos *Annales*.

Contra ela, propunham uma história-problema, viabilizada pela abertura da disciplina às temáticas e métodos das demais ciências humanas, num constante processo de alargamento de objetos e aperfeiçoamento metodológico. A interdisciplinaridade serviria, desde então, como base para a formulação de novos problemas, métodos e abordagens da pesquisa histórica, que estaria inscrita na vaguidão oportuna da palavra “social”, enfatizada por Febvre, em *Combates por la historia*. (CASTRO, 1997, p. 42)

A partir da história-problema, os historiadores paranaenses organizaram categorias e conceitos sintonizados com as tendências historiográficas do período. Construindo critérios de legitimidade e validação para o conhecimento historiográfico produzido na Universidade do Paraná, que lhe permitissem dialogar com a historiografia brasileira. Ao longo dos anos 1950, sua prática transforma-se, a partir do contato com o estatuto do documento que se abria na revolução documental dos *Annales*.

Segundo Prost (2008), a criação dos *Annales* significou uma estratégia profissional e também um novo paradigma. A novidade significou a proposição de novos objetos e da organização de novas questões que norteariam o ofício do historiador, avançavam sobre a história factualista de Charles Langlois e Charles Seignobos, abrindo-se à influência das Ciências Sociais. Somava-se a vontade de organizar sínteses, relacionando os diversos fatores que concorreriam na organização da sociedade, a partir dos quais os autores buscaram compreender a dinâmica social a partir do todo e sua relação entre as partes. (PROST, 2008, p. 39)

Os *Annales* propunham uma nova relação com a temporalidade: a ideia de estrutura social, que remete à ideia de regularidades e reversibilidades. “Para eles, também no mundo

humano, o tempo deve ser suprimido, pela busca do regular, do contínuo, do estável, do supralunar”. (REIS, 2000, p. 17).

Portanto, a definição de um método para a historiografia paranaense que se organizou na FFCL em meados dos anos 1950, representava uma tomada de posição destes historiadores, tanto no que refere ao papel do historiador em relação à sociedade, bem como expressa interesses em definir um conjunto de procedimentos que deveriam ser adotados pelos historiadores, ao mesmo tempo em que os diferencia do que fora produzido até então no Paraná.

Saliente-se que a tensão entre o movimento dos *Annales* e a historiografia oitocentista era muito visível no Brasil dos anos 1940 e 1950. Em 1950 Eurípedes Simões de Paula e Alice Canabrava defenderam suas teses sob orientação do francês Jean Gajé. A organização da FFCL-SP como espaço de produção acadêmica, também sob os auspícios dos *Annales*, refletiu na organização de uma escrita, no crescente diálogo estabelecido entre as instituições universitárias no Brasil.

Em 1961, foi criada a Universidade de Brasília (UnB), projetada por Darci Ribeiro e concebida com um plano definido, numa estrutura flexível e moderna, contrapunha-se à justaposição de faculdades pré-existentes. Visou produzir um conhecimento em sintonia com a cultura nacional e o projeto nacional-desenvolvimentista vigente, possibilitando a participação discente e a polêmica gratuidade do ensino, Anísio Teixeira foi o primeiro reitor. A UnB formaria um corpus de técnicos e cientistas, que objetivavam a independência científica e cultural do Brasil. O Golpe Civil-Militar de 1964 promoveu o corte deste projeto, extremamente politizado. Esta experiência não se estendeu às demais universidades, devido ao projeto conservador que fora instaurado após 1964. Por outro lado, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 manteve as cátedras e consolidava a Universidade como justaposição das escolas profissionais. (BOMENY, s/d, p. 10)

Guimarães (2011) e ROIZ (2013) concordam que a produção historiográfica da FFCL de São Paulo e a produção dos grandes intérpretes brasileiros (Prado Júnior, Holanda e Freyre) não teve uma repercussão imediata na historiografia brasileira, fato que pode ser observado tanto na Faculdade de Filosofia do Paraná quanto na Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro.

Para ROIZ (2013), entre os 1930 e 1950 há uma mudança de cunho institucional e epistemológico da historiografia, no qual é possível verificar a transição do historiador autodidata para historiador de ofício no Brasil, este último relacionado à emergência dos cursos de História e Geografia nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. O que permite compreender, a transição no que se refere à historiografia paranaense. O historiador de

vinculado à Universidade e atrelado à atividade de pesquisa docente, reivindicava autonomia para definir seus currículos e programas nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

Nota-se o crescimento do público leitor da historiografia, a partir da proliferação de eventos especializados, a organização dos cursos de graduação e pós-graduação, consolidando grupos de pesquisa, adquirindo incentivos governamentais. Ampliam-se as editoras (comerciais e universitárias e revistas especializadas o que implica em um aumento considerável de historiadores interessados em refletir sobre a história da historiografia brasileira. (ROIZ, 2008)

O status do historiador modifica-se, passando de escritor a leitor:

Tal retrato do historiador como leitor e não como escritor, não leva a nenhum questionamento sobre a dimensão literária da história, uma vez que deixou de haver distância entre ler e ver quanto entre ver e dizer, inclusive o método pressupõe sua inexistência. (HARTOG, 2013, p. 161)

Nesse bojo de mudanças na historiografia brasileira, Altiva Pilatti Balhana, produziu obras que circularam nos principais eventos nacionais e internacionais, dialogando com as novas tendências historiográficas, junto aos demais professores contribuiu na organização do Departamento de História da Universidade do Paraná, definindo metodologias para a pesquisa em História, constituíram referenciais que permitissem consolidar a historiografia acadêmica no Paraná. Diante de questões relativas à profissionalização do historiador, concepções de História e metodologias para produção do conhecimento histórico, transformaram a prática historiográfica, na incorporação da pesquisa documental e na organização de arquivos, visaram instaurar um lugar para a historiografia paranaense na historiografia brasileira.

2 A ORGANIZAÇÃO DE UMA PRÁTICA: BALHANA E OS PRIMEIROS TEXTOS

Altiva Pilatti Balhana, recém-formada pela FFCL-PR em 1950, começou a envolver-se na pesquisa estimulada pelo professor Loureiro Fernandes¹⁸. Enquanto pesquisadora, sua formação em História e Geografia fornece maior embasamento para a constituição e desenvolvimento do tema da pesquisa que foi, aos poucos, apresentada a ela. Suas aspirações em torno da atividade acadêmica foram sendo orientadas pelas influências da história, da geografia e da antropologia.

Da aproximação com a antropologia, Balhana publicou em 1950 o seu primeiro trabalho, “O Fandango em Caiobá”, em conjunto com Cecília Westphalen, na revista *Logos* do Centro Acadêmico de Filosofia da Universidade Federal do Paraná. Balhana e Westphalen acompanharam o professor José Loureiro Fernandes na pesquisa sobre as práticas populares dos caboclos nos balneários de Caiobá e Matinhos. O Fandango foi compreendido não só como prática cultural, mas também como espaço de sociabilidade da cultura caiçara, no qual destaca sua transformação em contato com outras culturas,

Isto porque a aculturação que ali vem se processando é rápida e intensa. O “banhista” traz consigo um padrão de cultura e um conjunto de condutas que o caboclo do litoral considera mais elevado e mais perfeito, procurando imitá-lo, e assim o que vemos neste momento são os aspectos desta transformação, dessa transição que se opera na cultura tradicional brasileira em que se encontram fundidas, notadamente, a indígena, a portuguesa, a africana, e o elemento local que retorna. (BALHANA, 1950, apud WESTPHALEN, 2002, p. 15)

Ao observarem a prática do Fandango em declínio e as transformações culturais operadas no litoral paranaense, os pesquisadores decidem documentá-la, temendo que esta fosse esquecida,

Este é um trabalho preliminar, pequena contribuição ao conhecimento do fandango no litoral paranaense. Certo estamos, porém, da necessidade do seu estudo, pois já estão a desaparecer aspectos dos mais interessantes da cultura tradicional brasileira. O levantamento é urgente e grande é a responsabilidade, em não deixar desaparecer esses remanescentes sem a documentação devida. (BALHANA, 1950, apud WESTPHALEN, 2002, p. 25)

¹⁸ Fernandes, médico de formação que se especializou em antropologia e dedicou-se a preservação do patrimônio cultural paranaense, foi um dos organizadores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1938), destacando-se na área da Antropologia. Foi diretor do Museu Paranaense (1936) e fundador do Museu de Arqueologia e Artes Populares da UFPR, o que possibilitou a FFCL tornar-se referência de temas recorrentes nas Ciências Sociais Brasileiras, como museologia, arqueologia, estudos raciais, folclore, cultura popular. (OLIVEIRA M, 2006, p. 18)

O papel do pesquisador adquire uma responsabilidade social, ou seja, a de preservar a cultura caíçara que, mesmo não possuindo registros, deveria ser documentada, atribuindo sentido ao fandango relacionando-o à cultura dos povos do litoral.

Dos interesses em Geografia, Balhana escreveu “Aspectos da Geografia Humana do Paraná”, publicado originalmente no *Boletim do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas*, em 1955. Caracterizando as transformações do Paraná desde o período colonial, assinala que as condições geográficas paranaenses (clima, relevo e solo) foram essenciais para o desenvolvimento de uma economia agrária. Nessa perspectiva, apresenta o estado como “naturalmente” próprio para a imigração,

As condições do meio físico paranaense influíram no seu povoamento, na fixação humana em suas terras e no aproveitamento de suas reais possibilidades econômicas. Tal afirmativa não implica em adotar o rigor extremista do determinismo geográfico mas, sem dúvida, o habitat paranaense possui características próprias que analisadas e devidamente apreciadas, explicam fatos de sua ocupação geográfica e evolução histórica. (BALHANA, 1955, apud WESTPHALEN, 2002, p. 27)

Esse texto traz muitas fotografias que nos mostram o Paraná dos anos 50, em sua composição física e humana, notadamente influenciada pelo geógrafo Vidal de La Blache¹⁹. Destacamos as primeiras menções à história da imigração como evidência do desenvolvimento regional e de como a imigração fora construída como objeto de pesquisa por Balhana,

O problema migratório na sua conceituação recente, apresenta dificuldades por vezes bastante complexas que só poderão ser vencidas pela observância de certo requisitos técnicos essenciais, que hoje orientam e regem a imigração. Não basta que a legislação sobre as questões migratória seja boa, é preciso não desvirtuá-la e fornecer aos planos de colonização os meios necessários à sua cabal execução, principalmente em se tratando de imigração agrícola. Todos os gastos que, no momento, possam parecer elevados, serão largamente recompensados quando florescerem os núcleos de colonos que vêm integrar também a nacionalidade. (BALHANA, 1950, apud WESTPHALEN, 2002, p. 34)

Dessa forma, para ela, a análise sobre o movimento dos imigrantes forneceria condições de avaliação sobre as políticas governamentais, atribuindo à imigração a consolidação da modernização agrícola. As transformações que se operavam no Estado do Paraná dos anos 1950, representavam novas iniciativas de colonização recente nos Campos Gerais, onde uma

¹⁹ A Geografia de Vidal de La Blache pode ser compreendida como uma produção francesa, propõe uma nova perspectiva metodológica em Geografia, no qual o homem e o meio físico eram intimamente ligados. Propõe uma Geografia comprometida com a neutralidade, do qual deriva a Geografia regional, relacionando fatores históricos e fatores físicos. A região forneceria as condições de desenvolvimento ao homem, ocupando o meio físico, extraindo dele condições de vida, os homens constituiriam populações. A vertente de La Blache influencia a organização da Geografia no Brasil e da estruturação do pensamento geográfico brasileiro. In: FABRÍCIO, Deyse C. B; VITTE, Antônio C. Paul, 2011, p. 301-332.

nova leva de imigrantes se estabeleceu, como os holandeses, na cidade de Castro, e de menonitas, que se estabeleceram nos arredores da cidade de Palmeira. Ambas eram colônias agrícolas, nos moldes cooperativistas. (ALMEIDA, 2016, p. 97-98). Deste modo, a historiografia produzida por Balhana atentava aos problemas sociais paranaenses e buscava compreender a organização socioeconômica do Paraná, bem como o seu papel em relação às demais regiões brasileiras. Desse diálogo com a Geografia, Balhana apresenta suas primeiras inquietações com a demografia,

No estudo do processo de humanização da paisagem paranaense, o primeiro ponto, aquele que é essencial para que se compreenda a origem, formação, distribuição, crescimento e, sobretudo, a problemática atual das aglomerações humanas do Paraná, e que deve ser considerado com máxima atenção é de sua situação demográfica. Nos dias que correm há uma grande preocupação pelo estudo das questões populacionais, sobretudo pela sua importância política, uma vez que se procura cada vez mais relacionar a vida econômica dos povos à sua situação demográfica. Fora de dúvida, o particular interesse de tais estudos para o Brasil, reside no fato de que o brusco e vertiginoso crescimento da população brasileira e no plano regional também na vida e econômica paranaenses. (BALHANA, 1955, apud WESTPHALEN, 2002, p. 37)

Assim, o estudo demográfico forneceria elementos para compreensão da organização e composição da população paranaense e como isso refletiria na economia regional. Destacava a importância do indígena, relacionando-o ao movimento das bandeiras, na criação de gado e mais tarde na colheita da erva-mate. Enfatiza também a contribuição da imigração europeia após o século XIX que, para ela, seria a mais importante na composição paranaense: “A contribuição do elemento branco, de variada procedência, que vem entrando no Brasil desde o tempo do descobrimento, é a mais importante”. (BALHANA 1955, apud WESTPHALEN, 2002, p. 38). Em contrapartida, ao concluir a tríade: indígena, branco e negro, escrevia,

Bem menor foi a contribuição do elemento negro na formação étnica paranaense. No Paraná não se desenvolveram, a princípio, as grandes fazendas de lavoura que concentravam enorme escravaria. As atividades econômicas dominantes no Paraná até a época da Abolição, não exigiam um grande número de braços escravos. (BALHANA 1955 apud WESTPHALEN, 2002, p. 38)

Ao falar sobre a presença do negro no Paraná, alegou que esta foi menos significativa, mesmo que reconhecesse a influência biológica e cultural no povo paranaense, sua interpretação contribuía para a tese construída no Paraná dos anos 1950, de que o povo paranaense era predominantemente branco e que o estado estava em pleno surto desenvolvimentista. Destacava que o Paraná se expandia economicamente, necessitando de novos contingentes para o trabalho, reforçava o discurso de incentivo a vinda de imigrantes.

Em 1953, organizaram-se comemorações alusivas ao Centenário da Emancipação Política do Paraná durante o governo de Bento Munhoz da Rocha Netto (1950-1955). Períod

em que se intensificou os conflitos sociais em relação à terra, dentre eles, a Revolta de Porecatu (1951) e a Revolta dos Posseiros (1957). Relacionada à intensa propaganda para atrair mão-de-obra, que atraiu muitos brasileiros ao Paraná, os historiadores visavam corroborar com a premissa de projeção do estado, uma história forjadora do progresso. Defenderam a mecanização da agricultura e a organização de uma sociedade burguesa que reforçavam uma identidade idealizada do Paraná: “Talvez porque tais disputas se colocavam como algo passageiro, possível de solução pela incorporação de novas terras, enquanto a modernização assumia um caráter de dever histórico”. (BURMESTER; PAZ, p. 148, 1990).

Dado que compreender a organização econômica e social do Paraná também significava analisar os agentes propulsores do progresso e de que forma estes contribuiriam para reforçar singularidades. Desde o século XIX, o Paraná teve um aumento populacional significativo, como destaca Balhana,

Comparativamente aos dados do anterior recenseamento do ano de 1940, eles revelam um aumento de 913.233 habitantes da população do Estado do Paraná, o que significa um aumento relativo superior a 70%, ou seja, precisamente 73,87%. Esta elevada porcentagem foi a maior constatada no Brasil entre as demais unidades da Federação, excetuando-se apenas a do Território Federal do Amapá que apresentou um índice de 78%. (BALHANA, 1955 apud WESTPHALEN, 2002, p. 38)

Balhana utilizou os dados do censo de 1950 para analisar a demografia paranaense, deu ênfase à organização econômica e também à centralidade curitibana enquanto polo cultural paranaense,

Curitiba, sede da administração pública do Estado, exerce também funções comerciais e industriais que muito influíram no seu desenvolvimento, também ocupa destacada posição de capital cultural com a sua renomada Universidade, numerosas escolas e instituições científicas e culturais. (BALHANA, 1955, apud WESTPHALEN, 2002, p. 43)

Reforçava que o Paraná estava em desenvolvimento, não apenas no campo econômico, mas sobretudo, no campo cultural. Foi neste contexto que Balhana passou a desenvolver atividades de pesquisa em História, e, a partir do seu interesse em torno da imigração, iniciou a pesquisa sobre a colonização italiana em Curitiba, mais precisamente, na colônia Santa Felicidade. Essa pesquisa foi intitulada: “Colonização italiana no Paraná e seu processo de assimilação”. Decorrente disso, Balhana foi à Itália em busca de mais fontes e também de especialização tanto na Itália quanto na França. Assim, realizou pesquisas em Florença, com

uma bolsa de estudos da Fundação Amerigo Rotellini e estagiou no Musée de l'Homme em Paris e na Suíça no Comité Intergouvernemental pour les migrations européennes²⁰.

Balhana estava em sintonia com o que havia de mais atual em estudos sobre imigração e, em decorrência desses aprofundamentos, publicou o artigo intitulado “L’Immigration italienne au Paraná”, no *Bulletin do Research Group for European Migrations Problems*, em 1957, no qual analisou as condições da emigração e imigração e possíveis causas. Corroborava tese de que o Paraná era “naturalmente” apropriado à imigração,

L’État du Paraná situé au sud du Brésil présente des conditions générales de climat, de sol et de topographie très favorables aux activités humaines liées soit à l’agriculture tropicale, soit à l’agriculture traditionnelle. Mais, malgré ces facteurs qui font du Paraná l’état par excellence destiné aux activités agricoles, et par conséquent, à l’immigration, cette dernière s’est développée très lentement, entravée à son début par les fautes commises dans la localisation des centres coloniaux; cela s’est produit également à l’égard des premiers immigrants italiens arrivés au Paraná. (BALHANA 1957, apud WESTPHALEN 2002, p. 69-70)

Uma das preocupações da pesquisa era problematizar a imigração relacionada à organização de uma economia rural, cuja estruturação de pequenas propriedades facilitaria a produção de riqueza. No estudo, ela destaca a organização dos imigrantes italianos nos arredores de Curitiba e suas especificidades, comparando-a à imigração italiana em São Paulo e Santa Catarina. Assim, fica evidente que uma das preocupações que leva Balhana a desenvolver pesquisas em torno da imigração está relacionada à problemática do papel do imigrante no desenvolvimento econômico paranaense. Logo, a pesquisa em História permitiria a ela compreender a história regional, inseri-la num complexo maior, o da história do Brasil, e organizar, a partir dela, diferenças, similaridades e as condições de desenvolvimento. Busca conferir uma identidade para sua produção em relação a outras instituições de pesquisas ao redor do mundo. Nos anos 1950, Balhana definiu a orientação interpretativa que seguiria na construção do seu objeto em História,

Dans sa récente interprétation, “émigration et immigration dirigées”, le problème présente des difficultés parfois très complexes, qui ne pourront être surmontées que par une planification très soignée et l’observation de toutes les conditions technico-scientifiques qui régissent le mouvement qu’on désigne actuellement sous le nom de “migration colonisatrice”. (BALHANA 1957, 2002, p. 68)

Buscou compreender as condições do que denominou “imigração agrícola” que deveriam ser sistematizadas a partir da historiografia recente, sob novas perspectivas e

²⁰ Currículo Vitae Altiva Pilatti Balhana, disponível em Arquivo Público do Paraná, Fundo Cecília Maria Westphalen.

conceitos como: localisation, fixation e assimilation de immigrants. (BALHANA, 1957 apud WESTPHALEN, 2002, p. 68)

O final dos anos 1950, no Paraná também significou a emergência de uma função social para a Universidade, enquanto portadora de conhecimento científico, ou seja, reivindicando um reconhecimento no âmbito acadêmico, estreitando as relações com os demais centros de pesquisa. O conhecimento historiográfico buscava fornecer explicações e compreender o passado, o que forneceria as bases de um futuro promissor e seguro, com vistas às preocupações relativas à organização da economia regional e da composição demográfica paranaense.

Nesse período, Balhana também manteve um diálogo com a Antropologia, foi Secretária da Seção de Antropologia do Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná em 1955, e mais tarde, entre 1963 e 1965, diretora da Seção do Paraná da Associação Brasileira de Antropologia. Desenvolveu parcerias nas atividades de pesquisa, uma delas com o engenheiro, fotógrafo e cineasta Vladimir Kosák, que registrou em fotografia as pesquisas de campo que Balhana realizara em Santa Felicidade, destacando a prática do artesanato em vime e a produção vinícola na colônia, expressas no texto “Duas pequenas indústrias agrárias em Santa Felicidade” de 1960, publicadas originalmente no Boletim Paranaense de Geografia da Universidade do Paraná. Assim como no texto sobre o Fandango (1950), a partir da etnografia descreveu o cotidiano da colônia, trazendo imagens da cestaria, do trançado em vime e da produção de vinhos artesanais. “Na colônia Santa Felicidade, algumas famílias, há várias gerações, se vem dedicando ao trançado do vime, atividade que ocupa pais e filhos, cria hábitos e define posição social e econômica dentro da comunidade”. (BALHANA, 1960, apud WESTPHALEN, 2002, p. 113).

Balhana, preocupada com o papel do desenvolvimento econômico do imigrante e sua contribuição para a economia regional, vai incorporando novos referenciais teórico-metodológicos, do qual resulta a sua Tese de Livre Docência intitulada: *Santa Felicidade: um processo de assimilação* de 1958. Sobre o caminho percorrido por Balhana na construção da tese, destaca Cardoso (2005, p. 17),

Era uma abordagem inédita junto à cátedra de História da América, contando com o total apoio de seu titular, Bento Munhoz da Rocha Netto. Audaciosamente para a época, Altiava passou cerca de um ano na Itália, até início de 1955, estudando na Universidade de Florença, na Universidade de Roma, fazendo contatos com professores especialistas e indo conhecer regiões de origem dos imigrantes italianos da região curitibana. Ela volta com uma visão renovada das funções do historiador.

Os contatos que estabelecera na Europa se refletem na sua compreensão da prática da pesquisa, nas tendências historiográficas, nas questões relativas ao método e também no vínculo

que estabelece com os arquivos, nos estágios realizados em museus e centros de pesquisa europeus. Constitui também um conjunto de referências e contatos com historiadores, aprofundando o conhecimento sobre a cultura do imigrante italiano, interesse que acompanha sua inquietação como historiadora e que, por isso, não se esgota, mas a motiva a realizar outras pesquisas sobre os italianos em Santa Felicidade e, mais além, envolver-se em pesquisas sobre outros imigrantes no Paraná. Foi através de sua especialização que Balhana ampliou seus horizontes de atuação, começando a exercer a atividade docente como professora substituta na Cadeira de História Moderna e Contemporânea, em 1958, e, em 1959, na Cadeira de História da América da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Paraná.²¹

Balhana buscou afirmar-se nesse espaço de produção, construindo problemas de pesquisa, produziu práticas, acompanhou as renovações teórico-metodológicas da História. Ela, junto aos demais historiadores paranaenses, tecem uma nova relação com o passado e uma nova racionalidade. Disso resulta a constituição do Departamento de História da Universidade do Paraná, no qual os historiadores sistematizaram categoria, conceitos e as questões epistemológicas que norteariam suas práticas, desenvolveram a historiografia universitária no Paraná. Foi nesse espaço de produção que Balhana dialogou, e posicionou-se diante das tendências historiográficas do seu tempo, participando da consolidação do ofício do historiador acadêmico no Paraná.

2.1 A ORGANIZAÇÃO DE UM ESPAÇO DE PRODUÇÃO ACADÊMICA: O DEPARTAMENTO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ

Como já destacado acima, a partir de 1957, Balhana foi integrada ao quadro docente da FFCL-PR, como professora substituta. Ainda no curso de História e Geografia, as preocupações relativas à atividade acadêmica vão sendo delimitadas. Os professores da FFCL-PR tomaram contato com novas perspectivas disciplinares, novas orientações metodológicas, como a problemática do lugar ocupado pela História junto às demais ciências sociais, a partir da qual os historiadores instauraram um espaço dentro da dinâmica da Universidade do Paraná.

A partir de um conjunto de práticas, métodos e preocupações que norteariam o desenvolvimento de uma historiografia acadêmica no Paraná, organizaram uma identidade para

²¹ Curriculum vitae Altiva Pilatti Balhana. Disponível em Arquivo Público do Paraná, Fundo Cecília Maria Westphalen.

essa produção. A organização de um lugar, suas condições de produção e as escolhas teórico-metodológicas operadas pelos historiadores vinculados à FFCL-PR, estão expressas na criação do Departamento de História²², em 1959. Recém-separado da Geografia, os historiadores organizaram as diretrizes que norteariam a escrita da história na Universidade do Paraná.

Em 02 de dezembro de 1964, os professores fizeram uma anamnese da instituição do DH, a partir de 1959, presente na “Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná”²³. Essa Ata, publicada em 2009 na Revista *Questões & Debates*, fornece uma síntese da organização do DH e permite compreender as diretrizes teórico-metodológicas definidas pelo seu corpo docente e de que forma a atividade de pesquisa foi incorporada pelos professores. Na Ata, os professores apresentam anseios pelo reconhecimento da sua produção junto à historiografia do período. Por isso, ao propor uma nova historiografia acadêmica, optaram por uma determinada concepção de História, definindo conjunto de diretrizes, procedimentos e técnicas que norteariam a disciplina no Paraná.

Sobre a organização de uma disciplina, argumenta Foucault (1999, p. 36): “A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de um reatualização permanente das regras”. A definição de um método para a historiografia paranaense, que se organizava na FFCL-PR, representava a fixação de regras e uma tomada de posição dos historiadores, tanto no que refere ao papel do historiador em relação à sociedade, quanto os interesses em definir um conjunto de procedimentos que modificariam sua prática.

Entre 1959 e 1960, Balhana e Westphalen realizaram pesquisas e cursos na Europa, observando a estrutura das Universidades alemãs e francesas. Quando Westphalen retorna, propõe a criação de Seminários de História na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Segundo a Universidade de Berlim, a produção da ciência deveria incentivar o desenvolvimento de pesquisas, trazendo para o centro das discussões a filosofia da ciência. Assim, o modelo universitário alemão significava a mudança de uma prática: a da pesquisa,

A pesquisa tornou-se condição necessária à carreira universitária e era considerada como parte da função do professor universitário. A transmissão das técnicas de pesquisa usualmente ocorria em seminários e laboratórios das universidades, e, finalmente, durante as últimas décadas do século XIX, a pesquisa nas ciências naturais estruturou-se nos chamados institutos, que eram organizações burocráticas permanentes, usualmente ligadas às universidades. (PROST, 1987, p. 86)

²² Daqui em diante utilizaremos a sigla DH para nos referirmos ao Departamento de História da Universidade do Paraná.

²³ Nesta reunião estavam presentes os seguintes professores: Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado, Cecília Maria Westphalen, Jayme Antônio Cardoso, Neusa de Castro Guimarães, Odah Regina Guimarães Costa e Oksana Boruszenko. (ATA, 2009, p. 285)

No entanto, é oportuno retomarmos a ideia de que, na constituição universitária paranaense, o modelo que influenciou sua organização foi o francês napoleônico que estrategicamente propunha que, depois de sua criação, as faculdades isoladas cumprissem a função de formar profissionais como professores, médicos, juristas que pudessem dispor e integrar-se à burocracia estatal. Esse modelo universitário predominou no Brasil desde a vinda da família real portuguesa, em 1808, vigorando até os anos 1930. (CAMPOS, 2006, p. 07). Apesar disso, o modelo universitário alemão adotado para o curso de História e Geografia permitiria a transformação da prática do historiador na FFCL-PR e para tanto, Westphalen convocou todos os professores das disciplinas históricas da Faculdade para uma reunião com o intuito de apresentar a prática do Seminário, deixando claro os seus objetivos de sua organização: “(...) a fim de dinamizar e organizar os trabalhos docentes e discentes do curso de História dessa Faculdade, bem como desenvolver um programa de pesquisas históricas dentro das atuais perspectivas metodológicas de História”. (ATA, 2009, p. 286).

A prática dos Seminários pretendia transformar a prática dos docentes e fomentar o desenvolvimento de pesquisas históricas que pudessem dialogar com a Historiografia e que deveriam atender às novas perspectivas teórico-metodológicas. Tratava-se de delimitar um campo de interesses e práticas científicas, de um novo limiar epistemológico, novos métodos, novas abordagens e novas problemáticas, que permitiriam situar a produção acadêmica paranaense em relação à historiografia brasileira.

Os Seminários possuiriam três seções: “a) de Ensino da História; b) de Pesquisa da História; c) de Teoria da História. § único – Cada Secção será dirigida por um Diretor, cuja função é a de promover estudos e pesquisas históricas, como matéria preparatória para as sessões de Seminário”. (ATA, 2009, p. 286). Nesse espaço, seriam convidados professores de outras universidades, pesquisadores e também aberto às contribuições de profissionais das demais Ciências Sociais. Propunha-se também que a divulgação do conhecimento produzido nos Seminários, se desse a partir de publicações. (ATA, 2009, p. 287). Isto manifestava a preocupação dos historiadores no DH da Universidade do Paraná, com a circulação de sua produção, visando transpor os limites regionais, dialogando com os demais centros de produção em História, buscavam, assim, legitimar a produção historiográfica paranaense.

A proposta dos Seminários de História foi submetida à aprovação do Conselho Técnico Administrativo da Universidade Federal do Paraná, em 04 de dezembro de 1959, como a estrutura da Universidade não previa seminários, mas departamentos, o Conselho recomendou

ao grupo a organização do Departamento de História. Nesse momento foi instituído o DH da Universidade do Paraná.

Podemos compreender a prática historiográfica antes da instituição do DH, a partir de Cardoso (2005), quando fala sobre a tese de Cecília Maria Westphalen: *Carlos Quinto 1500/1558; seu império universal* de 1955, submetida à Cátedra de História Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Westphalen realizou seu trabalho a partir da metodologia da pesquisa bibliográfica (CARDOSO, 2008, p. 17), colocando em evidência os limiares historiográficos que orientavam as práticas anteriores à institucionalização do DH,

(...) mas seu trabalho era sólido, articulado, fundamentado em pesquisa bibliográfica, a exaurir fontes, haja vista sua relação de cento e trinta e cinco livros e quarenta e uma revistas, numa época em que as publicações eram de difícil acesso. Dessa bibliografia já constou a tese de Fernand Braudel sobre o Mediterrâneo, mas sem que ela imaginasse a influência que ele teria em seu futuro. (CARDOSO, 2008, p. 17)

Portanto, a preocupação com a pesquisa documental representava uma virada na historiografia paranaense, os historiadores desejaram o rompimento com as orientações da historiografia tradicional que até então vigorava no curso de História e Geografia da FFCL-PR. Durante a passagem para uma historiografia científica, o contato com a historiografia francesa fora essencial, tanto para a organização do DH da Universidade do Paraná quanto para a consolidação desse espaço de produção.

Na Ata, os professores definiam as orientações e diretrizes do recém-criado DH da Universidade do Paraná,

Artigo 4º.) – A fim de cumprir sua finalidade, compete ao DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA: a) – Estimular o progresso do ensino de História, e os trabalhos de investigação científica nos diversos setores das Cátedras que o constituem; b)- Estabelecer e pôr em execução medidas que contribuam para a melhor coordenação e eficiência das atividades didáticas da cátedras que o constituem; c)- Planejar e realizar pesquisas teóricas e de campo, com a participação de cientistas e técnicos interessados; d)- Promover a máxima participação dos alunos da Faculdade, Curso de História, em todas as atividades do Departamento, e facilitar-lhes por meio de bolsas de estudo ou outros recursos, a dedicação integral à carreira científica (...). (ATA, 2009, p. 288)

Destacavam que a prática da pesquisa também fosse introduzida desde a graduação, envolvendo discentes nas suas diversas etapas, buscavam modificar também o próprio ensino de história e também desenvolver uma cultura acadêmica, ou seja, colocando como possibilidade aos discentes de seguirem uma carreira acadêmica. A prática da pesquisa estava relacionada a outra prática, não menos importante, a da organização de arquivos (bibliográficos, iconográficos, estatísticos, cartográficos) que tinham como objetivo reunir uma abundante documentação para estudos em história regional. Além disso, o DH organizou uma biblioteca

especializada, realizando intercâmbio de obras com os principais centros universitários. (ATA, 2009, p. 288)

Nesse movimento de institucionalização do DH, Balhana e Westphalen adquiriram notória importância, pois foram incentivadoras da ampliação de pesquisas em História. Ambas possuíam projetos bem definidos, se constituíram como exemplo do emprego da metodologia dos *Annales* organizaram projetos para localização e levantamento de fontes para estudo em História do Paraná, no Arquivo Público do Paraná e no Arquivo do Estado de São Paulo. (CARDOSO, 2005, p. 18)

Em 1959, a Universidade do Paraná também criou um Conselho de Pesquisa e o historiador Brasil Pinheiro Machado, foi seu primeiro diretor. (CARDOSO, 2005, p. 18).

Após a constituição do DH, os professores do DH aprofundaram-se nos debates relativos à historiografia paranaense, buscando organizar um quadro sobre o que fora produzido. Estabelecem como marco para a historiografia paranaense a produção do Paranismo. E na primeira sessão do seminário de História, refletiram sobre a obra do principal expoente do Paranismo, Romário Martins (1874-1948).

2.2 DEFINIÇÃO DE PROBLEMAS, PESQUISAS E ORIENTAÇÕES: PRIMEIRO SEMINÁRIO DE HISTÓRIA

A partir da produção de Romário Martins, tentaram estabelecer continuidades e rupturas entre a produção deste e a historiografia acadêmica. Apresentou-se a possibilidade de instaurar, a partir da sua produção, um ponto de partida para História do Paraná, definindo-se como tema do Primeiro Seminário de História,

Foi assim, marcada para 23 de setembro de 1959 a primeira sessão deste seminário, objetivando a análise da obra dos historiadores do Paraná, com a crítica de suas fontes, métodos e técnicas de trabalho e com a finalidade de realizar o levantamento da situação real da Historiografia Regional do Paraná, e dos problemas que nela restam por serem equacionados e resolvidos. (ATA, 2009, p. 291)

O primeiro Seminário foi dirigido por Brasil Pinheiro Machado, o qual expôs sobre a necessidade de organizar um quadro de referências para História do Paraná, a partir do conceito de história regional,

(...) a) - o conceito de história regional, dentro do complexo de História do Brasil. b) – Cada uma dessas histórias regionais tem uma “ambientação” que a diferencia das outras. c) – A possibilidade, no estado atual de pesquisas, de se escrever uma história geral do Paraná. d)- O Estado atual da pesquisa histórica regional do Paraná. e) O meio geográfico como fator da história regional. (ATA, 2009, p. 291)

Para Machado a produção de Martins fornecia um ponto de partida aos estudos regionais, tal como Vanhagen teria sido um catalizador para a História do Brasil e defendia a necessidade “(...) de se escrever uma história geral do Paraná. Tal História somente poderá ser precedida de grande número de estudos monográficos com um trabalho mais amplo e profundo de pesquisa da história regional”. (ATA, 2009, p. 292). A pesquisa em história regional dependeria do levantamento e organização de fontes de pesquisa.

Brasil Pinheiro Machado foi uma das referências no desenvolvimento de uma história regional, a partir do seu texto *Esboço de uma sinopse de História Regional*, publicado em 1951 no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP). Nele, Machado apresentou um conjunto de 22 proposições que orientariam a organização de um livro de história do Paraná. Procurando organizar e compreender o passado paranaense numa perspectiva de superação dos problemas regionais, preocupou-se com uma identidade regional que projetasse o Estado do Paraná na conjuntura nacional, incentivando assim o desenvolvimento de estudos em história regional paranaense. (ALMEIDA, 2016, p. 61-63)

O *Esboço* surge como parte dos preparativos do festejo do Centenário da Emancipação Política do Paraná (1953). Pinheiro Machado foi indicado pelo IHGEP para que escrevesse um roteiro que orientasse a organização de um livro. Neste texto, Pinheiro Machado desenvolveu o conceito de história regional, inspirado nas ideias de Carlos Frederico Von Martius e João Ribeiro.

A produção histórica de João Ribeiro apontava para os princípios da Kulturgeschichte. Tal movimento historiográfico alemão, ao evidenciar estudos culturais, renovou a visão tradicional da história – que enfatizava essencialmente aspectos políticos e administrativos, numa história que ficou conhecida como a dos grandes vultos e dos grandes nomes. (CORDOVA, 2009, p. 176)

Assim, a partir de uma perspectiva cultural, o Paraná era percebido, nos anos 1960, como dividido culturalmente em duas regiões: Paraná Tradicional (Litoral, Curitiba e Campos Gerais) e o Paraná Moderno (Norte e Sudoeste).

Isso nos remete ao fato de que a questão regional paranaense, colocada por Pinheiro Machado, era complexa e profunda, tendo em vista que composto por três regiões (Paraná tradicional, Norte e Sudoeste), mesmo que compreendidas dentro do mesmo território, estas estavam desligadas entre si, não partilhavam da mesma identidade regional. Por isso, a necessidade de uma História atenta às diferenças regionais conferiria sentido ao Paraná, ao mesmo tempo em que se preocupavam com políticas adequadas aos problemas de cada região que compunha o estado. (ALMEIDA, 2016, p. 33)

A História do Paraná se apresenta como instrumento discursivo capaz de consolidar e legitimar um passado comum. O *Esboço* forneceu as diretrizes para que a historiografia do DH interpretasse a formação histórica paranaense: “Aí estão os fundamentos da história interna do Brasil, que é um conjunto de histórias regionais, isto é, história que se faz, ao mesmo tempo, em diferentes pontos do território, e por múltiplos estímulos”. (MACHADO, 1987, p. 181). Machado rompeu com uma tradição Positivista em História, na qual o discurso histórico era ligado à história política. O *Esboço* propõe uma nova hermenêutica do passado paranaense, atenta aos problemas do desenvolvimento agrário e com os desdobramentos da cultura paranaense. A partir da compreensão dos diversos estímulos estabeleceram a história regional paranaense, Machado desenvolveu o conceito de história regional, apropriado pelos professores na organização do DH.

Organizar uma história regional implicava relacionar o passado e o futuro paranaense, como tentativa de superação dos problemas e também de superação da historiografia de cunho positivista que vigorava. O conceito de região é mobilizado com o intuito de organizar uma individualidade ao Estado que permitisse diferenciá-lo. A região compreendida: “(...) concreta, observável e delimitável. Como qualquer segmento do espaço, a região é dinâmica, historicamente construída e interage com o todo social e territorial”. (CASTRO, 1992, p. 32-33)

Na Ata de constituição do DH, nota-se as tensões que se colocavam aos historiadores, tensões e preocupações em constituir uma individualidade dentro da historiografia brasileira, demarcando um conjunto de diferenças e práticas desenvolvidas no DH da FFCL-PR.

Romário Martins escreveu *História do Paraná* em 1899, destacando-se como historiador de ofício e consolidou-se como referência da historiografia paranaense e um dos grandes idealizadores do Paranismo. Escreveu durante um período de tensões relativas à delimitação territorial do Paraná, como o Conflito do Contestado (1912-1916): “Nesse ínterim, Romário Martins fez intenso levantamento da documentação que se referia a questão e deveria servir de defesa do Paraná. Isto, no dizer de um recente trabalho historiográfico, despertou-lhe a veia de historiador”. (DE BONI, 2004, p. 553). Tratava-se de uma monumentalização do passado, em prol de um discurso idealizado, organizou uma identidade comprometida com o progresso e pela crença na ciência.

Cada professor do DH ao debater o livro de Martins, o recortou de acordo com seus próprios interesses e especialidades, apresentando uma tomada de posição de temáticas a partir das quais cada historiador desenvolveu suas pesquisas ao longo dos anos 1960. Deram ênfase

às limitações conceituais e metodológicas do texto de Martins, debatendo-o à luz das novas perspectivas, novas linguagens e experiências.

No Seminário, o geógrafo João José Bigarella e o antropólogo José Loureiro Fernandes, tentaram apontar os limites da produção de Romário Martins. Para Fernandes, apresentava problemas quanto à história indígena, que também carecia de estudos aprofundados e para Bigarella a obra de Martins, no que se referia à Geografia, apenas fazia um inventário dos acidentes geográficos, que deveriam ser aprofundados a partir do conceito da Geografia Física. (ATA, 2009, p. 293)

Westphalen analisou a ausência e desconhecimento das estruturas temporais. Definia o conceito de estrutura social, que dialogava com o desenvolvido pelos *Annales*: “(...) isto é, realidades sociais de permanência nos diferentes momentos da evolução da sociedade paranaense”. (ATA, 2009, p. 293). Westphalen, assim como os demais, defendia o enfoque das pesquisas em história regional, e ao refletir sobre a situação da pesquisa histórica no Paraná argumentava,

(...) tudo ou quase tudo resta por fazer, sobretudo no domínio da economia histórica. Disse, finalmente, da necessidade de serem reexaminadas as fontes da história paranaense, bem como da necessidade do emprego de novas técnicas quantitativas no tratamento das mesmas. (ATA, 2009, p. 293)

No Seminário, operaram uma análise anacrônica do texto de Martins, atribuindo-lhe o sentido de orientação quantitativista, não levando em consideração o regime de historicidade do autor, ou seja, as relações que ele estabeleceu com o seu tempo e suas preocupações ao escrever sua História do Paraná. Nesse sentido Balhana reitera:

[...] também da necessidade do reexame dos dados sobre o movimento migratório no Paraná e do tratamento estatístico dos mesmos. Trabalho êsse de grande utilidade, não só para o melhor conhecimento da intensidade, composição e regularidade do fluxo migratório para o Paraná, mas também uma valiosa contribuição para a revisão do movimento geral de imigrantes entrados no Brasil. (ATA, 2009, p. 293)

A História Quantitativa, enquanto um campo de observação do historiador, se utiliza de técnicas sofisticadas de análise, incluindo algoritmos e cálculos como integrais e derivadas. (BARROS, 2011, p. 165-166). A História Quantitativa praticada por Balhana por vezes detêm-se numa análise descritiva, produto de sua pesquisa exaustiva no levantamento, serialização de dados e tratamento das informações provenientes das fontes, na qual empregava técnicas estatísticas.

A pesquisa em História se consolidaria a partir da organização de projetos de organização de fontes, afirmava uma “utilidade” para a produção do conhecimento

historiográfico, do conhecimento da imigração e das fontes que possibilitassem o aumento progressivo de pesquisas em torno da temática. Portanto, tanto a partir do viés quantitativo como pelo interesse de Martins em discutir a imigração ao Paraná, Balhana destacou a contribuição do historiador,

(...) as observações de Romário Martins na obra *História do Paraná*”, sobre a evolução do comércio paranaense e suas transformações, constituem hipóteses de trabalho que poderão ser valiosos pontos de partida para estudos aprofundados segundo novas técnicas quantitativas. (ATA, 2009, p. 294)

O ponto de partida que ela, assim como Westphalen, permitiriam a historiografia universitária era de que os dados utilizados por Martins deveriam ser tratados a partir das novas técnicas quantitativas, que davam ênfase a essa transição de uma produção não acadêmica, do não domínio de técnicas e procedimentos da moderna historiografia que representava um novo paradigma para a historiografia paranaense. Os projetos de pesquisa desenvolvidos a partir de então no DH, atenderiam às expectativas desses pesquisadores em organizar uma história regional paranaense, dialogando com os principais centros de pesquisa, constituíram análises pautadas em um arsenal conceitual novo e novas referências teórico-metodológicas.

Balhana destaca a orientação quantitativa enquanto influência dos *Annales* sobre o DH da UPR, incorporando também o conceito de cultura, continuava a autora.: “Finalmente disse que o importante tema da contribuição cultural das novas etnias foi naquela obra ignorado. Esta é, porém, uma preocupação relativamente recente que está condicionada à aceitação do conceito antropológico de cultura”. (ATA, 2009, p. 294)

A partir de Hartog (2005, p. 21) compreende-se que a postura de Balhana representou um processo de legitimação de uma nova tradição historiográfica que se instaurava no DH da Universidade do Paraná. Por isso se fez necessário revisitar uma antiga tradição (nesse caso o Paranismo) e, a partir dela, fixar referências, no que diz respeito à apreensão das fontes e metodologias. Balhana e os demais professores possuem outra compreensão da temporalidade, da operação historiográfica e do uso do passado. Isso significa que, para Balhana, as análises feitas por Martins deveriam ser sistematizadas pela história quantitativa para só então contribuírem de forma significativa para o estudo dos imigrantes.

A organização de objetos de pesquisa em *História do Paraná* e o desenvolvimento da metodologia da história quantitativa garantiriam a produção de discursos considerados “verdadeiros”, porque partilhariam do domínio de técnicas e instrumentos. Tratava-se da organização da história como disciplina, no qual o DH deveria consolidar um conjunto de mecanismos que lhe garantissem legitimidade. Com a organização de regras para a produção

do discurso historiográfico do DH, a partir das quais se definiram as bases para a produção, os professores fixariam os procedimentos necessários que consolidariam esta historiografia.

Este primeiro Seminário se apresentava como um espaço de formulação de problemas, de possibilidades de pesquisa e de definições teórico-metodológicas necessárias que norteariam as próximas atividades dos docentes lotados no DH e, por sua vez, estariam presentes na produção historiográfica de Balhana. Para tal, de acordo com Machado seriam necessários os seguintes passos:

1º.)- O conceito de estrutura; 2º.)- necessidade de reexame e estudo comparativo das fontes; 3º.)- necessidade de um sistema de referências para a construção da História do Paraná; 4º.)- necessidade de desenvolvimento de maiores pesquisas com bases em fontes primárias e consequente elaboração de monografias especializadas; 5º.) a contribuição que o emprêgo de novas técnicas metodológicas poderá trazer a ampliação dos conhecimentos de História do Paraná. (ATA, 2009, p. 294)

Em relação às estruturas, escreve Braudel: “Para nós historiadores, uma estrutura é, indubitavelmente um agrupamento, uma arquitetura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar”. (BRAUDEL, 1990, p. 14).

Deste modo, atento à problemática da conceituação do tempo e do próprio papel da História em relação às demais Ciências Sociais, a organização do DH da Universidade do Paraná estava atenta aos problemas historiográficos da transição da década de 1950 para 1960. Assim, o conceito de estrutura, que articulava a realidade social e o tempo, significava também uma tomada de posição da historiografia praticada na Universidade do Paraná, reivindicando um espaço junto às demais Ciências Sociais, bem como à historiografia brasileira.

As técnicas empregadas ao discurso historiográfico e as escolhas temáticas deixam evidente a emergência de um discurso que pretendia tornar-se acadêmico, ou seja, direcionado a um público de leitores cada vez mais reduzido. O discurso historiográfico é regido por códigos e por relações de dependência, limitado pelas formas discursivas e materiais dos textos. Cada comunidade de leitores (espirituais, intelectuais, profissionais, etc.) possui redes de práticas e regras de leitura próprias. (CHARTIER, 1994, p. 14). Desse modo, participar de uma rede de leitores historiadores significava adequar seus discursos aos interesses do grupo e transformar suas práticas.

A partir da definição de pesquisas em história regional, os professores empenharam-se em organizar arquivos e fontes, para que fosse possível a ampliação de pesquisas acerca da História do Paraná. O acesso às fontes documentais de arquivos paroquiais, municipais, judiciários e estaduais pretendia garantir um sentido veritativo ao discurso dos historiadores já que era pautado em critérios de cientificidade. “O historiador não exige que as pessoas

acreditem em sua palavra, sob o pretexto de ser um profissional conhecedor de seu ofício – embora seja o caso em geral – mas fornece ao leitor a possibilidade de verificar suas afirmações (...)” (PROST, 2008, p. 55). Assim, o levantamento de arquivos e sua organização, somada à prática da pesquisa orientada pela metodologia quantitativa significou a transformação do sentido dado à História do Paraná ao mesmo tempo em que reforçava um novo sentido à prática historiográfica.

Instauravam a partir dessa análise, a ruptura com o regime historiográfico Positivista, formulando questões a partir do referido texto. Balhana e os demais professores possuíam uma nova apreensão da temporalidade e da operação historiográfica, revisitam as análises feitas por Martins, para que estas pudessem contribuir para os projetos de pesquisa que foram desenvolvidos a partir dos anos 1960.

O Paranismo, presente em Romário Martins foi tomado pelos historiadores como expressão de uma historiografia não acadêmica, ao mesmo tempo em que destacam a sua contribuição com a construção da história regional. As preocupações relativas à consolidação da identidade paranaense, a organização de uma história do Paraná, o mito em torno da imigração como estímulo ao progresso e uma historiografia escrita a serviço da política constituíram problemas a serem resolvidos pela historiografia que se instaurava no DH. A problematização da historiografia de Martins forneceu subsídios para as tomadas de decisão dos novos pesquisadores, isto é, para a recuperação dos sentidos atribuídos ao passado paranaense, também para a orientação das decisões e sentidos que lhe seriam atribuídos nas pesquisas que desenvolveriam no presente, destacando, sobretudo, o problema com o método. Ao objetivarem o passado, formulam sentidos a ele, a partir de novas formas de escrever história e de submissão a critérios de verdade e validação.

A organização de arquivos e fontes para a pesquisa em História do Paraná garantiria a consolidação da metodologia da história quantitativa ao promover a ampliação de projetos de pesquisa que seriam desenvolvidas pelos professores do DH envolvendo também os discentes. Era necessário atualizar o ensino de História a partir da produção historiográfica que se instaurava.

Os docentes desenvolveram pesquisas, logo no início dos anos 1960, colocando em prática as recomendações que ficaram acordadas na organização do DH. A delimitação de interesses de pesquisa atendia ao desejo de divulgação da produção historiográfica dos professores, sistematizando uma prática que articulava fontes a partir da problemática da história regional que pode ser notada nos primeiros textos do DH. Para Certeau (1982) é através

do texto que o historiador torna a diferença representável, instaura um lugar do passado no presente, constrói diferenças e continuidades. (CERTEAU, 1982, p. 92)

Cumprindo com os anseios de diálogo com a historiografia contemporânea, no qual convidariam professores de outras instituições para apresentarem seus trabalhos para os professores e alunos da Universidade do Paraná, receberam o professor da Universidade de São Paulo, Suares Amora, por conta de uma exposição em comemoração aos quinhentos anos da morte do infante Dom Henrique. No final do ano 1960, o professor Eduardo de Oliveira e França, também da Universidade de São Paulo que: “(...) falou sobre: Relações entre História e Geografia”, havia ainda participado de um seminário com os professores do Departamento de História”. (ATA, 2009, p. 295). Oliveira e França foi aluno de Braudel, na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e, desde os anos 1940, vinculava-se ao movimento dos *Annales*. (ROIZ, 2013, p. 201). Deste modo, construir uma historiografia paranaense acadêmica também significava estreitar os laços com a historiografia brasileira.

As relações entre História e História Econômica serviriam de base para o desenvolvimento da história regional, partindo de uma orientação quantitativista ainda no início dos anos 1960. Os desdobramentos da historiografia universitária nos anos 1960 se dariam a partir de técnicas e operações específicas do quantitativismo que possibilitariam, aos historiadores do DH, produzir novos sentidos à história do Paraná.

2.3 A INFLUÊNCIA DA HISTÓRIA ECONÔMICA SOCIAL NA HISTORIOGRAFIA

A organização de arquivos para história regional paranaense fez parte dos desdobramentos dos projetos de pesquisa que foram organizados no DH da Universidade do Paraná. A preocupação com o levantamento de dados para a História Regional e de como os historiadores operacionalizariam tais dados foi sendo feitos a partir do uso dos métodos estatísticos. Como observada por Balhana a relação da História com a Estatística já se esboçava desde os anos 1950, apresentado logo na introdução do texto “Notas preliminares para o estudo da composição étnica da população de Curitiba”, publicado originalmente no Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná em 1958,

O presente estudo é o resultado de trabalho realizado em colaboração pelas Cátedras e História da América e de Estatística Geral e Aplicada, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, bem como do Centro de Estudos e Pesquisas de Matemática e Estatística do Instituto de Pesquisa da Universidade do Paraná. (BALHANA, 1958, apud WESTPHALEN, 2002, p. 85)

Nesse trabalho, Balhana e Zélia Milléo Pavão, do Departamento de Estatística da UPR, aplicaram questionários no Colégio Estadual do Paraná, investigando a nacionalidade das famílias dos alunos para compreender a formação étnica de Curitiba e a composição da imigração. Defendiam as autoras que o recurso da estatística contribuiria para o estudo populacional: “Os alunos do Colégio de Curitiba representam a população de Curitiba não apenas quanto ao espaço geográfico, mas também, como tivemos oportunidade de verificar, quanto às camadas sociais”. (BALHANA; MILLEO, 1958, apud WESTPHALEN, 2002, p. 85)

O uso do quantitativismo se apresentou em Marc Bloch e Lucien Febvre, mas, principalmente, na segunda geração dos Annales, a partir de Fernand Braudel e Ernest Labrousse. Este último um dos responsáveis por essa interlocução, que culmina na História Quantitativa. (REIS, 2000, p. 102). A organização da historiografia paranaense apropriou-se das ferramentas estatísticas para compreensão das fontes sob a perspectiva da história quantitativa e da organização de séries documentais. Foi Labrousse quem desenvolveu o conceito de série documental,

A série, é necessariamente formada por fontes homogêneas, comparáveis, capazes de serem apreendidas no interior de uma continuidade (seja uma continuidade temporalizada ou especializada), e que permitam uma “abordagem de conjunto” através de aportes metodológicos como a quantificação, a análise tópica, a identificação de recorrências ou mudanças de padrão no decorrer da série. (BARROS, 2012, p. 205)

O uso de séries relacionava-se ao uso de fontes que permitissem a abordagem de estudos da família, no caso de Balhana mais precisamente nos estudos sobre imigração. Foi a partir das séries que Balhana, junto aos demais professores, organizaram arquivos. Tratava-se de uma nova preocupação historiográfica que está intimamente ligada à História quantitativa. A definição de diretrizes que orientavam a prática historiográfica firmava a Universidade do Paraná como o centro irradiador de formação historiográfica para todo o estado do Paraná, por isso, assumia uma posição norteadora do ofício para as demais Faculdades,

Os Professores Brasil Pinheiro Machado e Altiva Pilatti Balhana, a convite da Faculdade de Filosofia de Ponta Grossa, ali proferiram respectivamente, nos dias 7 e 9 do mês de outubro, as seguintes conferências: “Formação da Historiografia Brasileira”, “Colonização recente nos Campos Gerais”. (ATA, 2009, p. 308)

O tratamento metodológico, organização de fontes e séries suscitou vários projetos de catalogação de arquivos paroquias, judiciários, cartorários, tornando possível essa “revolução documental” no Paraná, constituindo arquivos para futuros estudos sobre a população paranaense. Deste modo, o uso da metodologia da História quantitativa representou a

organização de produção acadêmica que serviria como eixo irradiador para as demais Universidades do Paraná, como na criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina.

Foi a partir dos estudos demográficos que Balhana passou a circular nos meios acadêmicos com maior frequência, ampliando os estudos sobre história regional. Para tanto, a organização de arquivos e disponibilização destes à pesquisa representavam para ela um dos primeiros problemas a serem resolvidos pela historiografia universitária paranaense.

Este movimento de interpretação das fontes, pautada na metodologia da história quantitativa e pela problemática, diferiria da historiografia até então produzida no Paraná, ao mesmo tempo em que dialogava com a constituição da História enquanto disciplina no Brasil. A metodologia adotada pelo DH da Universidade do Paraná também tratava de um controle dos critérios que deveriam ser adotados por todos no desenvolvimento das pesquisas, procedimentos que permitiriam a validação e reconhecimento desta historiografia.

No bojo das preocupações historiográficas, Balhana delimitaria naquele ano seus interesses em torno da história demográfica, a partir do projeto de levantamento de fontes para a História Demográfica do Paraná,

“(...) o projeto referente ao levantamento de fontes para a história demográfica do Paraná, sob direção da Professora Altiva Pilatti Balhana, teve prosseguimento com o exame do Departamento do Arquivo de São Paulo. Das dez caixas relativas à “População” do planalto curitibano. (ATA, 2009, p. 300)

O perfil do historiador universitário no Paraná vai se delineando e a partir dele Balhana delimitou seus interesses, sobretudo em torno da história da população paranaense. Mantendo um diálogo constante com os principais centros de pesquisa em história demográfica no exterior, Balhana e os demais professores do DH modificavam suas concepções de História, interessados em consolidar um espaço para a historiografia paranaense na historiografia brasileira.

A organização da disciplina historiográfica no Brasil teria, em 1961, um marco importante: a organização do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior, em Marília (SP). Nesse evento, os professores/pesquisadores discutiram os dilemas teórico-metodológicos do ensino de História no Brasil, culminando com a fundação da Associação de Professores Universitários de História (APUH). Na APUH, os professores compartilhavam o interesse pela garantia da atuação profissional, por melhores condições de trabalho para os docentes do ensino superior. (GUIMARÃES, 2011, p. 30-31).

Destaca-se o envolvimento dos professores do Paraná na organização da APUH, participando de forma ativa da construção do segmento de professores universitários de História. A sua representatividade se apresenta na direção da Associação,

(...) sua primeira diretoria, composta pelos professores Eremildo Viana (presidente, FNF), Cecília Maria Westphalen (vice-presidente, Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná), Sérgio Buarque de Holanda (secretário-geral, Faculdade de Filosofia da USP), Alice Piffer Canabrava (primeira-secretária, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP), Jorge Calmon, (segundo-secretário, Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia), Antônio Camilo Faria Alvim (primeiro-tesoureiro, Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais), Armando Souto Maior (segundo-tesoureiro, Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife) e José Roberto do Amaral Lapa (diretor de publicações da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília). (FERREIRA, 2013, p. 66)

Ferreira (2013) ao discutir a Ata da I reunião da APUH analisa as falas dos professores Viana, Calmon e Yedda Linhares, destacando a concepção de História como ciência, no qual o compromisso com a verdade seria a sua máxima. A verdade seria objetivada a partir das evidências documentais e as ciências sociais contribuiriam com a História, para uma melhor compreensão dos documentos, no qual o historiador atribuiria sentido a eles.

Durante o Segundo Seminário da UNE, realizado em 1962 no Paraná, os estudantes defenderam uma universidade crítica, sem discriminação social, política e econômica.

O Golpe Civil-Militar teve implicações na Universidade, expresso no Acordo MEC-USAI: Lei Suplicy de Lacerda (nº 4.464 de 09/11/64), que substituiu a UNE pelo DNE e as Uniões Estaduais pelos Diretórios Estaduais, com destaque à proibição de manifestações, greves e propagandas políticas nas entidades de representação estudantil. A partir da lei 4.8814/1965, o Conselho Federal de Educação definiria os cursos de pós-graduação e suas características, com a estruturação da carreira docente e institucionalização da pós-graduação. As reformas entre 1966 e 1967 colocava fim às cátedras, integração de áreas comuns para pesquisas afins, matrículas por disciplina, extinguindo as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. (BOMENY, s/d, p. 12)

A cátedra vitalícia prevista na Constituição de 1946, artigo 168 foi extinta pela Constituição de 1967. Os departamentos não precisavam mais submeter-se aos catedráticos, com a finalidade de uma maior circulação e renovação dos quadros docentes na universidade. Uma autonomia relativa, na qual a Universidade se consolidava como espaço privilegiado do saber, ao mesmo tempo em que seu conhecimento também era, de alguma forma, censurado e reforçava-se uma hierarquia dentro dos espaços acadêmicos. “Reproduziam-se sucessivamente feudos personalizados dentro da vida universitária, mantendo posições de privilégio adquiridas e inalteradas”. (BOMENY, s/d, p. 13)

A consolidação da Universidade enquanto espaço de produção, acompanha a consolidação da historiografia no DH. A opção metodológica pela História Econômica dialogava com as expectativas dos demais historiadores, na definição das bases do funcionamento dos cursos de História. No Paraná os estudos sobre economia e os problemas suscitados pelo interesse do desenvolvimento regional paranaense constituíram-se o centro das atenções. Balhana e os demais professores organizaram projetos de pesquisa que envolveriam os pesquisadores desde a graduação, orientando-os na opção metodológica da história quantitativa, reforçavam uma identidade para sua produção mantendo diálogo com os demais centros de produção acadêmica.

Nesse ponto, compreende-se que a preocupação de Balhana e de sua geração com os arquivos, reforçava o papel do DH em relação à pesquisa e consolidando a prática de pesquisa documental. Para ela, a organização dos projetos de pesquisa relacionaria os pesquisadores mais experientes que orientariam a prática dos mais jovens, efetivando a pesquisa em história. A preocupação com a pesquisa orientada pela problemática, tornar-se-ia uma prática, expressando uma preocupação com a formação de um corpus de agentes especializados que pudessem compor os quadros de docência no ensino superior no Paraná.

Nas discussões relativas ao ensino e à pesquisa, surgia a necessidade de currículos flexíveis, que pudessem delimitar a função do professor pesquisador, pois o compromisso com a formação de professores para o ensino superior também deveria ser contemplado pelas Faculdades de Filosofia. (FERREIRA, 2013, p. 69-70)

Esse movimento era delineado desde os anos 1950 em outras Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras como observara Ferreira (2013). Segundo ela, na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), com a separação dos cursos de História e Geografia em 1955, foi um momento de organização da disciplina, sendo que a História visava ocupar um lugar de maior destaque na FNFfi. A organização de uma disciplina de Introdução Metodológica à História na grade curricular a partir de 1955, representava uma nova concepção de História, preocupada com disciplinas metodológicas, mesmo de forma tímida estivesse relacionada à formação de pesquisadores, a formação de professores para o ensino secundário continua como prerrogativa na prática. (FERREIRA, 2013, p. 51)

Desse modo, as transformações da História disciplinar são associadas à problemática do lugar que a História ocuparia nas Universidades e pela reivindicação dos professores por melhores condições para desenvolvimento de suas pesquisas. Dito isso, percebe-se que o envolvimento dos docentes com a pesquisa foi necessário para transformação das práticas, mesmo que a formação de pesquisadores em História fosse substancialmente transformada

apenas com a instituição dos programas de pós-graduação, na década de 1970. Balhana, enquanto partícipe desse processo, encontrou nos estudos demográficos o seu lugar como pesquisadora, contribuindo para o desenvolvimento do DH como espaço de produção.

A segunda reunião da APUH fora realizada em Curitiba, em 1962. As reuniões objetivavam estreitar as relações entre os professores das outras Faculdades, e isso, mais tarde, tornar-se-ia um importante espaço para discussão, em que era discutida também a situação da História enquanto disciplina nas Faculdades de Filosofia. Os professores da Universidade do Paraná ficaram incumbidos da Diretoria Executiva e o tema proposto para o Simpósio fora “A propriedade e o uso da terra”. Assim, o DH participara dos debates acerca do conhecimento historiográfico e da profissionalização do historiador,

Nesse encontro da Anpuh, ficou evidenciado o engajamento das entidades nos debates contemporâneos acerca do lugar do ensino da História, da profissionalização do professor de História e da relação entre ensino universitário e pesquisa. (FERREIRA, 2013, p. 72)

A reafirmação da pesquisa em História, enquanto parte do ofício do professor universitário, descortinava os interesses em garantir o reconhecimento da produção do historiador que se daria na divulgação das pesquisas desenvolvidas e da avaliação da situação da História nas Universidades. Portanto, ao abrigar a II Reunião de Professores Universitários de História (APUH), o DH assumiu o compromisso de transformação desse espaço de produção que só se efetivaria a partir do desenvolvimento de pesquisas em História. Na Ata do DH, comentaram o saldo positivo da reunião,

Inscreveram-se ao II Simpósio 197 Prôfessores de todo o País e do Exterior, notadamente dos Estados Unidos, França, Espanha, Portugal, Bélgica e Itália.

(...)

O II Simpósio revestiu-se de grande êxito cultural, e neste Relatório devemos destacar a participação dos Prôfessores do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, que apresentaram ali magníficos trabalhos, quais sejam: Professor Brasil Pinheiro Machado – “Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná: Formação da estrutura agrária dos Campos Gerais”; Professora Altiva Pilatti Balhana – “Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná: Mudança na estrutura agrária dos Campos Gerais”; e Professor Oldemar Blasi – “Aplicação do método arqueológico na investigação da história agrária de Vila Rica de Espírito Santo”. (ATA, 2009, p. 302)

Assim, como um Simpósio que pretendeu discutir a História Agrária, somente Balhana, Pinheiro Machado e Blasi foram convocados a apresentar suas pesquisas. No entanto, o Simpósio rendera outras tomadas de posição, organizando um Núcleo Regional da Associação dos Professores Universitários de História:

“(...) sob a presidência do Professôr Brasil Pinheiro Machado, o Núcleo Regional do Paraná, da Associação dos Prôfessores Universitários de História, reunindo

Prófessores dos Cursos de História, das demais Faculdades de Filosofia, Ciências e Faculdades de Ciências Econômicas do Paraná. (ATA, 2009, p. 302)

No plano pedagógico, apresentavam a necessidade de inserção de disciplinas teórico-metodológicas, que envolvessem os pesquisadores mais jovens. Essas reivindicações não foram atendidas de imediato, mas foram sistematizadas em diversas faculdades no Brasil, tendo como consequência a implementação dos cursos de pós-graduação a partir de 1971. (GUIMARÃES, 2011, p 32). Em 1963, duas disciplinas foram incorporadas à grade curricular, decorrente das discussões relativas à introdução aos Estudos Históricos travadas nas reuniões da APUH.

Com a separação dos Cursos de Geografia e História e a consequente criação de novas disciplinas, os Professores Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen, sem quaisquer ônus para a Universidade do Paraná, prelecionaram respectivamente, em todo o decorrer do ano letivo, as disciplinas de Princípios de Sociologia e Introdução à História. (ATA, 2009, p. 297)

No relatório das atividades realizadas pelo Departamento em 1963, estavam em vigor os seguintes projetos de pesquisa: “Comércio Importador e Exportador do Paraná, através do Porto de Paranaguá”, sob direção de Westphalen; “Levantamento de fontes para história demográfica do Paraná”, sob direção de Balhana; “Campos Gerais”, sob direção de Balhana e Machado; “Levantamento de fontes para a história regional”, sob direção de Machado e, por fim, “Colonização ucraniana no Paraná, sob orientação de Balhana e execução de Oksana Boruszenko.”²⁴

A partir destas pesquisas, construiu-se um “quadro de referências” que pudesse ser utilizado em outros estudos sobre estruturas demográficas e sobre imigração que visavam compreender a desagregação da “sociedade tradicional” no Paraná. Nos anos 1960, o DH organizou a publicação de boletins, com o apoio do Conselho de Pesquisas da Universidade, que expressavam uma preocupação dos professores em divulgar no meio acadêmico as pesquisas que eram realizadas na Universidade do Paraná. No segundo número do Boletim, de 1963, foi publicada uma prévia do trabalho organizado por Balhana e Pinheiro Machado sobre os Campos Gerais, o texto “Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. ” (CARDOSO, 2005, p. 19-20)

A operação historiográfica se ordenaria a partir da problemática, constituindo-se como uma das etapas mais importantes do desenvolvimento da pesquisa. Para tanto, Balhana definiu como “questões básicas de observação”, a organização dos dados e a escolha da técnica e que

²⁴ Relatório de Atividades do Departamento de História no ano de 1963. Disponível em Arquivo Público do Paraná, Fundo Cecília Maria Westphalen.

estas deveriam ser antecedidas pelo planejamento da pesquisa, a partir do qual derivaria o questionário. Deste modo, a pesquisa em história assumia o seguinte caráter: responder aos problemas propostos, enquanto parte dos pressupostos científicos de ampliação do conhecimento científico.

Por outro lado, a representação do passado de processos econômicos e demográficos permitiria aos historiadores um distanciamento dos conflitos políticos do período que na década de 1960 representa embates travados sob o regime militar. Por isso, a historiografia do DH da Universidade do Paraná, foi associado a uma postura conservadora, na qual a análise de dados quantitativos foi tida como imparcial e impessoal. Retirava do centro estudos políticos em História, a partir de uma concepção de História que ao conceitualizar o real, produziria sentidos a partir de um distanciamento. A historiografia seria um esforço discursivo, uma atividade racional, que multiplicaria questionamentos. (VEYNE, 1970, p. 253-254)

A História compreendida como um conhecimento mutilado, cientificamente conduzido, se amplia a partir do aumento de categorias e conhecimentos necessários para o desenvolvimento de outras possibilidades de pesquisas, e a partir da tópica, ou questionário, o historiador depara-se com o não-acontecimento nas fontes. Assim, a historiografia se organiza a partir de um campo de questões:

Pois a dificuldade da historiografia é menos de encontrar respostas do que encontrar questões; o físico é como Édipo: a esfinge interroga, ele deve dar a boa resposta; o historiador é como Perceval: o Graal está lá, diante de si, sob seus olhos, mas só será seu se ele pensar pôr a questão. (VEYNE, 1970, p. 252)

A problemática ou a tópica significava o compromisso com o estatuto de cientificidade, ao mesmo tempo em que legitima sua produção. A organização de uma linguagem, também produziria sentidos, na qual a preocupação com a normatividade desses discursos conferiria aos historiadores no DH autoridade e legitimidade.

A questão-chave que aparece em vários textos de Balhana é a preocupação com o papel do imigrante na mudança estrutural do Paraná. Por isso, o emprego da análise da longa duração tinha como objetivo apontar as transformações na cultura e na economia paranaense na conjuntura nacional. Para ela, a sociedade do Brasil, a partir de 1930, transformava-se no plano político e cultural, necessitando de novas categorias de apreensão do passado,

O problema da imigração deveria ser colocado em outros termos. É que da década de 1930 em diante as transformações sociais, políticas e econômicas se aceleraram e o Brasil, nas décadas seguintes, começaria a entrar na sociedade “industrial”, deixando para trás a “sociedade tradicional”, com a desagregação institucional do latifúndio. (BALHANA, 1969, apud WESTPHALEN, 2002, p. 244-245)

A relação que os professores do DH da Universidade do Paraná estabeleceram com a longa duração permite compreender como foram estabelecidas estas narrativas, expressas na preocupação com a organização de acervos documentais enquanto possibilidade de construção de uma história total do Paraná, que pudesse compreender a organização social no contexto do século XX, momento em que o Brasil inicia o processo de industrialização e que, no Paraná, encontram-se novas correntes imigratórias.

A imigração cumpria também com um papel de diferenciação do Estado em relação às demais regiões, outra questão colocava-se aos historiadores paranaenses, a organização de uma identidade paranaense fragmentada e entrecortada por essas identidades imigrantes.

Nas primeiras atividades do DH, os professores preocuparam-se em definir as atividades dos Seminários nos quais discutiriam a historiografia paranaense e seus objetivos. O interesse pelo domínio das técnicas e dos procedimentos quantitativos foi essencial para que Balhana desenvolvesse seus estudos sobre a população e economia paranaense, permitindo a ela ocupar uma determinada posição nesse espaço de produção.

Nos textos subsequentes sobre a colônia Santa Felicidade, Balhana registrou uma história social e cultural das práticas da colônia, exemplo disso é o texto “O Cesteiro”, publicado na Revista Brasileira de Geografia, em 1966, que constrói uma análise sobre a produção da cestaria do vime como cultura complementar à cultura do vinho, característica de Santa Felicidade. Na dualidade do artesanato rural e de uma incipiente indústria, destacava Balhana: “Das indústrias humanas é a cestaria uma das mais antigas. Técnica primitiva de trabalho que não requer senão instrumental simples, de fácil locomoção e arranjo, encontrou larga difusão, caracterizando-se como indústria doméstica”. (BALHANA 1966, apud WESTPHALEN, 2009, p. 167)

Destaca-se a importância dada ao método e como os pesquisadores deveriam ser orientados dentro das atuais perspectivas que a pesquisa propiciava, permitiu ao Departamento instaurar um círculo de escrita que deveria ser reforçado entre seus autores. Os professores do Departamento de História renovam a historiografia acadêmica, estabelecendo relações com a história econômica no desenvolvimento da história quantitativa, que mais tarde se desdobrou na história demográfica.

2.4 DA METODOLOGIA DA HISTÓRIA QUANTITATIVA À HISTÓRIA DEMOGRÁFICA

Ernest Labrousse foi um dos responsáveis pela interlocução entre História e História Econômica, da qual derivou a metodologia quantitativista que, apropriados pelos historiadores do DH, o qual permitiu que os historiadores produzissem estudos sobre a população e seu desenvolvimento na longa duração. O recurso ao quantitativismo, na perspectiva de Braudel, significava relacionar os números às realidades sociais, pois, segundo ele, diante da complexidade da sociedade é necessário compreendê-la em seu movimento, nas durações, rupturas e variações. (BRAUDEL, 1990, p. 32-33)

De acordo com Barros (2012, p. 204) a História Quantitativa desde o final do século XIX foi relacionada à Economia e a História dos Preços, sendo responsável pela organização dos arquivos nacionais e sua disponibilização à pesquisa, sobretudo na Alemanha, França e Estados Unidos.

A partir da história quantitativa, Balhana e Westphalen, situaram-se em relação à historiografia brasileira. Decorrente das preocupações destas com a cientificidade do discurso historiográfico, ao mesmo tempo garantiria legitimidade e reconhecimento para suas produções. Sobre o Quantitativismo argumenta Reis (2000, p. 108): “O Quantitativismo dá a ilusão de cientificidade e pode ser uma ‘cortina de fumaça’ para anacronismos, naturalismos”.

Portanto ao proporem uma história quantitativista no Paraná, enquanto um paradigma já aceito pela historiografia do período, Balhana e Westphalen, apresentaram uma tomada de posição quanto à metodologia histórica. Dito isso, a escolha metodológica permite compreender a escolha por um registro de temporalidade, cuja relação se modificara e revelava uma opção das historiadoras em trabalhar uma temporalidade estendida, a partir da longa duração, preocupando-se em analisar as transformações da sociedade paranaense, evitava o confronto com as tensões políticas do período que se desdobrou o golpe civil militar de 1964. Portanto, a opção pela longa duração também significava uma estratégia discursiva dessa historiografia.

A história quantitativa recebeu várias críticas, devido ao enfoque às séries, que, segundo vários historiadores, excluía a presença dos indivíduos. O interesse pelos dados estatísticos acabou sendo estigmatizado como um “fetiche da quantificação”. (BARROS, 2012, p. 209). Desse modo, percebemos que a pretensão pela cientificidade do discurso histórico, fez com que Balhana atribuísse ao dado numérico imparcialidade e objetividade, como se houvesse uma relação direta entre os dados quantitativos e a realidade. Segundo Orlandi (2000), trata-se de uma ilusão referencial e de um esquecimento ideológico, no qual o enunciador “esquece” da

ideologia que afeta todo e qualquer discurso e, por conta disso, o recurso ao quantitativismo, enquanto fundamentação do discurso científico, não encobria o fato de que os dados estatísticos são também repletos de sentidos e de ideologia. Logo, a sua organização em séries expressa opções e recortes realizados pelos pesquisadores enquanto uma estratégia discursiva.

Um dos primeiros empregos da metodologia quantitativista se deu projeto Campos Gerais: Estruturas Agrárias, organizado por Balhana e Brasil Pinheiro Machado, que gerou um livro homônimo com textos de Bento Munhoz da Rocha Netto, do geógrafo João José Bigarella, do economista Luiz Antônio Camargo Fayet, dos historiadores Cecília Westphalen, Oksana Boruszenko e Jaime Antônio Cardoso. Fundamentados em um projeto multidisciplinar, buscaram compreender as transformações que ocorreram na região desde o século XIX, caracterizando as especificidades do relevo e solo da região, a desagregação das atividades pastoris e o surgimento das atividades agrícolas. Influenciados pela perspectiva teórica dos *Annales* instauraram um sentido para a região na economia paranaense do século XX, analisando a chegada da imigração dos menonitas que se estabeleceram nos Campos Gerais, na Fazenda Cancela, uma antiga fazenda de criação de gado, entre a cidade de Palmeira e Curitiba, às margens da futura Rodovia do Café. (ALMEIDA, 2016, p. 16)

No texto de 1963 “Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná: mudança na estrutura agrária dos Campos Gerais”, publicado por Balhana no Boletim da Universidade do Paraná, primeiro texto no qual verifica-se a influência dos *Annales* na sua escrita, incorporou a ideia da problemática da pesquisa em história: “Até que ponto a introdução de novos contingentes populacionais condicionou a criação de uma nova estrutura agrária nos Campos Gerais? ”. (BALHANA, 1963 apud WESTPHALEN, 2002, p. 123).

Justificava a pesquisa sobre os imigrantes naquela região, apresentando a metodologia dos *Annales* como possibilidade de compreensão do passado.

Ao seguirmos esta orientação, pretendemos não perder de vista a verdade apontada por Marc Bloch, na introdução de seu clássico estudo sobre “*Lês caracteres originaux de l’histoire rurale française*”, quando ali afirmou que: “l’histoire est, avant tout, la science d’un changement” e também que “plus que tout autres, ceux qui se veuent aux études agraires, sous peine de ne pouvoir épeler le grimoire du passé, il leur faut, les plus souvent, lire l’histoire à rebours”, sugerindo assim procedimentos metodológicos, para os estudos agrários, que permanecem válidos, razão pela qual foram adotados no presente estudo. (BALHANA, 1963 apud WESTPHALEN, 2002, p. 123)

A ideia de verdade à qual Balhana reporta-se, significa uma preocupação com a validade do discurso historiográfico. Dessa forma, a operação historiográfica do DH no diálogo com os *Annales*, instaurava um regime de verdade, no qual os procedimentos metodológicos funcionavam como mecanismos de controle da produção discursiva, vinculados à

Universidade, enquanto lugar estratégico, pautada na ideologia cientificista. A ideia de verdade tida como um conjunto de procedimentos que regulam a produção e circulação dos discursos. (FOUCAULT, 1979, p. 14)

Concentrando-se nos estudos de imigrantes, Balhana começou a aplicar a serialização de fontes, construindo quadros que continham os municípios e colônias, descrevendo a imigração russa dos Campos Gerais concomitante à de Witmarsum. Apropriando-se da *longue durè* Braudeliana, argumenta:

A nova ocupação humana dos Campos Gerais é constituída por vários grupos étnicos de cultura e equipamento técnico bastante diferenciados, porém está resultando numa estrutura agrária de certa maneira uniforme, baseada na indústria de laticínios e cultivo de cereais.

Há, portanto, um mosaico técnico, social e cultural sobre o qual se está armando a nova estrutura dos Campos Gerais. (BALHANA, 1963, apud WESTPHALEN, 2009, p. 152)

A recorrência aos Annales, aparece também na referência a Marc Bloch, *Lês Caractères Originaux de l'Histoire Rurale Française*, livro que foi fundamental para os estudos da estrutura agrária dos Campos Gerais. O projeto Campos Gerais estava alinhado à análise de longa duração braudeliana e à categoria de estrutura: “O homem é prisioneiro, desde há séculos, dos climas, das vegetações, das populações animais, das culturas, de um equilíbrio lentamente construído de que não se pode separar nem correr o risco de voltar a pôr tudo em causa”. (BRAUDEL, 1990, p. 14)

Em outro texto, “Alguns problemas de aculturação nos Campos Gerais”, publicado originalmente no Museu Paulista em 1963, Balhana apresenta as diretrizes que orientavam as pesquisas do recém-criado DH da UFPR, no qual os projetos de pesquisas consolidavam sua orientação tanto de cunho temático quanto metodológico.

O programa de pesquisas, desenvolvido pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, sob os auspícios do Conselho de Pesquisa da mesma Universidade, com o objetivo de analisar as condições de formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais e da mudança estrutura que se vem processando naquela área desde o século XIX, colocou em foco vários problemas de aculturação a respeito dos diferentes contingentes populacionais estabelecidos naquela região. (BALHANA, 1963 apud WESTPHALEN 2002, p. 155)

Neste texto, apresentou os conceitos-chave que nortearam sua análise dos Campos Gerais dos anos 1960, “vazios demográfico”: “A reocupação dos vazios demográficos dos Campos Gerais foi realizada por diferentes grupos étnicos, holandeses, alemães (Volksdeutsche), japoneses, russo-brancos e outros”. (BALHANA, 1963 apud WESTPHALEN, 2009, p. 156).

Assim, os conceitos mobilizados por Balhana, conferiam um novo sentido ao passado paranaense, no recorte temático e temporal da imigração. Construiu-se uma metalinguagem a partir dos documentos, buscando compreendê-los no interior dos discursos. (CERTEAU, 1982, p. 100-101)

A mobilização do conceito de aculturação no título nos apresenta as intenções da autora. A aculturação seria um conceito derivado da antropologia, que pretendia compreender a inclusão dos elementos externos derivados do contato entre culturas. A aculturação também se apresenta enquanto imposição de uma cultura em relação à outra de forma desigual. (SILVA, p. 15-18). A incompreensão da cultura do “outro”, nesse caso os russos, foi problematizada na perspectiva de que estes não se integraram de forma “natural” aos Campos Gerais.

De início tiveram os colonos dificuldades de adaptação ao clima, à alimentação e à maneira diferente de viver, dificuldades estas porque os “velhos crentes” tentaram, na medida do possível, restabelecer sua vida nos moldes daquela que haviam outrora levado na Rússia. Esta a razão do uso de pesados trajes que, apesar de possuírem características da “velha terra”, tanto pelo colorido como pelos modelos, são completamente inadequadas ao clima local. (BALHANA 1963, apud WESTPHALEN, 2009, p. 159)

Balhana destaca que não conseguiram adaptar-se à cultural local e, para tanto, indica o conjunto de problemas enfrentados pelos russos ao serem comparados com os demais imigrantes que se estabeleceram na região: os holandeses e menonitas. Nesse ponto, Balhana faz uso de dados estatísticos e de entrevistas, visando apreender como os russos brancos eram vistos e compreendidos pela comunidade local. Inicialmente os russos foram acolhidos pela população e pela imprensa, com expressões carinhosas e comentários favoráveis.

Porém, estabelecidos ao lado de outros colonos, já aceitos pela sociedade local, levaram desvantagem na comparação naturalmente estabelecida, sobretudo em relação ao grupo holandês.

A sua não correspondência às expectativas da sociedade de adoção é expressa em verbalizações como: “Colonos bons e limpos são os holandeses”, “Os holandeses produzem tudo melhor!”. Tal atitude é significativa da predisposição existente e revela que os russo-brancos não correspondem ao tipo de colono já aceito pela sociedade de adoção.

Das comparações depreciativas passaram finalmente às apreciações negativas de seus padrões culturais, de suas instituições, de seu modo de ser. (BALHANA 1963, WESTPHALEN, 2002, p. 160)

A partir da problemática da não aceitação dos colonos russos brancos, Balhana organizou um questionário para levantar dados empíricos do problema da “aculturação”, a partir de categorias como “estereótipos positivos” e “estereótipos negativos”, numa amostra de 72 informantes. Ela elenca as seguintes categorias: físicas, psicológicas e morais, enquanto atribuições da comunidade local para com os russos. (BALHANA, 1963 apud WESTPHALEN,

2002, p. 160-161). Os dados empíricos, definidos por ela, correspondiam aos interesses de integração dos imigrantes à região no que se refere à economia, tendo em vista que eles não conseguiam ter aceitação de seus produtos no mercado, bem como a ausência de uma cooperativa que coordenasse as atividades produtivas da colônia.

As respostas sobre a aceitação dos produtos comercializados pelos russos são 60% desfavoráveis e decorrem da comparação estabelecida com os demais produtos congêneres da região e do conceito de que os produtos por eles manipulados são sujos, tais como eles próprios. (BALHANA, 1963 apud WESTPHALEN, 2002, p. 162)

Nesse ponto, ela conclui que a não aceitação dos russos derivaria de um problema cultural:

Seus costumes e mesmo o padrão de moralidade do grupo é alvo de distorções interpretativas e apreciações negativas, na maioria das vezes baseadas em observações superficiais. O aparecimento, por exemplo, de detritos provenientes de limpeza efetuada no cemitério municipal de Ponta Grossa, entre os quais, fragmentos de caixões mortuários, no rio Tibagi, deu margem aos comentários que acabaram em manchetes de jornal, sobre um estranho costume que teriam os russos de lançar os seus mortos no rio. O incidente é bem sintomático da pré-disposição da comunidade para a distorção interpretativa, em relação aos imigrantes recentes. (BALHANA, 2009, p. 163)

Balhana conclui que o fenômeno da aculturação nos Campos Gerais requeria mais estudos, devido à abundância documental levantada pelos projetos de arrolamento de arquivos que desenvolveram, destacando o papel dos estudos quantitativos e como estes contribuíram para o conhecimento da população paranaense e dos problemas recorrentes na integração do imigrante no século XX.

Em 1968, as pesquisadoras publicam o livro *Campos Gerais: Estruturas Agrárias* juntamente a Brasil Pinheiro Machado e reforçam a organização do projeto alinhado à diretriz do DH da Universidade do Paraná no estudo da população a partir da metodologia e conceitos da História Econômica.

O estudo da mudança na estrutura agrária dos Campos Gerais, partindo de uma indagação específica sobre o papel do imigrante nessa mudança estrutural, permitiu a revisão de conceitos relativos à colonização dos alemães do Volga, no século XIX, revelando que seu condicionamento esteve relacionado ao mesmo tempo com a estrutura tradicional e com as transformações da economia da área metropolitana. (BALHANA; MACHADO, 1968, p. 7)

Com isso, os autores estabelecem a relação entre: imigração e a integração econômica, conquanto, no livro *Campos Gerais*, apresentavam apenas a experiência “bem-sucedida” nos Campos Gerais, a dos menonitas em Witmarsum.

Algumas evidências indicavam que a integração étnico-cultural das comunidades de imigrantes tem estado condicionada ao seu maior ou menor entrosamento na estrutura econômica do contexto no qual estão inseridas. Foi já observado que, em Santa Felicidade, colônia de imigrantes italianos, “somente na medida em que se dava sua integração no mercado regional de Curitiba é que se realizava a sua integração na cultura nacional. (BALHANA; MACHADO, 1968, p. 08)

A partir da experiência de Balhana na interpretação dos imigrantes de Santa Felicidade, a integração do imigrante estaria relacionada à incorporação deste à economia regional. Por isso, em alguma medida, sua preocupação no projeto Campos Gerais foi a de estabelecer mais continuidades do que rupturas com o que já havia sido objeto de estudo sobre os imigrantes em Curitiba e como este modelo de análise poderia ser aplicado aos demais estudos sobre a introdução de imigrantes no Paraná tradicional, analisando de forma estrutural a imigração paranaense. Assim, infere-se um sentido às múltiplas faces da imigração com a intenção de constituir um quadro geral da imigração paranaense para o qual destaca a necessidade da organização de fontes e de projetos de pesquisas relacionados a este tema.

As pesquisas, ao longo dos anos 1960 no DH da Universidade do Paraná, demonstram a preocupação com as transformações que se processavam no Brasil, como a emergência de uma nova classe dominante com valores e características próprias. Para eles, as distinções sociais das grandes famílias, no que se refere ao acúmulo de terras, estava em vias de desconstrução. A preocupação de que a cultura brasileira estava ameaçada pelos imigrantes também já não se sustentava, ainda assim, o conceito que fora mobilizado para interpretar a imigração nos Campos Gerais foi o de aculturação:

Com a intensificação capitalista da agro-pecuária, o mercado passa a ocupar o lugar central não só da integração nacional, como da própria modelagem cultural, o que significa que se reduz a um mínimo a possibilidade de aculturação, entendendo-se por “aculturação” a redução relativa do recém-chegado aos valores da sociedade tradicional que os recebem. (BALHANA; PINHEIRO MACHADO, 1968, p. 230)

Nota-se a preocupação com a organização de uma nova estrutura social regional, na qual o imigrante menonita é apresentado como um caso de sucesso, adequado à construção de imigrante ideal derivado da ideia de Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, em que descreve que o tipo-ideal consiste em pessoas discretas que almejavam construir riqueza como um fim em si mesmo, a partir do protestantismo. Para os protestantes, o trabalho era preenchido de sentido. O tipo-ideal de Weber, permite compreender que o menonita era portador do *ethos* adequado ao desenvolvimento econômico. (WEBER, 2004, p. 62)

A apropriação dos conceitos, enquanto categorias históricas, demonstram uma experiência da autora em relação ao seu uso, ou seja, a experiência que Balhana traz enquanto

historiadora de imigração italiana. Por isso, sua expectativa é que os imigrantes russos ao se estabelecerem nos Campos Gerais sejam inseridos na economia, assim como foram os italianos, os holandeses e os menonitas. Assim, esses conceitos entrelaçam passado e futuro e são incorporados na construção do conhecimento. (KOSELLECK, 2012, p. 310).

Notamos a preocupação da autora com um devir, ao mesmo tempo em que demonstra preocupação com o presente paranaense e a continuidade da pesquisa em História do Paraná.

Em 1969, Balhana dedicou-se à análise quantitativa da população paranaense, buscando compreender a composição étnica do Estado e o contingente de negros, indígenas e europeus, no anseio de compor um panorama da estrutura populacional do Estado e traçar sua transformação demográfica paranaense, a partir da imigração europeia desde o século XIX que, imprimia uma especificidade ao Paraná em relação ao restante do Brasil.

Percebemos que a interpretação da autora sobre as transformações que se operavam no Paraná tradicional, bem como sobre o movimento migratório ao Estado, deram condições de possibilidade para a emergência da metodologia da História Demográfica no DH enquanto consolidação dos critérios científicos que legitimariam a produção historiográfica, da mesma forma que permitiria aos historiadores participarem da circulação da produção historiográfica em eventos científicos, círculos acadêmicos, nos quais promoveriam a pesquisa desenvolvida pelos historiadores na Universidade do Paraná.

A escolha por uma metodologia e um corpus documental também permitiu a eles produzirem e não serem perseguidos por uma censura política durante a Ditadura Civil Militar que se instaurava. Neste período, o “outro” da História Quantitativa, era o Marxismo. Segundo Falcon (2013, p. 18), a produção historiográfica naquele período era bastante limitada, destacando a produção de Nelson Werneck Sodré, José Honório Rodrigues, Sérgio Buarque de Hollanda, Raimundo Faoro, Helio Vianna, Pedro Calmon e outros historiadores em Belo Horizonte, Curitiba, Recife e Salvador. Nesse momento, Universidade de São Paulo já se afirmava como espaço de produção.

Em 1968 e 1969 reformas foram instituídas nas Universidades brasileiras, entre elas a extinção da cátedra vitalícia. Sobre as reformas universitárias daquele período, Falcon (2013, p. 20) destacou:

É suficiente lembrar que, em 1968/1969, fechou-se o círculo de giz. Não haveria mais lugar para movimento docentes ou discentes, para discussões do tipo “a universidade que temos e a universidade que queremos”, e tudo que se podia fazer era adaptar estatutos e regimentos à nova legislação.

Nesse ponto, o status do pesquisador modificara-se, na emergência do historiador atrelado às atividades de pesquisa e docência. Os professores do DH decidem optar por uma história com viés econômico e no que tange à temporalidade, à longa duração, sobretudo no que se refere às fontes que organizavam não os colocava em atrito com a ideologia dos militares, que passa a ser mais rígida após o Ato Institucional nº 5 em 1968, bem como expressava uma posição contrária ao Marxismo.

A organização dos arquivos para pesquisa foi reconhecida como parte do ofício do historiador, o qual lhes atribuiria sentido em relação à problemática da pesquisa e instaurava, para si, um novo lugar no presente. Notamos o desenvolvimento de uma tensão, a qual denomino de *ansiedade arquivística*: “A tensão se organiza – em geral de modo conflituoso entre a paixão de recolhê-lo inteiro, de oferecer integralmente à leitura, de jogar com seu lado espetacular e com seu conteúdo ilimitado, e a razão que se decide escrever a história a partir dele”. (FARGE, 2009, p. 21). Os arquivos representam uma tomada de consciência em relação à prática da pesquisa, marcando o deslocamento para uma temporalidade da longa duração, a partir da qual constituiriam as séries documentais. Os arquivos permitiriam um reordenamento da história do Paraná, a partir de novos agentes, novos problemas e novos objetos. Apresentando uma preocupação nova: a arquivística. A partir desta, Balhana refletiu sobre a situação dos arquivos brasileiros:

A renovação dos estudos históricos, por sua vez, exige o recurso a fontes primárias praticamente desconhecidas e inexploradas. É preciso lembrar ainda que nenhum país teve historiografia significativa, sem haver primeiro realizado o levantamento e arrolamento exaustivo de suas fontes históricas. A Escola Histórica Alemã não teria sido possível sem a Monumenta Germaniae Histórica. (BALHANA, 1970, apud WESTPHALEN, 2002, p. 287)

Destaca-se o status que o documento assume e como este deveria ser sistematizado, ou seja, o processo de constituição de fontes, além de uma característica que o historiador deveria ter: o apreço pelos arquivos.

A relação que a pesquisa histórica estabeleceria com as fontes expressa, segundo Balhana: “(...) a necessidade de treinamento diário e rotineiro, e nenhuma tarefa é mais empolgante do que o conhecimento sistemático do arquivo, para a consolidação da mentalidade profissional do historiador”. (BALHANA, 1970 apud WESTPHALEN, 2002, p. 287).

O Arquivo, enquanto suporte na produção do conhecimento, deve ser compreendido em suas tensões, a partir dele o historiador produz séries e na sua manipulação organizam-se novos arquivos. Ele confere diferença à narrativa do historiador em relação a narrativa literária, garantindo-lhe autenticidade, na qual se distingue pelo compromisso que estabelece com o

arquivo enquanto compromisso ético. A historiografia torna-se a possibilidade dessa irrupção do outro, ou seja, a partir do documento. (FARGE, 2009, p. 75-77)

Em sua relação com o documento, Balhana buscou estabelecer uma continuidade com percussores da preocupação arquivística no Paraná:

Alguns historiadores do passado, tiveram a consciência da importância dos arquivos e o respeito pela documentação, haja vista o trabalho de Francisco Negrão, no Arquivo da Câmara Municipal de Curitiba, com a publicação de inúmeras de suas peças, sobretudo das Atas da Câmara Municipal de Curitiba, com a publicação de inúmeras de suas peças, ou aquele de Moysés Marcondes com a publicação de “Documentos para a História do Paraná”, ou ainda, de Romário Martins e de Ermelino Agostinho de Leão, coletando documentação comprobatória de direitos do Paraná, em questão de limites. (BALHANA, 1970, apud WESTPHALEN, 2002, p. 294)

Assim, os projetos de arrolamento de arquivos foram o substrato para a organização da história quantitativa no Paraná, reforçando o objetivo do DH da Universidade do Paraná em consolidar-se como centro de produção, exaltando a preocupação com a cientificidade do discurso historiográfico.

A história quantitativa, para uma história demográfica, é o método de reconstituição de famílias desenvolvido pelo demógrafo francês Louis Henry e pelo arquivista Michel Fleury, em estudos que haviam sido realizados na França e Inglaterra pelo Institut National d'Études Démographiques e pelo Cambridge Group for the History of Population and Social Structure.(SCOTT, 2013, p. 3-4). Nessa descoberta das fontes documentais, Balhana estabeleceu uma relação de reciprocidade, o que nos permite compreender a opção pela metodologia da História Demográfica.

As diretrizes do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, conduziram os seus estudos para a história econômica e social regional, visando reconstituir um quadro tanto quanto possível completo da sociedade e da economia paranaenses, que possibilitasse traçar paralelos e contrastes com aqueles de outras regiões do Brasil e do mundo. (BALHANA, 1970, apud WESTPHALEN, 2002, p. 273)

A história quantitativa dialogava com os estudos econômicos que predominaram no Brasil entre 1930 e 1970, constituindo a base da historiografia econômica nacional, a partir dos quais objetivaram constituir um quadro sobre a economia brasileira. Caio Prado Júnior, Roberto Simonsen, Fernando Novais, Fernando Henrique Cardoso e Jacob Gorender problematizaram os impasses da urbanização e industrialização brasileira, relacionando o desenvolvimento brasileiro ao da economia mundial, buscando compreender as especificidades brasileiras na organização capitalista. Estes pesquisadores partilhavam de um projeto modernizador que

pudesse superar o subdesenvolvimento brasileiro na ordem capitalista que se estabelecia. Para tanto, resolver as questões pendentes ao passado colonial brasileiro parecia inevitável.

Segundo Florentino e Fragoso (1997, p. 30), a História econômica esteve relacionada à problemática do desenvolvimento e subdesenvolvimento, momento em que os Annales e o Marxismo eram as historiografias predominantes. Como no Brasil entre 1960 e 1980 foi o período da Ditadura Civil-Militar, os Annales se apresentava como uma opção teórico-metodológica que não confrontava o discurso difundido pelos militares. No período das discussões que conduziram à organização dos Programas de Pós-Graduação, concretizada no governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) vivia-se o dito “Milagre Econômico” e os “Anos de Chumbo”. Segundo Fico (2002) foi um momento de “Operação Limpeza”, da atuação da polícia política, com exonerações e confisco de bens de funcionários considerados “corruptos”. A opção teórica pela análise quantitativista foi duramente criticada por seu reducionismo cultural e social e também por assumir uma postura conservadora em relação ao regime militar.

A História Demográfica do DH objetivou compor uma história geral da organização populacional paranaense, dialogando com historiografia brasileira. Nesta prerrogativa proposta se afirmava uma condição *sui generis* para o Paraná, na qual a composição étnica baseada na tríade: branco, negro e indígena, teriam sido modificadas substancialmente pela entrada dos imigrantes. Balhana afirmava:

Especialmente, no que se refere ao movimento migratório, tem sido encarecida a necessidade o estudo crítico dos dados disponíveis e do tratamento quantitativo dos mesmos, não só para melhor conhecimento da intensidade, composição e regularidade do fluxo migratório, mas também dos coeficientes de fixação, crescimento populacional e movimentos de redistribuição de imigrantes. O mesmo deverá ser feito em relação às migrações internas que tiveram grande importância no desbravamento e ocupação de extensas áreas do Paraná moderno. (BALHANA 1970, apud WESTPHALEN 2002, p. 275)

Esse texto, publicado originalmente nos anos 1970, com o título de “História Demográfica do Paraná”, contrapõe todas as balizas temporais de autores como Bacellar; Scott e Bassanezi em texto intitulado “Quarenta anos de Demografia Histórica”, publicado em 2005, que define que as primeiras produções em História Demográfica teriam sido a partir dos anos 1970, pontuando as produções de Sérgio Nadalin (1978), Ana Maria Burmester (1981) e Maria Luíza Marcílio (1986), esta última, como referência na historiografia da Demografia Histórica paulista, para tanto teceu comparação entre a Demografia Histórica paranaense e a paulista:

A fidelidade ao método entre os pesquisadores paranaenses resultou em muitas críticas por parte dos historiadores, acusando-os de excessiva aridez estatística em seus trabalhos. Já em São Paulo, por outro lado, apesar das análises demográficas, os

autores buscaram refúgio na história social e econômica e na história da população, utilizando os dados demográficos e o método de reconstituição das famílias como base para outras análises, escapando de críticas mais contundentes. (BACELLAR; SCOTT, BASSANEZI, 2005, p. 342)

Contudo, destacamos que, desde 1960, Balhana e os demais professores do DH da Universidade do Paraná, desenvolveram projetos de pesquisa, intercâmbios com pesquisadores e também realizaram muitos estudos no exterior, visando consolidar este espaço de pesquisa em História. Destacamos o projeto que Balhana desenvolveu em História Demográfica desde 1961: “b)- Foi iniciado o Projeto de pesquisa referente à história demográfica do Paraná, sob a direção da professora Altiva Pilatti Balhana”. (ATA, 2009, p. 296. Durante os anos 1960, preocuparam-se em divulgar os resultados parciais, apresentando trabalhos em diversos Congressos divulgação das pesquisas que Balhana e o DH estavam desenvolvendo.

Balhana estabelece uma nova relação com a documentação, adequando o uso da metodologia francesa à realidade paranaense. Constrói uma nova relação com a temporalidade, esta enquanto um regime de historicidade, que a possibilitaria organizar a História do Paraná enquanto objeto. A delimitação dos interesses que circundam sua problemática em torno da imigração, partem de inquietações em relação à conjuntura do Estado e seu papel na História do Brasil. Balhana apresentou as técnicas de trabalho e os procedimentos adotados em História Demográfica e como essa metodologia foi apropriada por ela:

As técnicas para extrair da documentação histórica as enumerações, ou seja, as informações transformadas em algarismos, para serem construídas as séries de dados com as quais são elaboradas as tabulações e quadros estatísticos, consistem na utilização de uma série de fichas destinadas a apresentar de modo ordenado, as anotações constantes das atas de batismo, casamentos e óbitos. Foram criadas por Louis Henry e Michel Fleury que, em 1956 publicaram um primeiro manual de exploração dos registros paroquiais, e adotadas por importantes grupos de pesquisadores, graças ao que a demografia histórica muito se desenvolveu, nos últimos quinze anos, principalmente em centros europeus. (BALHANA, 1970 apud WESTPHALEN 2002, p. 277)

Balhana em seu trabalho de história demográfica explorou fontes que não eram utilizadas na historiografia paranaense. Com a ordenação dos dados, houve a constituição das séries que ressaltavam uma atividade sistemática a partir da qual a prática do historiador orientar-se-ia. Tomou como referência o método de constituição de famílias de Henry, que apresentava uma discussão atualizada em relação aos estudos sobre população, que permitiu compreender o movimento da demografia paranaense. As relações que ela estabelece com a História Demográfica são essenciais para a consolidação das pesquisas em História, tendo em vista que, ao propor estudos sobre imigração, Balhana estava atenta às preocupações em torno

da cadeira de História da América que ocupava no DH da Universidade do Paraná. Sua abordagem em História Demográfica se deu através da História Regional.

Para Balhana era necessário explorar fontes ainda desconhecidas para, assim, compreender a sociedade paranaense em sua totalidade, justificando sua opção metodológica:

A presente pesquisa tem, como quadro de referência, na sua problemática e metodologia, os trabalhos que vêm sendo realizados na França e na Inglaterra, no campo da Demografia Histórica, respectivamente pelos grupos de pesquisadores do Institut National d'Études Démographiques e do Cambridge Group for the History of Population and Social Structure, com as devidas adaptações à documentação que pode ser encontrada no Brasil e às condições peculiares da sua formação demográfica. (BALHANA, 1970, apud WESTPHALEN, 2002, p. 276)

A preocupação com o documento suscitou vários projetos de catalogação de arquivos paroquiais, judiciários, cartorários, organização de séries, tornando possível essa “revolução documental” no Paraná, constituindo arquivos para futuros estudos sobre a população paranaense.

O historiador demógrafo emprega na etapa inicial do levantamento de dados as mesmas técnicas e instrumentos utilizados pelos agentes censitários, com a diferença que, em lugar de inquirir pessoas, ele deve consultar os documentos escritos. Assim, em lugar de perguntar, ouvir e transpor as informações para o boletim censitário, ele obtém respostas para os quesitos de seus formulários, lendo principalmente duas categorias de documentos, os censos antigos e os registros paroquiais. (BALHANA 1970, apud WESTPHALEN, 2009, p. 277)

A opção de Balhana pela História Demográfica estabeleceria uma relação particular entre o passado paranaense e o futuro ao qual desejava projetar o Paraná. Assim, a determinação temporal também é definida como ponto de vista histórico, que se manifesta no discurso historiográfico. A preocupação documental relacionava-se com a problemática de organização do passado paranaense e a possibilidade do devir, ou seja, do futuro. Este pode ser compreendido na relação entre o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa*. (KOSELLECK, 2006). A partir desses conceitos, pode-se compreender a relação com o tempo, enquanto uma experiência subjetiva, já que se nota no texto de Balhana a preocupação com um futuro paranaense e sua projeção nacional, alinhada à preocupação em construir interpretações sobre a população paranaense e a contribuição dos imigrantes para o Estado. A relação com a temporalidade expressa no texto historiográfico de Balhana, é marcado por uma teleologia do progresso.

Ainda sobre o alargamento da noção de fontes propostos pelos *Annales*, a partir da crítica aos documentos e da criação da problemática, ou conjunto de questões, o historiador tece uma ação sobre os documentos. Deste modo, o historiador aparece enquanto agente, aquele que

operacionaliza suas fontes, organiza a pesquisa, define questões pertinentes, a partir da realidade da sociedade de seu tempo com base nas fontes e na hermenêutica.

Evidencia-se as as preocupações da historiadora em relação aos documentos no título do artigo, “Levantamento e Arrolamento de Arquivos”, de 1970. Nesse texto, Balhana define algumas diretrizes da pesquisa em História e como esta deveria ser incitada enquanto prática. O domínio de técnicas quantitativas exigia habilidades e conhecimentos que extrapolavam a História, o uso de ferramentas como computadores foram incorporados ao ofício do historiador no DH, demonstrando uma preocupação com os rigores científicos adotados na produção do conhecimento.

A abordagem quantitativa, com o emprego de computadores, permite abranger senão todas as situações, mas uma grande soma delas, e não apenas aquelas que podem, eventualmente, ocorrer ao pesquisador artesanal, enquadrado que está pelo seu instrumental lógico e operacional, atingindo, em consequência, maior grau de complexidade, com maior grau de objetividade. (BALHANA; WESTPHALEN, 1973 apud WESTPHALEN, 2002, p. 375)

Balhana propõe uma prática que pretendia maior objetividade, mas mais que isso, buscava tornar a historiografia um conhecimento mais complexo, não só no recurso aos dados quantitativos, mas também na manipulação de conjuntos de dados cada vez maiores contemplados no recorte temporal da longa duração.

As proposições de hipóteses de trabalho orientavam a delimitação de fontes escolhidas de acordo com sua pertinência em relação ao objeto estudado, no qual os fenômenos aqui observados, no que se refere à História Demográfica, são compreendidos e relacionados à História Nacional e Internacional. Para fornecer mais credibilidade à sua prática Balhana discorre sobre a sistematização dos dados que comporiam os estudos populacionais: “(...) natalidade, fecundidade, nupcialidade, mortalidade e mobilidade de população”. (BALHANA 1970, apud WESTPHALEN, 2002, p. 278).

A utilização do método de reconstituição de famílias de Henry forneceu as bases para os estudos sobre a transformação da população no Paraná. Sobre a apropriação deste método, Balhana destacou algumas particularidades:

Houve necessidade de adaptar o modelo original francês para a situação da presente pesquisa, em virtude das peculiaridades da população brasileira, marcada pela escravidão e pelo intenso processo de mestiçagem. Assim, foram acrescentadas duas novas colunas para os quesitos relativos à cor e a condição social dos habitantes. (BALHANA 1972, apud WESTPHALEN, 2002, p. 85)

Destaca-se que além do interesse em torno do crescimento populacional paranaense e suas especificidades, também desejava compreender as condições sociais da sua população.

Entretanto, o que chama atenção é a preocupação com a cor da população, que em parte dialoga com as premissas sustentadas desde 1950, no qual o Paraná teria passado por um processo efetivo de branqueamento.

O recurso aos dados demográficos foi sistematizado a partir de categorias como natalidade, nupcialidade, fecundidade e mortalidade. Esse interesse dialogava com grupos de pesquisadores em História da América, como a Comissão International d' Histoire des Mouvements Sociaux et des Structures Sociales (Paris) e Associação Brasileira de Estudos da População (São Paulo), International Union for the Scientific Study of Population (Londres) e Asociación de Historiadores Latinoamericanos y del Caribe Havana), no qual a historiografia demográfica aqui produzida circulou.²⁵ Os dados empíricos apresentavam condições de verificabilidade, a autenticidade dos dados poderia ser observada nos documentos, buscando organizar uma homogeneidade entre si a partir da constituição de séries.

A taxa de nupcialidade referia-se à taxa de casamentos verificados nas colônias de imigrantes. Dados como a idade ao casar, diferenciada entre os sexos, eram indicadores importantes para análise. Balhana em seu estudo sobre a colônia Santa Felicidade enfatizava que a taxa era diferenciada se comparada ao país de origem. Portanto, sugerindo a possibilidade de estudos comparativos entre a demografia histórica brasileira e a europeia. Com isso, pretendeu compreender a dinâmica da imigração, apresentando os encaminhamentos necessários para a organização da pesquisa em História. A produção de textos cumpriria também outro objetivo, o da divulgação da produção acadêmica do DH em constante diálogo com a historiografia, o que remete à preocupação com o reconhecimento e validação do conhecimento produzido e seu estatuto científico.

Ao referir-se ao papel atribuído ao conhecimento historiográfico produzido na Universidade do Paraná, destacou:

Justamente o que lhe dá personalidade, que a caracteriza como centro do saber que avança e continua e progressivamente, é a comunicação constante entre a atividade didática, quando o acúmulo da experiência passada e conhecida, nas áreas específicas da sua preocupação, é transmitido aos jovens que se iniciam, tornando-se participantes do acervo cultural da Humanidade, e a atividade da pesquisa original, quando a ciência se afirma, ou caminha mais longe, por intermédio dos mais experientes que devem, no entanto, ter sempre ao seu lado os jovens, a fim de que recebam treinamento e sejam, por sua vez, iniciados na pesquisa. (BALHANA 1970, apud WESTPHALEN 2002, p. 281)

²⁵ Curriculum vitae Altiva Pilatti Balhana. Disponível em Arquivo Público do Paraná, Fundo Cecília Maria Westphalen.

A História Demográfica conferiria a personalidade necessária para envolverem-se nas questões relativas ao reconhecimento da História como ofício acadêmico, afirmando a atividade da pesquisa enquanto parte integrante do ofício do historiador, mesmo que essa realidade só passe a ser alterada substancialmente a partir da organização dos programas de pós-graduação no Brasil. Balhana apresentava que a História na Universidade do Paraná deveria formar professores do ensino do secundário, mas preocupava-se sobretudo com o desenvolvimento da pesquisa científica:

Sempre que se insiste na necessidade de treinamento dos estudantes universitários para a pesquisa científica, ouvem-se vozes, isoladas é certo, que objetam tal conveniência, afirmando que a quase totalidade dos estudantes de cursos superiores no Brasil, não se destina ao prosseguimento de estudos ulteriores, de pós-graduação, especialização ou aperfeiçoamento, destinando-se apenas ao exercício prático das respectivas profissões que abraçaram. (BALHANA 1970, apud WESTPHALEN, 2002, p. 282)

Assim, ela representa uma tensão em relação à formação dos historiadores no Brasil, tanto no conhecimento de técnicas, metodologias, destacando a defasagem de pesquisadores se comparado à Historiografia de outros países. Ao refletir sobre a formação dos professores, apresenta a necessidade da incorporação da prática da pesquisa na formação docente e como esta contribuiria para o dito “progresso científico”.

(...) é preciso insistir que todo professor deve ser um pesquisador. O professor que não medita, que não pesquisa acerca dos problemas da ciência e da sua atividade didática, jamais será um bom professor. Ninguém pode dar o que não tem. O professor que não é ele próprio um pesquisador, um cientista, não está em condições de comunicar a ciência aos seus discípulos. (BALHANA 1970, apud WESTPHALEN, 2002, p. 282)

A proposição de que a atividade da pesquisa em História forneceria as condições necessárias para que o conhecimento pudesse transpor a sala de aula e os professores formados nessa nova perspectiva deveriam integrar-se e adequar-se à prática da pesquisa, o qual reforçava interesse em consolidá-la como atividade científica, visando também o Ensino Superior. Suas ações na delimitação desse espaço de produção em História, a emergência do historiador indissociável da prática da pesquisa em arquivos.

2.5 A HISTÓRIA DEMOGRÁFICA E O CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A criação do Programa de Pós-Graduação em História, nível de Mestrado no ano de 1972, representava a realização de um conjunto de procedimentos adotados pelo DH da Universidade do Paraná desde 1959. A delimitação dos estudos em História Regional e a

organização de fontes e arquivos para pesquisa foram estabelecidos previamente com o intuito de organizar um espaço de formação para professores universitários no Paraná. O diálogo com a historiografia brasileira se dava na concentração em História do Brasil e linha de pesquisa em História Econômica e História Demográfica.

Balhana e Westphalen constroem as condições necessárias para que se desenvolvesse o Programa de Pós-Graduação em História Demográfica do Paraná, destacando como os trabalhos desenvolvidos sistematicamente a partir de 1968 forneceram as bases das pesquisas desenvolvidas no Programa:

Nos países subdesenvolvidos foi, sobretudo, a formulação de políticas econômico-sociais, e de programas de desenvolvimento regional e nacional que passaram a exigir estudos de população mais extensos e profundos. Eram necessárias análises demográficas, não só da situação presente, mas também aquelas destinadas ao conhecimento das tendências seculares da população e dos fatores que condicionaram a atual distribuição geográfica do povoamento e das atividades sócio-econômicas, indispensáveis à compreensão do desigual desenvolvimento regional. (BALHANA, 1970, apud WESTPHALEN, 2002, p. 273-274)

O DH orientava-se para a formação de um corpus especializado à pesquisa demográfica. O Programa de Pós-Graduação representava o coroamento de um trabalho intensivo de sistematização de arquivos, projetos de pesquisa, publicação e participação em Seminários Internacionais e Nacionais, que permitiram situar a pesquisa desenvolvida na Universidade do Paraná e que esta pudesse ser reconhecida.

Os cursos de pós-graduação em História, têm como finalidade desenvolver a capacidade individual em pesquisas na área de História e colaborar para a formação de pessoal que se destina ao magistério superior e à pesquisa. (BALHANA, 1981 apud WESTPHALEN, 2002, p. 252)

Para Marcílio, a organização do programa de pós-graduação em História na UPR propiciou a produção de dissertações de mestrado sobre a população do Paraná, bem como o intercâmbio de especialistas nacionais e internacionais, que permitia aos estudantes realizar a posteriori seus cursos de doutorado na USP ou no exterior, o que mais tarde se fortaleceu na organização do programa de pós-graduação em nível de Doutorado em Demografia Histórica.

Tudo começou em 1970, quando o Departamento de História da Universidade Federal do Paraná – UFPr - , contando então com privilegiado aporte financeiro do MEC, instalou o seu sistema de pós-graduação com área especial da demografia histórica. (MARCÍLIO, 1997, p. 126)

A opção metodológica foi novamente influenciada pela Historiografia francesa, sobretudo por Louis Henry e Frédéric Mauro. Henry, referência em Demografia Histórica

francesa, ministrou cursos de metodologia na UFPR, devido à criação do curso de pós-graduação, *stricto sensu*, nível de Mestrado em 1972.

Em entrevista ao jornalista Aramis Millarch, publicada no Estado do Paraná em 20 de Julho de 1974, Balhana e Westphalen, falavam na 26ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, evento que aconteceu na Universidade Federal de Pernambuco. Enfatizavam a opção metodológica Braudeliana na historiografia paranaense de então:

Preocupada em difundir a história Qualitativa, as professoras Westphalen e Pilatti não gostam de falar em datas e nomes. "A história se processa por um conjunto de fatos sociais em que não há destaques individuais: um sujeito não conta - o que importa é o grupo e as circunstâncias que provocaram o acontecimento", lembram [as] mestres, acrescentando, em termos deste novo sistema - ainda incipiente no Brasil - o Departamento de História da UFP está tendo um pioneirismo nacional.²⁶

Sobre a importância da História Demográfica, refletem sobre a historiografia paranaense no Colóquio de Estudos Regionais, comemorativo ao I Centenário de Romário Martins, realizado em Curitiba em 1974. Balhana apresenta o texto "Comentários à obra de Romário Martins 'Quantos Somos e Quem Somos' que contém dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná". Segundo Balhana, a preocupação com a população se expressaria desde a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1938 e da realização do Recenseamento de 1940. Nas palavras de Balhana:

A extensa série de "Análises do Censo Demográfico", cujo número ultrapassa quatro centenas de trabalhos, publicada a partir de 1941, constitui, sobretudo pelo seu valor científico, notável contribuição para o desenvolvimento da pesquisa demográfica do país. (BALHANA, 1974, apud WESTPHALEN, 2002, p. 407)

A organização do IBGE expressava aos olhos dela, extrema importância ao conhecimento demográfico. Deu destaque também ao interesse de Romário Martins nos estudos populacionais, presentes nos capítulos do livro *História do Paraná* de 1937.

Orientada pela problemática dos estudos de imigrantes, Balhana destacava a iniciativa de Martins pelo conhecimento da população, completando o sentido de diferenciação do Estado do Paraná em relação ao Brasil. Nesse sentido, destacou Balhana

(...) Quem Somos revela que, ao lado da preocupação pelo número, pelas cifras, ele estava tomado pelo desejo, quase inquietação, de analisar a composição demográfica peculiar do Paraná, especialmente no que se refere aos variados contingentes étnicos que entraram na sua constituição. Portanto, um exaustivo programa de pesquisas apresentado em um livro despretensioso, na aparência, de pequeno formato, com pouco mais de duzentas páginas. (BALHANA 1974, apud WESTPHALEN 2002, p. 408)

²⁶ Aramis Millarch. História Qualitativa. Jornal O Estado do Paraná, 20 de Julho de 1974. Disponível em: <http://www.millarch.org/acervo-audio>. Acesso em: 10/10/2014.

Neste ponto, notamos que a preocupação em estabelecer uma linha de continuidade ao desenvolvimento da História Demográfica no Paraná, a partir de Romário Martins. Balhana, ao referir-se à Romário, transporta a este as suas próprias motivações e expectativas em relação aos estudos de demografia, pois alega que ele foi tomado pelo desejo e pela inquietação em relação à população paranaense.

Balhana enfatiza que a revisão da obra de Romário Martins foi essencial para a organização do DH da Universidade do Paraná, como ponto de partida aos estudos desenvolvidos pelos historiadores ao longo dos anos 1960.

Da primeira revisão crítica da obra de Romário Martins, realizada em setembro de 1959 em seminário de Professores do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, resultou a fixação de determinadas linhas de pesquisa que nortearam as atividades científicas do Departamento, bem como estabelecimento dos planos curriculares dos seus Cursos de Graduação e pós-graduação. (BALHANA, 1974, apud WESTPHALEN 2002, p. 409)

Desse modo, ao analisarem a historiografia de Martins a ressignificam, definindo a partir dele questões pertinentes para a história quantitativa, que refletiram no processo de organização de arquivos e fontes para a pesquisa em história do Paraná. Balhana demarca duas direções nas pesquisas do DH da Universidade do Paraná como desdobramentos dessa revisão historiografia.

A primeira, referente à população do Paraná Tradicional, nos séculos XVIII e XIX, compreendendo análises do efetivo populacional, sua evolução, composição, distribuição, estruturas etária e ocupacional, organização e dimensão da família e outras. A segunda, é relativa às transformações ocorridas com a entrada de novos contingentes étnicos que alteraram o quadro demográfico do Paraná, e compreende o estudo dos primeiros grupos de alemães, poloneses, italianos, ucranianos, e outros grupos de imigrantes estabelecidos no território paranaense. (BALHANA 1974, apud WESTPHALEN, 2002, p. 410)

A análise de Balhana pretendeu destacar que, mesmo continuando a compartilhar com Martins a preocupação com a história do Paraná, distinguiam essa produção anterior à organização da História na FFCL-PR, tanto na sua relação com as fontes, como na apropriação destes dados. Assim, em sua análise, Balhana enfatizou que as pesquisas realizadas a partir das técnicas quantitativas seriam mais aprofundadas do que as feitas por Martins: “(...) tiveram como motivação mostrar que os estudos demográficos tal como estava, na ordem do dia na década de 1940, continuam a constituir, na atualidade, promissora área de pesquisa, realizada, porém, agora com novos e seguros métodos de trabalho”. (BALHANA 1974 apud WESTPHALEN, 2002, p. 410).

Destacamos como a metodologia da demografia histórica se apresenta e, ao mesmo tempo, é construída por Balhana enquanto método seguro, ou seja, completava o sentido científico para a produção historiográfica do DH da Universidade do Paraná, legitimando-se enquanto uma historiografia acadêmica.

Em um artigo publicado no Jornal *O Estado do Paraná*, de 1976, intitulado “História por excelência”, destacava o percurso percorrido pelo DH da Universidade do Paraná, momento em que recebera o título de Centro de Excelência do Conselho Nacional de Pesquisas. Balhana, como coordenadora do Programa, foi entrevistada, manifestando o interesse na divulgação das pesquisas desenvolvidas, lamentando a escassez de publicações devido à falta de recursos: “Estamos empenhados em editar o maior número de trabalhos possível, o que tem sido até agora impraticável, pois entre eles as coisas realmente de maior necessidade de serem conhecidos”.²⁷

O Programa de Pós-Graduação também atendia aos interesses na preservação da memória paranaense. Quando confrontada pelo entrevistador, de que a memória paranaense estava perdida ou não seria passível de ser recuperada, Balhana declara: “muito ainda é possível recuperar e estudar. Hoje estamos acordando para a importância de mantermos um acervo do que fomos e preservarmos estas fontes em nosso poder”.²⁸ Demonstra que a tomada de consciência pela organização dos arquivos representava a possibilidade de aprofundamento sobre a memória paranaense e a preservação dos arquivos como uma preocupação da historiografia a ela submetida.

Em 1977, Balhana com o auxílio de Jayme Antônio Cardoso, traduziu o livro “Técnicas de Análise em Demografia Histórica” de Henry. Louis Henry discípulo de Braudel, ministrou aulas na UFPR, influenciando a metodologia da historiografia paranaense, sobretudo no que se referia à análise das listas nominativas de habitantes, registros paroquiais, impostos e tabelas. (BONI et. al, 1993, p. 136)

Assim, os professores do DH da UFPR buscaram constituir-se enquanto referência em estudos demográficos, envidando esforços na organização de arquivos que pudessem fornecer subsídios para a composição de um quadro da sociedade paranaense.

A demografia histórica permitiu a Balhana e aos demais professores do DH da Universidade do Paraná terem seus trabalhos reconhecidos pela esfera acadêmica, consolidando um espaço para a UFPR na Historiografia Brasileira, participando do debate acadêmico, realizaram inúmeros estudos sobre as transformações que se operavam no estado comparando-

²⁷ História por excelência. *Jornal O Estado do Paraná*, 4 de Julho de 1976.

²⁸ Op. Cit.

o às outras regiões no Brasil e no mundo. Para Balhana a demografia histórica poderia fornecer subsídios para uma ação política administrativa, o que remonta ao papel social da pesquisa em história, que de forma contínua deveria ser sistematizada pela prática da pesquisa e a relação desta com os arquivos.

Assim, configurou-se este espaço de produção acadêmica no Paraná, na transformação da história quantitativa à história demográfica, compreendeu-se a organização da História enquanto disciplina, bem como a preocupação de Balhana e dos demais historiadores em estabelecer uma cientificidade para o discurso historiográfico que permite a estes organizarem. Programa de Pós-Graduação em História, tanto no nível de Mestrado quanto no de Doutorado.

Numa perspectiva de desenvolvimento ascendente no Paraná, para Balhana os imigrantes imprimiam uma singularidade, é destacada sua contribuição para o progresso econômico. Para ela, a inclusão econômica do imigrante permitiria a inserção deste numa dita “cultura paranaense”, ao mesmo tempo em que auxiliaria na propulsão econômica do Estado.

Na linha de frente da organização do Programa de Pós-Graduação estava Balhana e Westphalen e foi por meio dos trabalhos por elas desenvolvidos que consolidam a Universidade do Paraná como centro de pesquisas em História. Sobre a organização das Linhas de Pesquisa do Programa, destaca Balhana:

As linhas de pesquisa deste programa foram estabelecidas a partir de um seminário de revisão crítica da historiografia paranaense, e foram direcionadas para o estudo da formação e composição dos efetivos populacionais e das estruturas sócio-econômicas do Paraná.

Estas linhas de pesquisa revelaram-se extraordinariamente fecundas, propiciando suportes para a realização de projetos muito específicos, bem como a estruturação dos planos curriculares bastante dinâmicos para os seus cursos de graduação e pós-graduação. (BALHANA 1981, apud WESTPHALEN, 2002, p. 253)

Ao refletirem sobre a historiografia paranaense, apresentaram um programa de pesquisas que deveriam ser realizados em História do Paraná, objetivando consolidar a prática da pesquisa entre docentes e estudantes. Problemáticas que aparecem nas primeiras dissertações de Mestrado defendidas no Programa de Pós-Graduação que incorporaram a metodologia em História Demográfica nos temas de História regional.

Balhana propõe que a historiografia, enquanto escrita, não fosse separada da atividade de pesquisa em arquivos. A reciprocidade que o historiador estabelecería com os arquivos também se dava no compromisso com a pesquisa de outros pesquisadores, tanto na organização e arranjo dos arquivos.

A primeira dissertação defendida no Programa orientada por Balhana foi de autoria de Ruy Christovam Wachowicz, intitulada “Abranches: Paróquia de imigração polonesa – Um

estudo de história demográfica”. (BALHANA 1981, apud WESTPHALEN, 2002, p. 254). Pelo título já podemos constatar como esta contemplara os objetivos que foram construídos por Balhana, o de sistematicamente compor estudos sobre Demografia Paranaense e também de destacar os estudos sobre imigrantes.

Destaca-se que História Demográfica sistematizada por Balhana foi aos poucos modificada por ela, tanto na apropriação e ressignificação do método francês, que foi adaptado aos seus interesses enquanto pesquisadora, desde os trabalhos sobre a imigração italiana no Paraná os quais a consolidam como historiadora de referência. A Demografia permitiria a ela conhecer as estruturas da população paranaense e sua transformação na longa duração. Sua preocupação com o método e os referenciais que organizariam o ofício do historiador, vinculado às instituições universitárias e pautado em procedimentos científicos, satisfaziam a premissa de que a atividade do ensino de História não deveria ser dissociada da atividade da pesquisa. A atuação de Balhana junto aos demais professores permitiu a ampliação de pesquisadores em História no Paraná, participando ativamente dos debates relativos à historiografia e da organização de arquivos e fontes, divulgando a produção historiográfica paranaense no Brasil e no exterior, consolidando a disciplina da História na Universidade do Paraná.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Altiva Pilatti Balhana foi uma historiadora de seu tempo. Seu envolvimento com a pesquisa em História, desde os anos 1950, constrói para ela uma rede de pertencimento ao ofício do historiador e à Universidade, como um espaço almejado de produção acadêmica. Balhana, vai modificando seu olhar ao passado, percebe-se nos seus primeiros trabalhos, inicialmente marcados pela influência da Geografia de Vidal de La Blache e também na relação com a Antropologia. Sua tomada de consciência em relação à necessidade de especialização e de definições de pesquisa significou imprimir um lugar para sua produção nesse espaço que, anos mais tarde, ajudou a compor, que seria o Departamento de História da Universidade do Paraná.

Durante os anos 1950, momento em que se completava o primeiro Centenário da Emancipação Política, mais precisamente, em 1953, a intelectualidade paranaense discutia sobre o desenvolvimento do Paraná e também buscava apresentar reflexões relativas aos rumos que o estado tomaria, suas diferenciações em relação aos outros estados e ao Brasil.

A explosão demográfica dos anos 1950 desperta a necessidade dos estudos sobre população e mais precisamente sobre a contribuição do imigrante na economia regional. A preocupação com o desenvolvimento socioeconômico e com a modernidade incitam um conjunto de reflexões sobre as possibilidades de se escrever a História do Paraná e como esta fora construída durante o século XX. Não obstante, Balhana e Westphalen foram à Europa atualizar os referenciais teóricos e metodológicos em História e a partir da Historiografia dos *Annales* construíram e delimitaram seus objetos, no caso de Balhana, a imigração italiana. A partir de sua escrita, pudemos observar o seu desenvolvimento como historiadora e de que forma sua prática contribuiria para a autonomização da História em relação à Geografia, instaurando um espaço para a História junto às demais Ciências Sociais, que se concretizou na institucionalização do Departamento de História em 1959.

O contato com a Historiografia francesa foi imprescindível, tanto nas preocupações relativas ao ofício do historiador, a história problema, quanto na revolução epistemológica dos *Annales*, o que despertaria nela uma nova compreensão do trabalho do historiador, sobretudo no que se refere à documentação. A possibilidade de se escrever a História a partir de fontes inéditas, delimitando objetos em História Regional, apresentou-lhe acervos repletos de possibilidades de pesquisa, provocando um fascínio pelos arquivos. A preocupação com os levantamentos, sua organização e também preservação, a destaca como uma precursora da arquivologia no estado. A partir dos projetos de organização de arquivos, muitas pesquisas puderam ser realizadas ao longo dos anos 1960. Foi a partir de seus estudos sobre a imigração

italiana que seu nome adquire um lugar junto à historiografia brasileira, tornando-se referência em estudos sobre imigração italiana no Brasil e no exterior.

A Universidade do Paraná, após a criação do DH em 1959, também buscou dialogar e participar dos principais debates envolvendo a Historiografia e o Ensino de História buscando melhores condições de trabalho para os professores do Ensino Superior bem como recursos públicos para que estes pudessem se dedicar à pesquisa. Balhana, junto aos demais professores do DH, estreitou relações com os principais centros de pesquisa, no Brasil e no exterior, compartilhando a construção da pesquisa em História do Paraná.

Balhana objetivou ampliar o conhecimento sobre a História do Paraná, divulgando-a em congressos nacionais e internacionais, ou seja, entendia o conhecimento historiográfico como um progresso contínuo, tanto na ampliação das fontes quanto nas novas metodologias que foram desenvolvidas.

A História Quantativa se apresentou à Balhana como uma metodologia que cumpria com sua preocupação com o tratamento do arsenal de fontes que levantara. Os arquivos paroquiais, judiciários e cartorários foram sistematizados à pesquisa a partir do emprego de técnicas da Economia Histórica, o que garantiria critérios de validação e de reconhecimento para a historiografia do DH. Balhana empenha-se em consolidar um estatuto científico da História, presente no rigor metodológico que fora objeto de muitos textos, sobretudo no que se refere à História Demográfica.

Apropriou-se do método de reconstituição de famílias de Louis Henry e Michel Fleury, visando compreender melhor o objeto que lhe despertou maior interesse: a imigração. Mesmo que seja uma das primeiras historiadoras a trabalhar com esse método no Brasil, adaptando-o e ressignificando-o à situação paranaense, não tem seu nome associado à História Demográfica nos textos que apresentam balanços sobre a Demografia Histórica no Brasil. Em geral, apresentam a criação do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade do Paraná em 1972 como um eixo de produção em História Demográfica, presente em uma das suas linhas de pesquisa. No entanto, o percurso percorrido no desenvolvimento de projetos de pesquisa e de organização de arquivos permitiu à produção na Universidade do Paraná ser reconhecida e dando condições para emergência do Programa de Pós-Graduação, instaurando um lugar de produção historiográfica no Paraná.

Este trabalho não encerra as possibilidades de pesquisa que a produção de Balhana permite, mas pretende instaurar um lugar para ela na historiografia brasileira e na historiografia paranaense. Balhana contribuiu de forma sistemática para as bases da historiografia acadêmica no Paraná, influenciando um conjunto de historiadores, que ainda se dedicam aos estudos em

História Demográfica na Universidade Federal do Paraná. Sua atuação foi basilar para a organização da História enquanto disciplina no Paraná, conferindo novos sentidos à escrita da História e a apreensão do passado paranaense.

4 FONTES

Aramis Millarch. História Qualitativa. Jornal O Estado do Paraná, 20 de Julho de 1974. Disponível em: <http://www.millarch.org/acervo-audio>. Acesso em: 10/10/2014.

ATA da Reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964 [registrando sua constituição em princípios de maio de 1959]. História: Questões & Debates, Curitiba, UFPR, n.50, jan-jun., 2009.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais: estruturas agrárias**. Curitiba: UFPR, 1968.

CARTA AO PROFESSOR BRAUDEL. 01 de Outubro de 1962. Disponível em: Arquivo Público do Paraná. Fundo Cecília Maria Westphalen.

Curriculum Vitae Altiva Pilatti Balhana. Disponível em: Arquivo Público do Paraná. Fundo Cecília Maria Westphalen.

História por excelência. 04 de julho de 1976. Jornal O Estado do Paraná. Disponível em: Arquivo Público do Paraná. Fundo Cecília Maria Westphalen.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. **História: questões & debates**, 8(14/15):177-205, jul-dez. 1987.

Ofício a Fernand Braudel. 05 de maio de 1964. Disponível em: Arquivo Público do Paraná. Fundo Cecília Maria Westphalen.

BALHANA, Altiva Pilatti. O fandango em caiobá (1950)

BALHANA, Altiva Pilatti. Aspectos da Geografia Humana do Paraná (1955)

_____. L'Immigration Italienne au Paraná (1957)

_____. Duas Pequenas Indústrias Agrárias em Santa Felicidade (1960)

_____. Contribuição ao Estudo da História Agrária do Paraná (1963)

_____. Mudança na Estrutura Agrária dos Campos Gerais (1963)

_____. Formação da População Paranaense (1969)

_____. Alguns Aspectos Relativos aos Estudos de Imigração e Colonização (1969)

- _____. História Demográfica do Paraná (1970)
- _____. Levantamento e Arrolamento de Arquivos (1970)
- _____. Arquivo da Paróquia de Santa Felicidade (1971)
- _____. O Emprego de Computadores na História (1973)
- _____. Comentários à Obra de Romário Martins “Quantos Somos e Quem Somos”, dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná (1973)
- _____. Estudos de Demográfica Histórica no Paraná (1976)
- _____. Nupcialidade e Fecundidade (1978)
- _____. A Experiência Paranaense no Levantamento de Arquivos (1979)

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Letícia L.A. **Regionalismo paranaense: do esboço de uma história regional do Paraná à História do Paraná (1951-1969)**, 2016, 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.
- ARAÚJO, Valdei L. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Lócus: Revista de História**, Juiz de Fora, 2006, v.12. n.1, pp. 79-94
- ARRUDA, JJ; TENGARRINHA, JM. **Historiografia luso brasileira contemporânea**. Bauru: Edusc, 1999, pp.11-15.
- BACELLAR, Carlos de A. P. ; SCOTT, Ana S. V; BASSANEZI, Maria S. C. B. **Quarenta anos de demografia histórica**. 2005, vol.22, no.2, p.339-35
- BARROS, José D'A. História Serial, História Quantitativa e História Demográfica: uma breve reflexão crítica. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, 2011, v.11. n.1, pp. 163-172.
- BEGA, Maria Tarcisa Silva. Gênese das Ciências Sociais no Paraná. In: OLIVEIRA, Márcio de. (Org). **As Ciências Sociais no Paraná**. Curitiba: Ed. Protexito, 2006, pp. 39-50.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2002.
- BOMENY, Helena. A reforma universitária de 1968: 25 anos depois. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.26, n.9, p.51-65, 1994.
- BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1986.
- BURMESTER, Ana Maria; MAGALHÃES, Marionilde B. D; PAZ, Francisco Moraes. O paranismo em questão. In: SILVA, Márcio. (org). **República em Migalhas**. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 145-160.
- CAMPOS, Nívio. **Intelectuais paranaenses e as concepções de Universidade (1892-1950)**. Curitiba: Ed. UFPR, 2008.
- CARDOSO, Jaime A.; WESTPHALEN, Cecília. **Atlas histórico do Paraná**. Curitiba: Livraria do Chain Editora, 1981.

CASTRO, Iná E. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1992.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro F; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, pp. 42-52.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

CORDOVA, Maria Julieta. **Tinguís, Pioneiros e Adventícios na Mancha Loira do Sul do Brasil**: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense, 2009, 296 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

CUNHA, Luiz A. G. **Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial**: o caso do Paraná tradicional. 147 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

DE BONI, Maria Ignes M. 150 de Paraná: História e Historiografia. In: ____; ARIAS NETO, José M; SOUZA, Sílvia C. M. (Orgs). 150 anos de Paraná: História e Historiografia. **Anais do VIII Encontro Regional de História**. Curitiba: Aos Quatros Ventos, 2004.

____. MARCHI, Euclides; M.; NADALIN, Sérgio. SIQUEIRA, Márcia D. Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação. **Revista Brasileira de História**, v. 13, n. 25/26, São Paulo: ANPUH, set. 1992/ago. 1993.

FALCON, Francisco. História e memória: origens e desenvolvimento do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. **Revista História da Historiografia**, n.11, Ouro Pret, 2013, pp. 15-32.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2009.

FÁVERO, Maria de L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Revista Educar**, Curitiba, nº 28, p. 17-36, 2006.

FERREIRA, Marieta de M. **A História como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1976.

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. História Econômica. In: CARDOSO, Ciro F; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, pp. 30-42.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. **A Ordem do Discurso**. 5ª ed. 1999.

GUIMARÃES, Lúcia Maria P. Sobre a história da historiografia como campo de estudos e reflexões. In: **Estudos de historiografia brasileira**. _____ et. Al (orgs). Estudos de Historiografia Brasileira, Rio de Janeiro: FGV, 2011.

HARTOG, François. **Evidências da história**: o que os historiadores veem. São Paulo: Autêntica, 2005.

_____. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: Programa, Mito e Realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990

IGLÉSIAS, Francisco. **Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)**. Rio de Janeiro: INL, 1958.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MALERBA, Jurandir. (Org.) **A história escrita**: Teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCILIO, Maria Luiza. A demografia histórica nesse final de milênio. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v.14, 1997.

MONTEIRO, Lorena. Estudo das elites políticas e sociais: as contribuições da Sociologia e da História. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.12, p. 25-32, jan./jun., 2009.

MOTA, Carlos G. **Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

_____. **Educação, contra ideologia e cultura**: desafios e perspectivas. São Paulo: Ed. Globo, 2011.

OLIVEIRA, Márcio de. Sociologia das Ciências Sociais no Paraná. In: _____. **As Ciências Sociais no Paraná**. Curitiba: Protexito, 2006, pp. 09-37.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio das genealogias: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930)**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

PEREIRA, Luís F. L. **Paranismo, o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. **A Escola dos Annales: A inovação em História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2014.

RODRIGUES, José Honório. **História e Historiadores do Brasil**. São Paulo: Fulgor, 1965.

ROIZ, Diogo da Silva. **A dialética entre o “intelectual-letrado” e o “letrado-intelectual”**: projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). 2003, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, 2013.

_____. Como os historiadores escrevem a história das sociedades passadas? **Revista História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v.7, n.1, jan/jun, 2007, pp. 217-223.

_____. As interpretações do passado e as metamorfoses da escrita da história. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, n.25, 2011, pp. 327-330.

TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto, n.13, pp.78-95, 2013.

VARNHAGEN, F. A. de. **História geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal**. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Portugal: Edições 70, 1971.

WEBER, MAX. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Historiografia paranaense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 343, abr./jun. 1984.

WHITE, Hayden. A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea. In: NOVAIS, F. A; SILVA, R. F.(orgs). **Nova História em Perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.